

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**LETICIA BAZZI DO NASCIMENTO BALBUENA**

**DO SONHO DA TERRA AOS DESAFIOS PARA NELA  
PERMANECER: ponderações sobre a Gleba Providência III  
em Curvelândia/MT**

**CÁCERES-MT**

**2022**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**LETICIA BAZZI DO NASCIMENTO BALBUENA**

**DO SONHO DA TERRA AOS DESAFIOS PARA NELA  
PERMANECER: ponderações sobre a Gleba Providência III  
em Curvelândia/MT**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Dinâmica Espacial, para obtenção do título de Mestra.

Orientador: Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza

**CÁCERES – MT**

**2022**

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

B172d BALBUENA, Leticia Bazzi do Nascimento.  
Do Sonho da Terra aos Desafios para nela  
Permanecer Ponderações Sobre a Gleba Providência Iii em  
Curvelândia/MT / Leticia Bazzi do Nascimento  
Balbuena - Cáceres, 2023.  
134 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso  
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu  
(Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências  
Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato  
Grosso, 2023.  
Orientador: Edevaldo Aparecido Souza

1. Território. 2. Lugar. 3. Permanência. 4. Camponesas. 5.  
Camponeses. I. Leticia Bazzi do Nascimento Balbuena. II. Do  
Sonho da Terra aos Desafios para nela Permanecer: Ponderações  
Sobre a Gleba Providência Iii em Curvelândia/MT.  
CDU 913

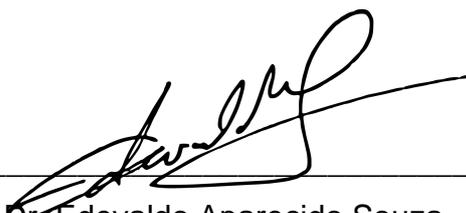
**LETICIA BAZZI DO NASCIMENTO BALBUENA**

**DO SONHO DA TERRA AOS DESAFIOS PARA NELA  
PERMANECER: ponderações sobre a Gleba Providência III em  
Curvelândia/MT**

Essa dissertação foi julgada e aprovada como parte dos requisitos exigidos pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia para a obtenção do título de Mestra em Geografia.

Cáceres, 19 de dezembro de 2022.

**Banca Examinadora**



---

Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza

Orientador

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** JUDITE DE AZEVEDO DO CARMO  
Data: 19/01/2023 14:27:48-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Profa. Dra. Judite de Azevedo do Carmo

Avaliadora Interna

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

*Onelia Carmem Rossetto*

---

Profa. Dra. Onélia Carmem Rossetto

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

## DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais Adão Felipe e Elizabeth Bazzi, que sempre me incentivaram e me mostraram que o melhor caminho é a educação. Meu querido pai que sempre batalhou para dar a mim e aos meus irmãos, o melhor possível dentro de suas possibilidades; e a minha mãezinha que sempre me aconselhou a não desistir dos meus sonhos.

Ao meu filho Heitor, meu príncipe guerreiro que já nasceu tendo que lutar pela vida e tantas coisas me ensinou.

Ao meu amado esposo Ronilson pelo companheirismo, sempre me incentivando a não desistir e sempre a dizer que sou capaz.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, pela força, pois sei que sempre esteve comigo nos momentos difíceis e através da sua força pude vencer todos os desafios.

Ao meu orientador Professor Doutor Edevaldo, pela disponibilidade em ajudar, pela paciência que teve durante os momentos de dificuldades e por todo auxílio durante o desenvolvimento deste trabalho.

A todos os professores que compartilharam seus saberes e contribuíram para a construção desta dissertação.

Agradeço à Universidade do Estado de Mato Grosso onde cursei Geografia e ao Programa de Pós-graduação em Geografia pela oportunidade do Mestrado.

Ao meu esposo Ronilson pela paciência, por todo incentivo e suporte prestado durante o desenvolvimento desta pesquisa. Meu porto seguro.

Aos meus pais, Adão e Elizabeth; irmãos, Leonildo e Leonice; cunhado(a) Almério e Tania; e sobrinhas(os) Maria Clara, Alice, Artur e Sofia. Amo cada um de vocês.

Por fim, aos moradores da Gleba Providência III, que de maneira direta e indireta contribuíram para os resultados desta pesquisa.

A todos, o meu muito obrigado!

*A verdadeira filosofia consiste em reaprender a ver o mundo.*

**Merleau-Ponty**

## **SOBRE A AUTORA**

A autora, Leticia Bazzi do Nascimento Balbuena é natural da cidade de Mirassol D'Oeste, nascida em 21 de julho de 1989 com filiação a Elizabeth Bazzi e Adão Felipe do Nascimento. Mãe do Heitor Bazzi Majjione e esposa do Ronilson Farias Majjione Balbuena.

Diante do exposto, faz-se importante dialogar sobre minha trajetória de vida e acadêmica, que fez deste lugar, do objeto de pesquisa, a Gleba Providência III, a importância que se tem na construção da minha história.

Foi no lugar demonstrado na figura 9, que nasci, cresci e ainda tenho meus laços efetivos presentes por ali, meus pais ainda hoje, vivem e nos permitem viver rotineiramente com eles.

Ainda na infância, a Gleba foi importante no meu processo de ensino e aprendizagem, foi na Escola Bom Jesus da Lapa (Figura 7), pertencente ao município de Curvelândia, que me oportunizou cursar o ensino fundamental anos iniciais. No entanto, posteriormente, o ensino fundamental anos finais e ensino médio foram cursados na cidade, pela não oferta destas modalidades na Gleba.

Há muitas lembranças também em relação a produção nas nossas terras, uma diversificação para o consumo familiar como alface, couve, almeirão entre outros. Havia também produção de tomate, pepino, quiabo para a comercialização e obtenção de renda para o sustento da família.

A trajetória acadêmica também foi erguida sobre os pilares da terra. A universidade abriu muitas portas, mas sem antes sofrer pelos percalços expostos pelo caminho. Por residir na gleba e estudar na UNEMAT, em Cáceres, havia toda uma trajetória a ser cumprido fielmente todos os dias.

Por dividir os 5 anos do curso de Geografia entre trabalho e estudo, há muitas idas e vindas nestes 130 km diários que se fazia de segunda a sexta-feira. A jornada de trabalho se encerrava as 16h30, iniciando a ida para a faculdade por volta das 17h45. No mais tardar, partíamos de volta para casa às 23h15, com ponto final até em casa, por volta das 00h30, que era o momento de descansar para a mesma rotina dos demais dias da semana.

Foram anos importantes, que me demonstraram o quão valoroso é estudar, e mais ainda, quão é importante a terra para sobrevivência, pois foi a partir dela, que

meus pais tiveram as devidas condições para nos proporcionar alimento, saúde, moradia e demais itens básicos de sobrevivência.

Foi também através da terra que surgiu a oportunidade de cursar especialização e ser bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia, desenvolvendo pesquisa justamente no lugar que me foi morada.

Ainda mais adiante, foi possível compreender o cenário das transformações ocorridas dentro do cenário da Gleba Providência III, e isso foi instigante para pensar em muitas problemáticas que me lançaram ao desafio de propor e estudar mais afincado sobre o meu lócus.

Não dá para dizer que foi fácil, mas, todo o esforço e dedicação destes longos anos me mostraram o quão é importante compreender e refletir sobre a importância do lugar de onde saímos, e o quão preocupante é perceber seu definhamento aos poucos.

Enfim, minha trajetória permite buscar não somente respostas, mas hipóteses que permitirão compreender os rumos que a Gleba toma, e ainda, analisar e refletir sobre os sujeitos deste campo e de suas perspectivas para o futuro.

## LISTA DE SIGLAS

ALMT – Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso  
ARPA – Associação Regional dos Produtores Agroecológicos  
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável  
COOPHMAT – Cooperativa dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Mato Grosso  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
EMPAER – Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INDEA – Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PA – Projeto de Assentamento  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PIN – Programa de Integração Nacional  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados  
PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
SUPRA – Superintendência da Política Agrária  
TDR – Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Perfil dos entrevistados/as da Gleba Providência III.....</b>	<b>74</b>
<b>Quadro 2 - Assentamentos e Comunidades Rurais em Curvelândia/MT .....</b>	<b>90</b>

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 1 - Definição de Investimentos em Políticas Públicas para o Campo</b> .....	106
--	-----

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 - Produção da Agricultura nos Lotes das famílias da Gleba Providência III .....</b>	<b>98</b>
<b>Gráfico 2 - Produção da Pecuária nos Lotes das famílias da Gleba Providência III .....</b>	<b>100</b>
<b>Gráfico 3 - Percepção de vida antes e depois da Gleba Providência III .....</b>	<b>108</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Localização da Gleba Providência III.....</b>	<b>18</b>
<b>Figura 2 - Polígono do Agrohidronegócio – Brasil, 2008.....</b>	<b>36</b>
<b>Figura 3 - Localização de Mato Grosso .....</b>	<b>51</b>
<b>Figura 4 - Entrada da Gleba Providência III.....</b>	<b>78</b>
<b>Figura 5 - Fábrica de manilhas e tijolos .....</b>	<b>79</b>
<b>Figura 6 - Localização de Curvelândia/MT .....</b>	<b>86</b>
<b>Figura 7 - Antiga escola da comunidade Gleba Providência III.....</b>	<b>88</b>
<b>Figura 8 - Casas da Agrovila, na entrada da Gleba Providência III.....</b>	<b>94</b>
<b>Figura 9 - Casa e aconchego de vivencia da autora .....</b>	<b>96</b>

## RESUMO

A pesquisa teve como objetivo, analisar o processo de viver na terra e da terra na Gleba Providência III, legitimando as dificuldades e implicações para a continuidade do desenvolvimento da comunidade e de tudo que dela deriva, bem como refletir e interpretar as condições territoriais e do lugar no aspecto econômico, social, territorial, identitário e de trabalho na Gleba Providência III, município de Curvelândia/MT. Evidencia-se a busca nas relações existentes dentro do contexto deste território, que permitiram uma análise substancial do processo de morar, trabalhar, produzir. Foi possível dialogar com as percepções dos conceitos geográficos, especificamente do território e lugar, como instrumentos importantes na análise do espaço geográfico, onde estão inseridas as camponesas e os camponeses que ali vivem. Esses conceitos foram primordiais para compreender os preâmbulos históricos da formação da comunidade e a conexão e acesso que estes possuem, ou não, às condições mínimas de (re)existência, para a permanência com dignidade em seus lotes. Neste interim, como prerrogativa necessária e fundamental na análise, foi possível entender as dificuldades encontradas pelas famílias para a permanência e para o trabalho em suas terras, que se tornou um paradigma para compreensão de um possível abandono do campo, uma verdadeira expropriação do campesinato. Para uma agnição deste contexto, foram necessárias metodologias que permitem uma melhor averiguação deste território, iniciando com a proposta de um estudo teórico, sintetizando potencialmente conceitos da questão agrária, de território e lugar, e, posteriormente, afinando as concepções da terra, de campesinato, de trabalho, de identidade, de produção. Mais importante ainda foi a análise dos dados levantados *in loco*, nas conversas informais, no questionário estruturado, com foco na relação dos sujeitos com sua terra, com sua vivência. Destarte desses dados, foi possível a compreensão da organização da Gleba Providência III, das relações de vivência, das dificuldades encontradas pelas camponesas e pelos camponeses, das adversidades do tempo, da ausência das políticas públicas, em síntese, do sonho da terra, aos desafios para nela permanecer.

**Palavras-chave:** Território; Lugar; Permanência; Camponesas; Camponeses.

## ABSTRACT

This investigation aimed at assessing the process of living on the land and off the land in Gleba Providência III, which highlights drawbacks and the implication for the ongoing community development and all its byproducts. We also seek to ponder and interpret territorial conditions under the following perspective: economic, social, territorial, identity and working aspects in the premises of Gleba Providência III, in the town of Curvelândia, MT. We delve into existing relationships throughout this territory, which enabled a substantial analysis of living, working and yielding. We carried out a Geography-related dialogue relying on perceptions, specially of territory and place, as important resources when it comes to the geographic space analysis, where peasants inhabit. Such concepts were fundamental in order to understand historical preambles and the beginning of a community and connection and access that they have for their minimum (re)existence requirements, so as to stay with dignity in their pieces of land. Meanwhile, as a minimum and fundamental prerogative in our analysis, we managed to understand the difficulties faced by families to remain and work in their land, which is a paradigm to understand a possible escape from the field, an actual peasantry expropriation. In order to grasp this context, we used methods that allowed a better assessment of this territory and began with a proposal of a theoretical study, summarizing potential agrarian issues concepts, territory and place, and, later, tackling conceptions concerning land, peasantry, work, identity and production. More importantly, we performed an in-place assessment, through informal conversations, structured questionnaire, focusing on the individual-land relationship and their experiences. With such data, we managed to understand the organization of Gleba Providência III, their experiences, difficulties, personal issues, lack of government policies, in a nutshell, the dream of having land, and the challenges to remain there.

**Keywords:** Territory; Place; Permanence; Peasants.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO I – O TERRITÓRIO E O LUGAR COMO CATEGORIAS IMPORTANTES PARA O ESTUDO DOS SUJEITOS DO CAMPO</b> .....	<b>23</b>
1.1 Diferentes olhares e perspectivas sobre Território .....	28
1.1.1 Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização como processos na construção do modo de vida Camponês.....	33
1.2 O Lugar como categoria de compreensão das relações estabelecidas em um determinado espaço .....	41
1.2.1 O lugar como fonte de Identidade, Pertencimento, Trabalho e Vida no Campo .....	45
<b>CAPÍTULO II – DISPUTAS TERRITORIAIS EM MATO GROSSO</b> .....	<b>51</b>
2.1 Agronegócio <i>versus</i> Campesinato: terra de negócio <i>versus</i> terra de vida e trabalho.....	58
2.2 Avanços e limites da Reforma Agrária em Mato Grosso: um olhar sobre os camponeses e as políticas públicas .....	65
<b>CAPÍTULO III – METODOLOGIA</b> .....	<b>72</b>
<b>CAPÍTULO IV – RESULTADOS E DISCUSSÕES: Os desafios de manutenção e permanência do viver na terra e viver da terra na Gleba Providência III.....</b>	<b>77</b>
4.1 Formação Histórica, Geográfica e Fundiária do Município de Curvelândia/MT .....	83
4.2 Práticas estruturantes da vida cotidiana: morar, trabalhar e produzir .....	97
4.3 Os desafios de manutenção e permanência na terra .....	104
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>111</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>115</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>127</b>

## INTRODUÇÃO

Há muito tempo se discute no Brasil sobre a expropriação camponesa no campo e suas complexidades para a sobrevivência da população rural. Não se trata de uma temática nova, mas que merece atenção, principalmente no que se refere às comunidades tradicionais localizadas mais próximas às cidades, por aquelas sofrerem muitas influências destas.

Em Mato Grosso, a situação se assemelha ao que acontece no restante do país, principalmente quando relacionado à população jovem que reside no campo. Muitos fatores evidenciam essa transição dos sujeitos do campo para a cidade e, em muitos deles, a consideração da identidade se torna um fator de descarte, de descaracterização destas comunidades.

Como recorte espacial desta pesquisa e não muito diferente do que ocorre no Estado de Mato Grosso, apresenta-se o município de Curvelândia/MT, criado com base na Lei Estadual nº 6.981, de 28 de janeiro de 1998, assinada pelo então Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, desmembrando-se da cidade-mãe Cáceres.

O município de Curvelândia possui uma extensão territorial de 359,76 km<sup>2</sup>, com uma população de 4.866 habitantes. Segundo o censo de 2010, destas, 1.972 vivem na área rural, sendo 13,53 hab/km<sup>2</sup>. A estimativa populacional para o ano de 2020, foi de 5.241 habitantes (IBGE, 2010).

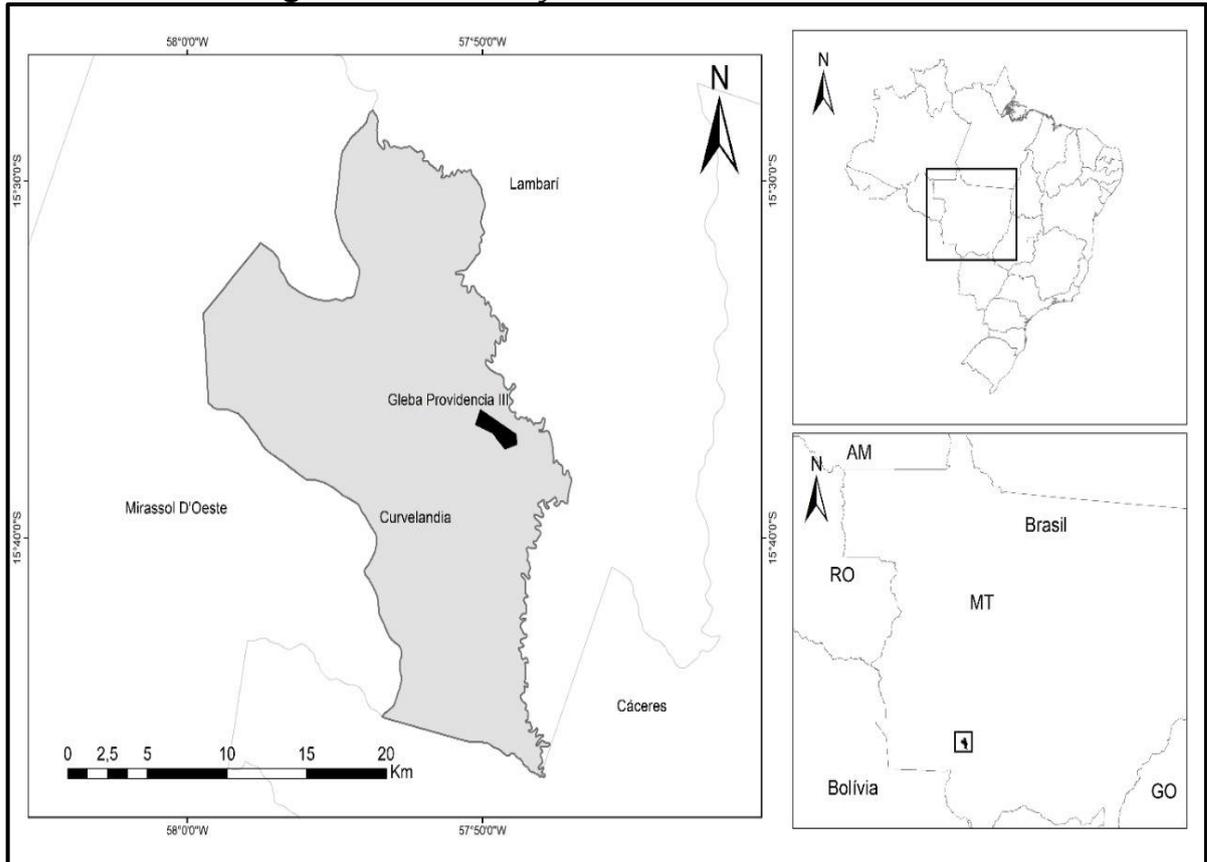
Importante considerar que o município de Curvelândia está inserido dentro da Microrregião do Alto Pantanal, conjuntamente com Barão de Melgaço, Cáceres e Poconé. A extensão territorial da área é de 53.156,66 km<sup>2</sup> e 132.178 habitantes. Frisa-se que a região tem um grande predomínio da pecuária extensiva, o que ocorre em função das inundações presentes no Pantanal (NEVES et al, 2015).

Neste contexto, Rossetto (2015) pondera que no período compreendido entre o século XVIII já havia criação de gado de maneira totalmente extensiva na área do Alto Pantanal, significativamente no município de Cáceres, de onde Curvelândia se desmembrou.

Desta forma, compreendendo a região como propícia ao desenvolvimento de várias atividades agrícolas e de pecuária, houve uma alta demanda por terras nesta região.

Assim, é importante e crucial compreender todo este contexto desenhado e, a partir dele, apresentar o objeto da pesquisa, a Gleba Providência III (Figura 1), localizada a 4 km da cidade de Curvelândia, na rodovia MT 170, sentido município de Lambari D'Oeste. Apresenta-se num contexto de 74 famílias, com um território de 1.596,50 ha, totalmente presente dentro do município.

**Figura 1 - Localização da Gleba Providência III**



Fonte: Autora (2022)

Em um contexto geral, a Gleba Providência III surgiu a partir do Programa de Integração Nacional – PIN, nos anos de 1970 e do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil – Polonoroeste, nos anos de 1980. Dentro desse panorama, em termos, pela ocupação por posse e segundos os relatos dos camponeses, pelos dados coletados no questionário, muitas das famílias chegaram na Gleba através da compra do lote. O início de uma desterritorialização precoce.

Dentro da prerrogativa de criação de assentamentos e de dados coletados junto a Unidade Avançada de Cáceres, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, faz-se entender nos relatórios, que o Projeto de Assentamento – PA

teve origem a partir de terras ocupadas por famílias de trabalhadores rurais sem serra (não necessariamente Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST) da região de Curvelândia, realizada com dados colhidos pelo Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária – SIPRA (INCRA, 2001).

Ainda de acordo com os relatos do INCRA, a escolha das famílias baseou-se sobretudo, em critérios de seleção realizados a partir de formulários apropriados, sendo aplicados por servidores técnicos do órgão, e com participação cativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres (INCRA, 2001).

Desta forma, considera-se a Gleba Providência III como assentamento instituído pelo INCRA, com data de criação do PA em 20 de dezembro de 1995, no entanto, pelas informações obtidas junto as entrevistas realizadas, já se desenvolvia desde a década de 1980, sendo implantada aos moldes de uma estrutura totalmente precária, sem condições mínimas de ocupação e pouco apoio na organização social (NEVES et al, 2015).

Frisa-se que para os moradores da localidade, conhece-se e reafirma-se como Gleba, ao tal ponto de se estabelecer uma curta relação com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no sentido de se firmar como PA em 1995, mas, à mercê, principalmente ao que tange a questão da titulação da terra, ou ainda, políticas públicas que procedem a permanência dos/das camponesas e camponeses nela.

A Gleba estabelece seus ritos econômicos e sociais mais precisamente com o próprio município de Curvelândia, tendo como base de sua produção, a pecuária, tanto de corte como leiteira. Diferente de outrora, onde havia também produção da agricultura familiar que se definiu com o passar dos anos, pelo avanço da pecuária extensiva e da monocultura e, também pela ausência das políticas públicas, incluindo a assistência técnica rural.

Evidencia-se todo um aporte de políticas públicas, que inclui relativamente créditos de financiamento, de habitação e de produção, além da assistência técnica dirigida pela Empresa Matogrossense de Pesquisa Agrícola e Extensão Rural – EMPAER (INCRA, 2001). Necessário enfatizar que estes dados são, a priori, do início da formação do PA, o que necessariamente não se assegurou nos anos subsequentes.

Ao que se trata de áreas destinadas às monoculturas e a pecuária extensiva, e progressivamente ao agronegócio como um todo, compreende-se um campo

expropriado através da própria práxis desenvolvida por este sistema de produção. Camacho (2009) pondera que “[...] os impactos sociais causados por este modelo de produção agrícola, são notáveis na sociedade brasileira. Tendo em vista que o aumento da concentração fundiária, [...] expulsa os camponeses de suas terras, causando o êxodo rural”.

Por ser um território ocupado por posseiros, a Gleba tem suas características próprias, inclusive pela venda de porções territoriais, culminando atualmente com uma desproporcionalidade quanto ao tamanho dos lotes. Há outros casos que ocorreram doações e/ou vendas para pessoas da mesma família, vide fontes coletadas no INCRA.

Moreno (1990) aponta que ao final da década de 1970, os conflitos sociais pela posse de terras alcançavam quase que todo o Estado de Mato Grosso, e que pela falta de ocupação ou legalização, muitas delas foram ocupadas por posseiros e arrendatários. Neste sentido, é enfático analisar que a Gleba Providência III ainda que tardiamente, também se inseriu neste contexto de posse.

Nestas condições, é possível fazer uma análise nos mínimos detalhes sobre o processo que culminou com a expropriação camponesa da Gleba Providência III, tendo como consequência, um desfazimento das práticas de agricultura familiar, sendo substituída progressivamente pela pecuária extensiva, pela venda de lotes a grandes proprietários de terras no intuito de concentrar terras, pela necessidade de trabalho fora da propriedade e pela ausência de políticas públicas ao longo do seu desenvolvimento.

Assim, nesta perspectiva, incube-se de trazer para a discussão algumas inquietações que servirão para pontuar e subsidiar a escrita da dissertação, embasado necessariamente nas teorias de autores que trabalham a questão agrária, como da própria empiricidade das moradoras e moradores.

O objetivo da pesquisa foi analisar o processo de expropriação das(os) camponesas(es) da Gleba Providência III no município de Curvelândia/MT e suas implicações para o desenvolvimento territorial, econômico e social, com ênfase na questão de territorialidade, de identidade, e do viver na e da terra no lugar.

Ademais, algumas questões foram cruciais para desatar alguns nós para a compreensão do fenômeno investigado: estabelecer a importância da identificação do contexto histórico e geográfico deste território; a compreensão do processo de territorialização, levando sempre em consideração as nuances que cada um dos

sujeitos encontraram na construção de sua territorialidade; mediar a percepção do grau de identificação e pertencimento dos atores sociais com seu lugar; e por último, apontar os principais elementos de viver na terra e da terra, em conjunto com os impactos trazidos para a continuidade do território.

No mais, justifica-se essa pesquisa como reflexo da vivência da pesquisadora enquanto participante do núcleo familiar na Gleba, durante o maior tempo de vida, sendo instigante entender a partir de sua experiência, a desapropriação do lugar.

Também se torna crucial compreender as particularidades no contexto deste território, permitindo questionar fatores que são fundamentais para a base do trabalho, entre eles, o aprofundamento da territorialização e da identidade dos sujeitos quanto ao seu lugar de morada e de vida.

É neste limiar que esta pesquisa se baseia. Dentro das incertezas colocadas como pontos de investigações, prima-se pela construção de resultados que permitirão uma análise substancial da realidade da Gleba.

Frisa-se também a possibilidade de desconstrução de paradigmas impostos pelo avanço do capital na região, propondo novos olhares para viabilidade econômica, territorial e social da Gleba Providência III e, a oportunidade de viabilidade de alternativas de permanência.

Compreender a temática como de extrema relevância para se entender o campo mato-grossense, e em especial, a Gleba pesquisada, reflete numa probabilidade de retorno dos resultados conclusivos para as camponesas e camponeses desta localidade, de maneira que permita uma análise pormenorizada desta, e contribua no entendimento da importância deste território para a formação social, de identidade, dos valores humanísticos, de produção, de trabalho e de renda.

Enfim, pensar a questão da Gleba Providência III enquanto território constituído, com a intenção de produção da agricultura familiar a partir da condição de posse, e posteriormente, enxergar sua expropriação/ocupação por outras atividades, é dar plenas condições para se tentar compreender o que levou a alternância de produção deste espaço enquanto território, e da premissa da falta de identidade dos que ali chegaram.

Para dar maior organização ao trabalho, de maneira que a sintetização ocorra de forma síncrona e que dialogue com os demais capítulos e subseções, a dissertação se dividiu em quatro capítulos.

O primeiro capítulo aborda a compreensão dos conceitos teóricos sobre

território e lugar, como medida de subsidiar a proposta prática no decorrer da pesquisa e também da escrita. Para embasamento teórico, muitos autores contribuíram para dinamizar e dar fluidez ao texto, tais como Santos (1986, 2006), Corrêa (2000), Fernandes (2005), Camacho (2010), Raffestin (1993), Saquet (2007), Haesbaert (2003), Thomaz Junior (2010), Carlos (2007), entre outros.

O segundo capítulo apresenta as disputas territoriais em Mato Grosso, de modo que se possa enfatizar o processo de construção do território, se tratando do estado, da cidade e, que se afunila até a percepção da gleba como espaço territorializado. Neste capítulo, autores como Moreno (1999), Abreu (2014), Thomaz Junior (2013), Fernandes (2008), Jesus (2020), Oliveira (2007), entre outros, ajudaram no desenvolvimento de pensar esta condicionante.

O terceiro capítulo propõe a apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados para a construção deste trabalho, desde a fundamentação teórica, do método e metodologia utilizada para se alcançar os objetivos e objetos da pesquisa, assim como a percepção dos resultados finais obtidos.

O quarto e último capítulo enfatiza a pesquisa *in loco* propriamente dita. Neste capítulo refletir-se-á sobre as condicionantes estabelecidas pela vivência e no constructo da base familiar, produtiva e territorial, constituindo laços que determinam uma possível continuidade ou não do território e dos seus atores sociais.

Neste quarto capítulo, propõe-se refletir sobre as conversas semiestruturadas e informais com os camponeses e camponesas, assim como os dados subjetivos e objetivos e dos registros fotográficos. Aqui, alguns autores também foram importantes para se conectar teoria à prática, dentre eles, Dentz (2019), Coelho e Freitas (2021), Valério (2021), Wanderley (2014), Souza (2013), Perin (2021), assim como as vozes dos sujeitos sociais desse território/lugar.

Enfim, todos os dados aqui apresentados foram muito importantes para a compreensão da análise do todo e das partes, e sustenta-se principalmente pela participação dos sujeitos da pesquisa, que enriqueceram e permitiram entender as lacunas presentes neste campo.

## **CAPÍTULO I – O TERRITÓRIO E O LUGAR COMO CATEGORIAS IMPORTANTES PARA O ESTUDO DOS SUJEITOS DO CAMPO**

Propor pensar o campo e os sujeitos que nele vivem/existem é possibilitar a compreensão da questão agrária que se fez e faz presente como modelo no Brasil, olhando de maneira especial para o caso do Estado de Mato Grosso e do processo de luta pela terra.

Ao partir desta análise, inclina-se para a transformação do espaço pela ação do homem que o territorializa e dá a ele sentido de lugar. Evidente esclarecer que o espaço é a categoria base da Geografia e que o processo de espacialização da terra nos remete a Grécia Clássica, onde:

Na concepção de Kant, importante filósofo do século XVIII, o espaço é uma representação necessária a priori, que serve de fundamento a todas as percepções exteriores. O espaço é considerado como a condição de ocorrência dos fenômenos. Assim, todas as relações somente podem ocorrer no espaço e a partir do espaço (COSTA e ROCHA, 2010, p. 41)

O espaço é resultado da ação do homem sobre o próprio espaço que é produzido e transformado através da técnica e produção. Sendo assim, o homem interfere nos objetos naturais e sofre interferência do mesmo, moldando-o de acordo com suas necessidades. Para Santos (1986), no decorrer do tempo e com o avanço da tecnologia, surgem novas necessidades e técnicas de produção da organização espacial.

Santos (1994) propõe pensar o espaço como algo que não se dissocia sistemas de objetos (considerados cada vez mais artificiais) e sistemas de ações (estranhos ao lugar), sendo sua remodelação baseada à margem da consciência e vontade dos que a praticam.

O espaço é a natureza transformada e socializada, uma segunda natureza historicizada. A transformação da primeira natureza – natureza natural – para a segunda natureza – natureza socializada – ocorre pelo uso das técnicas e ferramentas desenvolvidas pelos homens. Desta forma, os humanos transformam a natureza e produzem o espaço. Assim, através de suas atividades o homem deixa suas marcas no espaço geográfico (SANTOS, 2006).

Importante explanar sobre esta transformação do espaço, pois solidifica o enlace presente nas relações sociais que culminam com as necessidades dos grupos de se organizarem e reorganizarem no contínuo espaço/tempo, marcando as peculiaridades pertencentes a cada um destes.

O longo processo de organização e reorganização da sociedade deu-se concomitantemente à transformação da natureza primitiva em campos, cidades, estradas de ferro, minas, voçorocas, parques nacionais, *shopping centers*, etc. Estas obras do homem são as suas marcas apresentando um determinado padrão de localização que é próprio a cada sociedade. Organizadas espacialmente, constituem o espaço do homem, a organização espacial da sociedade ou, simplesmente, o espaço geográfico (CORRÊA, 2000, p. 28).

Compreender o processo de ocupação de determinado espaço nos possibilita entender o processo histórico de apropriação e identidade dos sujeitos, com base na conquista do território.

O espaço é extremamente importante na própria construção individual e social daqueles que farão a ação e transformação. O homem se permite nascer através do espaço e, a partir dele, buscar as ferramentas necessárias para o início do convívio.

Estabelecer diretrizes para melhor compreensão do espaço geográfico e de sua ocupação/desocupação enquanto ação/transformação promovida pelo homem, permite uma discussão sobre suas implicações nos processos de desenvolvimento do território, da economia, da vida social, sendo enfatizadas as concepções de territorialidade, da identidade, do pertencimento e do próprio lugar.

Pontuando as questões que inerem a categoria geográfica espaço e, em tese, de sua importância como conceito base para um melhor aprofundamento das demais categorias, parte-se para uma análise *sui generis* da categoria território e, a posteriori, da categoria lugar, com premissa de refletir sobre os sujeitos do campo.

Raffestin (1993) analisa que o território se forma a partir do espaço, sendo necessariamente resultado de uma ação realizada pelo homem em qualquer possibilidade através de uma apropriação do espaço, seja ela de maneira concreta ou abstrata, territorializando-o.

[...] é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação é o seu território. E no interior deste espaço há diferentes territórios, constituindo suas

multiterritorialidades. São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis (FERNANDES, 2005, p. 6).

Compreender o território a partir da ótica dos sujeitos do campo se torna singular à medida que se considera todo o processo de territorialização destes, marcados por características específicas e, por disputas unilaterais com a lógica mercadológica.

O cenário presente nestas disputas territoriais tem em seu cerne, a prática de confrontos e disputas pela terra. Importante considerar que a própria concepção de formação do camponês perpassa pela organização e por sua resistência frente às adversidades.

Os múltiplos processos da criação de territórios, o que inclui o campo e suas características, são complexos, permitindo ao longo do tempo, que sejam presenciadas determinadas mudanças, a depender de forças históricas que exercem a pressão sobre determinados povos e grupos sociais (LITTLE, 2004).

Ao fazer uma análise sobre a percepção destas mudanças na perspectiva de interpretar os sujeitos do campo, torna-se essencial a compreensão da categoria território enquanto constructo da base histórica, social e cultural de determinadas comunidades.

Essa proposição não se faz diferente do observado na Gleba Providência III. Distinguir as peculiaridades existentes no *lócus* da pesquisa se torna inerente à construção de um entendimento da territorialização deste espaço, assim como dos grupos históricos que foram dominantes na sua consolidação.

Ao se apropriar do território, a terra torna-se apoteose dos resultados das lutas e dos conflitos agrários. Nesta perspectiva, a expansão do agronegócio é uma ameaça real a outras lógicas de agricultura e de modos de vida, principalmente a camponesa, seja ela mobilizada ou não por movimentos sociais (JESUS, *et al*, 2013).

A perspectiva de território é amplamente marcada pela produção, seja a camponesa, mercadológica, especulatória. O território é inserido como uma fonte de riquezas em seus mais variados aspectos e formas.

Nesta busca pela territorialidade embrenham-se importantes conflitos para conquista e manutenção da terra. Propõe-se pensar que há uma dualidade contraditória entre o agronegócio e agricultura camponesa. Por um lado, uma produção territorial baseada na monocultura, por outro lado, a diversificação de produção agrícola.

É importante a compreensão de que a produção se faz presente no território, e em conjunto, as transformações ocorridas dentro deste mesmo território pela ação transformadora dos sujeitos:

O território como resultado da espacialização que a sociedade desenvolve tem como característica principal seu processo dialético de construção. A produção do território deve ser entendida a partir da subordinação ao modo de produção vigente e, portanto, sua produção é influenciada, principalmente, pelo atrelamento entre o poder político e o poder econômico. Neste sentido, são os sujeitos que constroem o território, no seu processo de reprodução material e simbólica, historicamente, por meio da luta de classes e condicionados pela lógica dinâmica e contraditória do modo de produção capitalista (CAMACHO, 2010, p. 76).

A partir do entendimento de Camacho (2010), pondera-se sobre a importância desta ação dos sujeitos para a remodelação territorial. Há todo um contexto que perfaz a luta de classes, imbricadas paralelamente a um conflito territorial, e particularmente, agrário.

Camacho (2009) afirma que o beneficiamento ao agronegócio foi uma constante no cenário brasileiro ao longo do tempo por parte do Estado, e que essa priorização revela uma preocupação em se produzir para exportação, tendo como consequência menos produção de cultivares para a mesa da população.

É evidente a constatação que essa vantagem ao agronegócio revela uma ausência de território ao campesinato. Desta prática, levantes e organizações são importantes para configurar um cenário de resistência no campo, e sistemicamente, propor uma identidade maior do camponês com seu lugar de trabalho, moradia e de relações socioculturais.

Nesta inquietação e na busca da importância do território aos sujeitos do campo, é importante considerar que a categoria lugar também se faz presente na concepção do território identidade.

Pensando a partir da perspectiva de Lugar, Staniski *et al* (2014) relata que o lugar, a partir de suas particularidades, enfatiza a subjetividade humana, pensando as

especialidades com a estreita relação de laços afetivos com que se desenvolvem ao longo de nossas vidas e em convivência com o lugar propriamente dito e as pessoas que fazem parte deste contexto.

A priori, interpelar por uma identidade com a terra por estes sujeitos do campo e com os preceitos do modo de vida camponês, sugere estabelecer de maneira ampla a efetividade com o lugar de trabalho e moradia. A posteriori, inclinar-se para a subjetivação de resistência é impor ao modelo do capital uma contradição e antagonismo.

Carlos (2007) propõe uma análise da reprodução da vida a partir de um tripé, baseado no habitante, na identidade e no lugar. Ainda para autora, é possível considerar o corpo como destaque na compreensão de habitar o espaço, observando devidamente os modos de uso, a corporeidade.

O corpo em movimento, a intersecção de identidade revela a urgente necessidade de se interpretar a importância desta categoria geográfica para o fortalecimento dos sujeitos do campo e do seu modo de vida.

Condicionar a existência do homem e da mulher do campo no campo transcorre por um pertencimento ao lugar, moldado e caracterizado por uma questão de territorialização desses sujeitos na terra, no qual perpassa por situações de contradição, do enfrentamento, da resistência, da resiliência, da solidariedade e de relações socioeconômicas.

Buscar elementos fundantes que condizem com a reprodução do modo de vida camponês, sugere mais do que nunca, a imposição do conhecimento da conflitualidade que está presente no contexto rural e que, dentro desta perspectiva, há muitas representações e representados.

Partindo desse pressuposto é legítimo justificar que os sujeitos do campo, observando o território e o lugar como imponentes no processo de espacialização, são constructos de sua transformação, compreendendo a apropriação dos meios, de identidade territorial.

Desta forma, nas próximas subseções, há a proposição de se apresentar os distintos olhares e perspectivas para estas duas categorias trazidas para análise, território e lugar. Convém propor que ambas são importantes para o debate proposto para a investigação e que, a partir delas, dos múltiplos olhares, traçou-se questões norteadoras para o desenvolvimento da conjuntura da pesquisa.

## 1.1 Diferentes olhares e perspectivas sobre Território

A Geografia é uma ciência que estuda os diferentes aspectos da sociedade, relacionando suas categorias de análises com elementos e ações antrópicas e na transformação da natureza e construção/organização do espaço, por isso, há diferentes abordagens sobre a concepção destes conceitos.

A ênfase destas multiplicidades, com olhares e perspectivas, oportuniza a proposição de diferentes conceituações, em especial, neste subtítulo, sobre a categoria território. A abordagem parte da lógica do campesinato e, propositalmente, de suas contraditoriedades em relação ao capital.

Fernandes (2005) pondera que o território parte das relações sociais produtivas, mantidas pelas relações de poder. Ainda para o autor (p. 27) “O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades”.

Para Schneider e Tartaruga (2005), uma das considerações de território por parte da Geografia é, compreendê-lo como um fragmento do espaço, separado por limites, imbricados em leis, que em suma, formam territórios políticos no qual os governos podem gerir políticas públicas. No entanto, devemos compreender que esta não é a única concepção de território dentro da Geografia, pois cada território dispõe de suas próprias características que o constitui, o que o torna único e peculiar na história da humanidade. Nesta percepção Gottmann (2012) entende que:

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política (GOTTMANN, 2012, p. 523).

Há uma clara percepção que as relações de poder emanam sobre a construção do território, indo além, estabelecendo todas as demais situações que permeiam na

ação de transformação. É perceptível também que os sujeitos (homens e mulheres) são os principais responsáveis por este fenômeno.

O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos. Considerando o que foi dito sobre a natureza do poder, será fácil compreender por que colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder. Nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação [...] O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Desta forma, é inevitável não se utilizar das concepções do dimensionamento do território por Rogério Haesbaert (2004). O autor propõe o agrupamento do conceito de território em três dimensões, distintas e complementares ao mesmo tempo. A primeira dimensão (jurídica/política), refletida na questão política, se insere nos pensamentos de Raffestin e Gottmann, cujas relações se envolvem no espaço e poder. A segunda dimensão é a cultural(ista), caracterizada por uma questão cultural, de cunho mais subjetivo, de símbolos. A terceira é a econômica, visualizada por uma questão de mercado, como fonte de recurso.

Saquet (2007) faz uma reflexão sobre a questão de interfaces e de interligações que existem através do território, propondo que a questão econômica, política e cultural através da sua apropriação é de natureza exterior ao sujeito, sendo essa mesma natureza responsável pela articulação e unidade deste território.

Estabelecendo conexões com ambos os conceitos e teóricos, conota-se que o questionamento sobre o território é pertinente à medida que traz elementos de compreensão, seja fatores internos ou externos. Postula-se tanto no homem e mulher social como nas suas ferramentas que transformam a primeira natureza.

Para Haesbaert e Limonad (2007, p. 42) “É possível partir de uma constatação aparentemente banal: sem dúvida o homem nasce com o território, e vice-versa, o território nasce com a civilização [...]”. Para os autores, é possível dialogar no sentido de que os sujeitos percebem a sua inserção no espaço, pensando na subjetividade e, ao contemplar a apropriação deste, inicia-se o processo de construção, que é a parte

objetiva. No fim, há um estabelecimento de que essa continuidade do sujeito neste espaço acarreta uma construção dele próprio por este território.

Esta constatação trazida por Haesbaert e Limonad (2007) sinaliza no sentido de que o território perpassa por uma conjunção com os sujeitos que lhes apropria. É exequível o sentido de que, cedo ou tarde, haverá um revés na proposição de reconstrução deste território, por interferência direta do grande capital e suas formas de dominação. Neste sentido, é importante analisar que:

O território consiste, é claro, de componentes materiais ordenados no espaço geográfico de acordo com certas leis da natureza. Entretanto, seria ilusório considerar o território como uma dádiva divina e como um fenômeno puramente físico. Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político. Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos. Na teoria política, o território parece ter sido um termo utilizado nas línguas europeias desde o século XIV para definir primeiramente a jurisdição ou até mesmo a órbita econômica de unidades governamentais, tais como cidades livres, feudos ou reinos. O papel do conceito de território alterou-se ao longo dos séculos. De certa forma, pode-se afirmar que o conceito existiu desde muito antes do século XIV e adquiriu mais significado desde então. No tempo em que vivemos, esse conceito está passando por uma modificação substancial que deve expressar alterações mais profundas que vêm ocorrendo nas questões da política [...] (GOTTMANN, 2012, P. 523; 524).

Esse aspecto político do território fica claro na retórica do bem comum, ou seja, nas razões específicas que determinados grupos têm, isso inclui os sujeitos do campo, em se organizarem na manutenção da territorialidade, visando sobretudo, a segurança de uma transformação sem que haja perdas.

Na prática, ao se comparar uma ação política na questão da apropriação do território e trazer essa discussão para o campo, certamente os apontamentos que seriam realizados é na direção de uma ampla defesa do capital, do agronegócio, por parte do Estado. Assim, em eventual contradição surgiria uma segunda ação política coordenada pelos movimentos sociais para legitimar o campesinato como organização de resistência e de luta pela terra.

Eduardo (2006, p. 179) instiga o debate acerca da importância das relações sociais que envolvem as questões territoriais, desta “conflitualidade geografizada”. Para o autor, é importante a compreensão das redefinições do território pelos sujeitos

sociais, a partir dos seus cotidianos e de suas vivências, “[...] “num campo de forças” relacionalmente emaranhado por poderes nas mais variadas intensidades e ritmos”.

A partir desse pensamento, analisa-se que o homem e a mulher, no caso específico falando dos sujeitos do campo, na intrínseca afinidade com os movimentos sociais de luta pela terra e, nas relações com seus pares, criam-se laços expressivos em defesa de seus territórios, pois compete forças com outras organizações, com outros poderes. Neste sentido,

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos diversas relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 9).

A abordagem descrita por Raffestin implica na conflitualidade presente na formação dos territórios como um todo. Se cada sujeito tem no seu cerne o ato desta construção, parte-se do pressuposto da existência dessa correlação de força cotidianamente, em menor ou maior grau, a depender do objetivo que está sendo empregado.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida [...] (SANTOS, 1999, p. 8).

Refletindo sobre análise de Milton Santos sobre a conceituação do território, é importante notar que a percepção está desdobrada como algo extremamente

importante e característico das necessidades de uma vida em sociedade. O território se incorpora quanto a uma lógica de ser o próprio modo de vida, com suas características singulares e abstratas.

O território, físico e material, por si só não explicaria as nuances na construção de poder e na busca de determinadas relações sociais que se articulam nos paradigmas territoriais. Neste cenário, o imaterial ganha contornos singulares na basilaridade da construção de um território.

O território (i)material é caracterizado pelas relações de poder explicativo dos paradigmas que os grupos tomam para si. Isso quer dizer que a disputa, a tensão e o conflito paradigmático fazem parte do pensamento geográfico. Na busca de uma leitura da realidade, eles participam de um espaço de luta teórica e que abrange todo um aparato político-ideológico. Sem essa disputa paradigmática, o pensamento geográfico não avança, sendo o diálogo o fio condutor que qualifica o conhecimento (VINHA, 2013, p. 32).

É importante frisar que o pensamento trazido pela autora explora muito além do simples ato de territorializar, no seu sentido mais literal. Dimensiona a própria indução ao preceito de vida, e da luta pela terra, da premissa e da identidade camponesa.

Orlandi (2009) pontua caracterizadamente a concepção de território material e imaterial. Para a autora, o material se movimenta a partir das relações sociais imbricadas no controle e luta pelo poder, diferentemente do imaterial, estabelecido pelo poder de dizer, da criação das representações e dos significados de sua luta de classes.

Nesta percepção, a construção do território perpassa indissociavelmente da questão material e imaterial. Atrair o território na concepção do discurso da legitimidade da luta pela terra, do campesinato, da produção, da identidade, requer muito mais que luta física, requer um campo ideológico de forças que somadas, provoquem a própria construção de um conhecimento.

Ademais, pensando na edificação dessa pesquisa, “[...] o campesinato também constrói o seu território imaterial para disputar e defender o seu lugar e a sua importância na sociedade capitalista demonstrando que ele não desapareceu, mas participa das discussões com seu projeto ideológico [...]” (FELÍCIO, 2010, p. 23).

Rumando nesse sentido, ao propor compreender o papel do território enquanto condição de poder e de poder falar, sintetiza a força da conjuntura e das relações que

são criadas nesse paradoxo. Propõe-se a partir destes paradigmas, compreender qual a importância de se estabelecer essas determinadas narrativas, para então abrir um leque de possibilidades de interpretações alicerçadas pelas categorias geográficas e suas ramificações, o que será discutido na próxima subseção, com os conceitos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR).

### **1.1.1 Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização como processos na construção do modo de vida Camponês**

As relações estabelecidas no campo, em especial pela lógica do campesinato, procuram legitimar de maneira lúcida, a construção do modo de vida camponês. Esta observação coincide com a proposta de estruturação do território como força impulsionadora na queda de braço com as formas de apropriação da terra no meio rural.

Duarte (2009), propondo uma visão a partir de Paul Claval, demonstra que as relações de discurso, da prática e de poder estão entrelaçadas como uma ação plural e sistêmica na identificação de vários grupos sociais e, pondera que estas relações de poder facilitam uma territorialização de identidades semelhantes. Possibilita uma estratificação social com base num julgo semelhante de interesses e ideais.

Entender essas complexidades, sob a lógica do campesinato, é preciso se lançar no propósito de questionar a realidade vivenciada pelos sujeitos das comunidades, glebas e assentamentos, no intuito de legitimar a resistência destes e das conflitualidades existentes contra o capital em suas mais diversas ramificações.

Na busca pela compreensão da construção do território, há que fazer uma correlação entre uma série de fatores, objetivos e subjetivos, na ótica política, cultural, econômico e social.

Numa analogia ao pensamento de Gottmann (2012), interpelar para o território enquanto transitório e complementar, entre a política e o espaço, remete a uma compreensão de que os sujeitos do campo se fazem presente na centralidade desta discussão.

Nesta averiguação, define-se a partir da conflitualidade e dos sujeitos do campo, evidências de luta pela terra, cada vez mais comum. A proporção é ainda mais notória, ao observar que mesmo não tendo o Estado na sua ampla defesa, o

camponês utiliza as mais diversificadas alternativas para sua manutenção e permanência neste campo, desde a organicidade na produção, do cooperativismo, até manifestações dentro e fora do seu território. Pensando nesta sintaxe, analisa-se que:

a desterritorialização absoluta refere-se ao pensamento, à criação. Para Deleuze e Guattari o pensamento se faz no processo de desterritorialização. Pensar é desterritorializar. Isto quer dizer que o pensamento só é possível na criação e para se criar algo novo, é necessário romper com o território existente, criando outro. Dessa forma, da mesma maneira que os agenciamentos funcionavam como elementos constitutivos do território, eles também vão operar uma desterritorialização. Novos agenciamentos são necessários. Novos encontros, novas funções, novos arranjos. No entanto, a desterritorialização do pensamento, tal como a desterritorialização em sentido amplo, é sempre acompanhada por uma reterritorialização: “a desterritorialização absoluta não existe sem reterritorialização”. Essa reterritorialização é a obra criada, é o novo conceito, é a canção pronta, o quadro finalizado (HAESBAERT e BRUCE, 2002, p. 9-10)

Pensar a propositura trazida por Deleuze e Guattari incide de maneira construtiva na concepção da territorialidade para os sujeitos. O conceito abstrato ilustra, de uma maneira latente, a linearidade das fases complexas no processo do conceito de territorialização, desterritorialização e reterritorialização TDR, e suas consequências para a permanência dos sujeitos na terra.

Diante disso, é conveniente uma abordagem dos conceitos de TDR, no sentido prático da compreensão de como ocorre esse processo de apropriação de terra no campo, a partir de uma leitura da lógica campesina.

Chelotti (2013, p. 5) exemplifica esses processos geográficos, T-D-R, com o caso dos imigrantes italianos que, territorializados nos campos daquele país, foram desterritorializados e “reterritorializados nas antigas áreas florestais do Rio Grande do Sul no final do século XIX”.

Em um primeiro momento, esses camponeses europeus foram desterritorializados em função do avanço da Revolução Industrial e, num segundo momento, reterritorializados no Sul do Brasil. Em decorrência do movimento da sociedade, seus descendentes foram desterritorializados com o advento da modernização da agricultura, e o processo de reterritorialização ocorreu, por exemplo, na medida em que ingressaram e se organizaram em movimentos sociais no final da década de 1970 (CHELOTTI, 2013, p. 5).

Todo esse processo deixa evidente as possíveis contradições que existe no processo de luta pela terra. Ao mesmo tempo, a compreensão destes, soma-se a uma possibilidade maior da organização por parte dos camponeses.

Em Haesbaert e Limonad (2007) é possível o diálogo no sentido de ponderar os efeitos do mundo contemporâneo, seja através da globalização ou ao seu contraditório, a fragmentação. Trazer essa discussão para a construção do modo de vida camponês também induz a uma análise pormenorizada de uma teia de relações, que envolvem precisamente o trabalho, a produção, a vida, as políticas públicas de permanência e manutenção, as memórias, os saberes e a própria identidade. De uma maneira surpreendente, visualiza-se uma era de “fascismo territorial”, onde:

Nós que vivemos numa sociedade da informação nos esquecemos de que 62% da população mundial, segundo a ONU, nunca fez uma chamada telefônica. Portanto, eu queria registrar e chamar atenção para o fato de que esses fascismos sociais são também territoriais. E, portanto, têm uma dimensão territorial nas cidades e também fora delas. Podem ocorrer no campo. Penso que o MST, de alguma maneira, tem sido uma boa denúncia dos fascismos territoriais no campo, até recentemente invisíveis. Então, essa sociedade civil é indiferente ou invisível. Eles não existem, não se conhecem, não têm peso político, não têm voz (SANTOS, 2001, p. 7).

É inevitável não questionar e trazer para o debate a ausência desses sujeitos invisibilizados pela lógica do capital. O pensamento de Boaventura de Souza Santos (2001) vai ao encontro da necessidade da organização dos sujeitos passivos. Oportunizar e exigir a luta às contradições é necessário e urgente, principalmente, nas questões que envolvem o campo.

Pereira e Alentejano (2014) reiteram os efeitos produzidos a partir da invisibilidade destes sujeitos do campo, ao destacarem uma série de efeitos sobre a concentração da terra pelos latifundiários, para a personificação da monocultura, entre eles, a aceleração da expropriação do camponês, a exploração da mão de obra e uma pior qualidade de vida no campo. Esses são fatores que contribuem diretamente para a desterritorialização camponesa.

Enfatiza-se que existem muitos outros fatores que levam de fato a expulsão desses camponeses. Há de citar como exemplo, a pressão exercida por parte dos grandes produtores com o cerceamento com veneno, pela mineração com o acumamento e oferecimento de valores desproporcionais que não serão cumpridos e

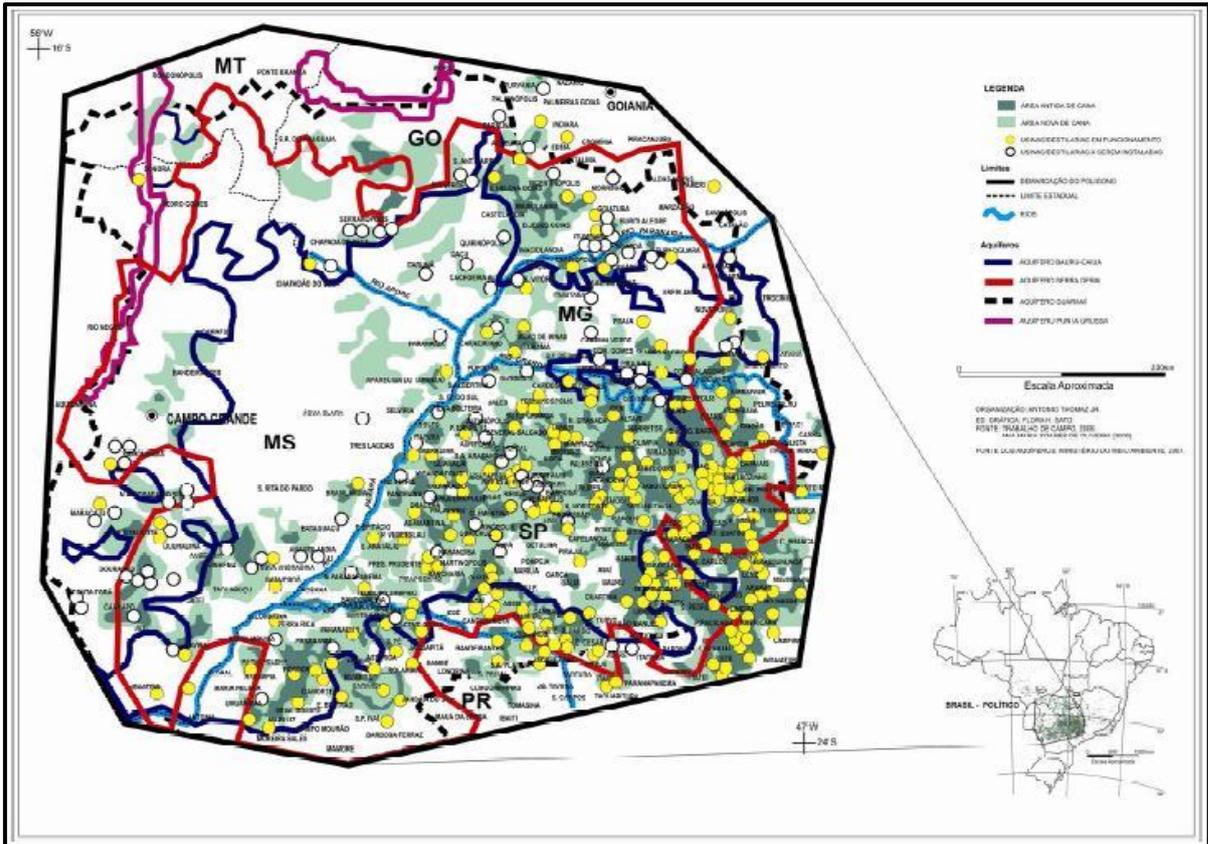
ainda pela inserção das cadeias de hidrelétricas e outras estratégias produtivas do agrohidronegócio que alagam grandes porções territoriais.

Thomaz Junior (2010) reverbera sobre o olhar das estratégias impostas pela relação entre trabalhador e o capital. O autor trabalha no sentido de compreensão e da difusão do pensamento de fissuras intercapital, ao qual se revelam um estranhamento acerca de uma série de questionamentos e conflitos, entre eles, a questão hídrica. Dentro desse contexto, há de se mensurar que:

A evidente vinculação entre a expansão das áreas de plantio das *commodities* com a disponibilização dos recursos terra e água tem sido imprescindível para as estratégias para o capital. Assim, a posse da terra e da água nos remete a refletir o papel do Estado no empoderamento do capital e seus efeitos no quadro social da exclusão, da fome, e da emergência da reforma agrária e da soberania alimentar. É dessa complexa e articulada malha de relações que estamos focando esse processo no âmbito do agrohidronegócio, por onde nos propomos entender os desafios para a sociedade, para os moradores das cidades e dos campos, ou seja, a dinâmica geográfica da reprodução do capital no século XXI e os cenários que põem para os trabalhadores (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 98-99).

Ditado pela intensa preocupação no que concerne a proposta do agrohidronegócio, há ainda para se ater à chamada conceituação “Polígono do Agrohidronegócio” (Figura 2), caracterizada por uma combinação de terras férteis, planas e com extrema acessibilidade aos recursos hídricos, e que avança abruptamente em direção ao eixo centro-sul (BENTO e THOMAZ JUNIOR, 2021).

### **Figura 2 - Polígono do Agrohidronegócio – Brasil, 2008**



Fonte: Thomaz Júnior (2010)

Na análise de Thomaz Júnior (2010) sobre o Polígono do Agrohidroregião no Brasil, faz-se uma referência à Região Centro-Sul, considerando que Mato Grosso também se insere nesta prerrogativa. Analisa-se a presença da região sul mato-grossense, com as áreas novas de plantações de cana, soja, milho, além dos aquíferos como suporte de grandes processos irrigatórios. Salienta-se que a proposição do plantio de cana de açúcar também é fator preponderante no contexto da região sudoeste, e avança fortemente no nosso objeto de pesquisa, assim como as demais produções da monocultura.

Desta forma, pensar a desterritorialização a partir destes elementos da contradição capitalista é abrir precedentes para que haja uma nova reterritorialização, aos moldes de uma organização massiva, competindo e resistindo aos fatores externos que alicerçam a proposição deste ciclo.

Na condição dessa possibilidade de reterritorialização, instaura-se uma continuidade de busca pela terra no sentido camponês de se revelar novos caminhos, lutas e conquistas. Porém, seguindo nessa lógica, é importante analisar que esta reterritorialização se evidencia após uma desterritorialização.

É um jogo de contradição, o efeito globalizante corrobora por esta disputa no cerne da questão territorial. Não está em foco apenas a terra, mas, valores humanos, o sistema de produção, as relações sociais e afetivas, o modo de vida do campesinato.

Essas questões escancaram por muito, provas de que o capitalismo parte de um princípio de que sua sustentação é a desigualdade social. Essas diferenças de classes são abruptas e percebidas no cotidiano, nas ações, nos favorecimentos por parte do Estado. Essa situação desencadeia ações que remetem drásticas consequências, seja na cidade ou no campo.

Como o foco é o contexto rural, as consequências geradas neste campo são importantes para a compreensão dos processos de desterritorialização e reterritorialização. Alguns elementos que norteiam esse processo são evidenciados: o avanço frenético da monocultura e da pecuária extensiva, a falta de coletividade da comunidade, a desproporcionalidade do tamanho dos lotes, a insuficiência das políticas públicas dentre muitos outros eventos. Desta forma, percebe-se a importância do território e das inúmeras relações de poderes que se manifestam nele.

É, portanto o conjunto das atividades humanas que determina a fisionomia específica de cada território e o seu lugar no grande jogo da globalização. Múltiplas configurações de poderes, *in loco* ou do outro lado do planeta, e determinam o que poder-se-ia chamar aqui, tomando emprestado ao vocabulário do marketing, seu “posicionamento” na competição generalizada que decorre da abertura das fronteiras. Alguns procuram valorizar as vantagens comparativas do território, desenvolver produções pelas quais são bem dotados em recursos naturais [...] agregar valor a ele. Outros se comportam em predadores e procuram apenas explorar com o mínimo de investimento os recursos deste lugar para vendê-lo nos mercados, próximos ou remotos, capazes de pagar o melhor preço, e veem nos habitantes do lugar apenas a mão de obra necessária, a contratar no mínimo custo possível. Alguns têm mesmo a preocupação de proteger o território, tomando cuidado para assegurar-se que os efeitos induzidos pelas atividades econômicas não criem desequilíbrios espaciais muito fortes, por que se prolonguem no tempo, de preocupar-se da solidariedade horizontal (entre as diferentes partes do território) e a solidariedade vertical (entre as gerações) (THÉRY, 2008, p. 90).

Entretanto, por mais coeso que seja um território fortalecido por seus sujeitos, ainda assim, não deixam de existir ameaças. Essa percepção de desterritorialização e reterritorialização faz parte de um processo dinâmico e possivelmente nunca deixará de existir.

A essência do território e do campesinato, permite compreender que a desterritorialização e a reterritorialização fundamenta-se em dimensões remetidas a simbologia, no processo de destruição de marcos históricos e a questão da identidade, como em fatores concretos no campo político e econômico (HAESBAERT, 2003).

Percebe-se que a desterritorialização/reterritorialização vai muito além de uma conceituação em si. Ao trazer a discussão para o campo, fica explícito que existe uma porção de coisas que são provenientes da ocupação da terra e, a perda de um território remete-se a perda de uma própria identidade.

Para compreender a construção da identidade partimos da premissa que essa é fruto de ações sociais. Destaca-se que todos os seres humanos estão inseridos no processo de construção identitária, pois, constantemente são estabelecidas relações simbólicas e subjetivas com o mundo que nos cerca, repletas de significados culturais. Podemos, então, compreender que a identidade na região de fronteira é fruto do espaço vivido fixado por limites administrativos, sendo formado por agentes sociais que circulam por entre estas linhas fictícias e que constroem neste processo uma identificação que muitas vezes se torna a marca regional cunhada no imaginário da população (DUARTE, 2016, p. 5).

Entender essa reflexão trazida por Duarte (2016) é evidenciar a importância de uma vertente de território de identidade cultural construída a partir da conceituação de Rogério Haesbaert. As relações simbólicas e culturais trazidas e construídas pelos sujeitos no território, caracterizam como a premissa da manifestação desta desterritorialização, como da própria desalma de suas concepções enquanto camponês.

Para Haesbaert (2007, p. 42), “as identidades não são construções totalmente arbitrárias ou aleatórias, elas precisam ancorar-se em referentes materiais ou, em outras palavras, tem sempre uma fundamentação política “concreta” [...]”. Essa definição de uma identidade sólida, impõe a concepção de que os sujeitos tendem a criar relações de coexistência em seus territórios, e ao passo que ocorre a tríade TDR, identidades também são quebradas, realocadas e reconfiguradas, mas nem sempre com a mesma intensidade.

Fato é que, essas reconfigurações territoriais estabelecem uma percepção de singularidade do território e do próprio sujeito em si. A reterritorialização pode acontecer, mas a simbologia será certamente diferente.

No que estamos aqui denominando de identidades territoriais, escolham-se (ou, concomitantemente, reconstroem-se) espaços e tempos, geografias e histórias para moldar uma identidade, de modo que os habitantes de um determinado território se reconhecem de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comum. (HAESBAERT, 2007, p. 44)

Ainda assim, é preciso compreender que, por diferentes motivos e consequências, existem elementos de desterritorialização que não são possíveis considerarem a vertente culturalista, a exemplo, de camponeses que comercializam seus lotes para uma possível mudança para outras localidades ou mesmo para a cidade, não levando em conta, na maioria dos casos, seu processo de identidade construtiva no território.

São questões pontuais, que devem ser analisadas de uma maneira bem específica. A saber, é de suma importância enfatizar, se existe dentro de um contexto territorial a apropriação do lugar como fonte da identidade e de pertencimento que produz um território de identidade, leva-se sempre a concepção que há muitas histórias, e ideais.

E o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do trabalho, no Brasil, portanto sua própria dinâmica geográfica é o que nos permite compreender a realidade das famílias trabalhadoras camponesas, dos inúmeros contingentes de trabalhadores e trabalhadoras egressos dos centros urbanos, e que carregam em seu interior formações e conteúdos sócio-culturais distintos, mas que fazem espacializar o conflito de classes e criam/constroem por dentro do mesmo conflito os territórios da resistência (THOMAZ JUNIOR, 2012, p. 3).

Na Gleba Providência III, percebe-se que há evidências de um processo de desterritorialização/reterritorialização neste território. De maneira paulatina, destaca-se alguns dados que são fornecidos a partir da experiência empírica e *in lócus*. São fatores considerados elementos chaves no diagnóstico das prerrogativas lançadas para esta pesquisa, e que vão ao encontro da falta de políticas públicas e da apropriação pelo agronegócio.

É importante considerar que a maioria das famílias que chegaram na Gleba se lançaram realmente, a conquista e permanência na terra, pois além de enfrentarem em muitos casos, uma jornada longa até ali chegarem, tiveram que resistir as adversidades encontradas, como falta de estrutura básica para manutenção do lote e

da própria dignidade de sobrevivência. A priori, a relação de conquista da terra era através da posse, posteriormente, conforme retratado no diálogo com os/as entrevistados/as, é possível identificar a relação de compra e venda.

São esses dilemas e elementos que permitem uma melhor compreensão da realidade territorial do povo camponês e, a que medida isto influencia diretamente para a resistência/permanência no campo e na luta contra o capital predador.

Desta forma, na próxima seção, propõe-se uma discussão embasada na categoria lugar que subsidiará o diálogo com base no trabalho e no modo de vida da população campesina, registrando o grau de pertencimento do sujeito e o significado de/para a comunidade.

## **1.2 O Lugar como categoria de compreensão das relações estabelecidas em um determinado espaço**

Antes de propor qualquer discussão que submerja a perspectiva da categoria lugar e, de sua projeção para o entendimento de uma lógica de pertencimento e identidade, é imprescindível destacar que há uma possibilidade de se adentrar aos múltiplos olhares também desta categoria. Partindo de uma análise pautada:

[...] Na Geografia particularmente, a expressão *lugar* constitui-se em um dos seus conceitos-chave. Apesar das amplas reflexões já realizadas acerca do seu significado, é possível afirmar que este é o conceito menos desenvolvido neste campo do saber. Porém é possível identificar duas acepções principais, sendo estas consideradas em dois de seus eixos epistemológicos: o da Geografia Humanística e o da Dialética Marxista. Embora ambas as correntes possuam fundamentações filosóficas diferenciadas, têm em comum o fato de terem surgido como reações ao positivismo [...] (LEITE, 1998, p. 9).

Cabe interpretar que, essa ruptura das correntes de renovação da Geografia com a epistemologia positivista, reforçou a necessidade do reconhecimento dos valores humanos mais empíricos. Ao mesmo tempo, moldou-se com base na conexão da criticidade representada pela Geografia Radical, um olhar mais atento para as questões sociais. Leite (1998) ainda pondera que o conceito de lugar parte de uma construção subjetiva e corriqueira, que ao menor sinal de ameaça, aflora a consciência do verdadeiro valor.

Analisando a partir dos pensamentos de Carlos (2007), há uma avaliação que a identidade do lugar se torne cada vez mais globalizada, isso no sentido de que essa produção de uma história coletivizada que ultrapassa o objeto concreto, transforme de maneira forte as relações subjetivas entre os sujeitos, influenciando no relativismo desta localização.

Ferreira (2000) busca identificar que o conceito de lugar, ora considerado problemático dentro das categorias geográficas, se torna importante para uma análise de um mundo cada vez mais acelerado e com tendências de mudanças repentinas e, que sugere que essa categoria se estabeleça como um ponto de inflexão para mudanças paradigmáticas.

Com esta abordagem, faz-se uma analogia na própria concepção dos sujeitos com o lugar, dando-lhes relevância sobre o sentimento e reciprocidade, intervendo no processo de construção que busca a empiria na condição de estabelecimento das relações mútuas que são identificadas neste processo. “[...] O lugar se refere de forma indissociável ao vivido, ao plano do imediato. E é o que pode ser apropriado pelo corpo [...]” (CARLOS, 2007, p. 19).

Ao propor entender a categoria geográfica lugar, deve-se, necessariamente, instigar a busca pela sua multiplicidade de olhares, para haver a compreensão do que se quer e onde se pode chegar, tendo como referência as relações sociais que envolvem este processo. A análise parte do entendimento que a manifestação do lugar possa ocorrer sistemicamente em várias vertentes, a partir de símbolos e significados, mas também de uma abordagem crítica, considera-se de fato o lugar como uma construção social.

Neste sentido, o lugar pode ser compreendido pela Geografia Humanística, que de acordo com Moreira e Hespanhol (2007), associa-se ao espaço vivido. “[...] essa correlação não é por acaso, pois essa corrente encontrou no lugar a possibilidade de explicar a construção do mundo, já que o lugar é visto como o mundo da vida, marcado pela experiência e percepção” (MOREIRA; HESPANHOL, 2007, p. 50).

Moreira Neto (2016) observa que o lugar enquanto conceito vai ao encontro, na maioria das vezes, de uma Geografia humanista. Essa associação revela uma preocupação com a realidade, do homem com seu meio, da apropriação, seja através de construções, habitações e reproduções.

[...] Se lugar é uma segurança e a sociedade contemporânea tem vivido em meio a diversos riscos, cabe também, a nós geógrafos, entendermos como está a relação das pessoas com os seus lugares identificando, caracterizando e mitigando suas vulnerabilidades (MOREIRA NETO, 2016, p. 313).

A partir das indagações de Edward Relph, presente no texto de Moreira e Hespanhol (2007), entende-se que as questões culturais e intencionais da sociedade são também necessárias na consideração da subjetividade que está além do objeto posto para análise.

Carlos (2007) ruma no sentido de que não devemos considerar o desprendimento do mundo no geral com as particularidades causais da vivência. A autora entorna, ao remeter que o lugar se apresenta como ponto de intersecção nas mudanças que se evidencia na lógica da globalização e que a partir delas, o lugar enquanto aspecto de viver e de habitar se torna mais compreensível. Talvez seja esse ponto de alçada do lugar para uma construção social.

Desta forma, também se faz importante uma leitura sobre o lugar a partir de uma ótica do materialismo histórico dialético. Fazendo uma retomada em Carlos (2007, p. 17) pondera-se que “o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar”. A afirmação contempla a dimensão da importância do lugar como participante na construção da sociedade.

A compreensão do lugar no movimento das contradições exige entendê-lo pautado nos seus pares dialéticos: o interno e o externo; o novo e o velho; o local e o global. O interno abarca as variáveis que estão presentes no lugar, “aquilo que aparece como local”, e o externo constitui-se o que está fora do lugar e se apresenta como uma escala de ação maior. Contudo, os lugares têm variáveis internas e externas, sendo que o externo ao se inserir no lugar se internaliza (MOREIRA e HESPANHOL, 2007, p. 52-53).

Considerável a hipótese da identificação destes fatores internos e externos. Propõe-se no limiar do estudo desta categoria geográfica, uma concepção de presença nas relações que são postas e evidentes, que causam efeitos, que ganham notoriedade. Todas as relações estabelecidas no lugar e a partir dele são, em tese, a transformação causal emergida pelo sujeito.

A dimensão desta transformação impera também nas múltiplas formas de relação, embasada, sobretudo, na prática do cotidiano. Deste fundamento, realça-se

de uma maneira abrangente, em meio as multiplicidades e especificidades, que os lugares podem ser considerados mundializados (MOREIRA e HESPANHOL, 2007).

Para Carlos (2007), o lugar na contemporaneidade já não se faz apenas baseado em ser um ponto de localização, isso denota superficialidade. O lugar desponta como uma identidade, evidenciada, entre o processo histórico do local e do sujeito e, em suma, pelas relações de ameaças determinadas por aspectos de mundo e de globalização.

Trazida à luz algumas pontuações de discernimento do conceito de lugar para maior clareza da temática e, podendo estabelecer uma conexão com o objeto investigativo proposto, é necessária uma averiguação, um olhar para a Gleba Providência III.

Partindo do pressuposto da conceituação apresentada por Carlos (2007), pode-se observar algumas nuances relativas a um mundo cada vez mais globalizado. Isso incide de uma maneira direta na apropriação do lugar, pelos sujeitos, com uma premissa de estabelecer esse tripé, configurando-se um marco no cerne da construção e busca de definição de uma fonte identitária, adentrando-se no confronto com forças e sistemas de redes impostas pelo avanço tecnológico.

Embora os lugares tenham sua característica individualizada no espaço, não quer dizer que estejam isolados uns dos outros. Os lugares mantêm um sistema de redes entre si, mecanismos estes estabelecidos pela própria atuação das forças geradas pelo sistema de capital, afinal, cada lugar estabelece relações com os outros a partir da função determinada por este sistema econômico (STANISKI et al, 2014, p. 8-9).

Propondo este debate de relações de força pelo capital ao território e ao lugar, nas próximas seções serão mais bem evidenciados e abordados num contexto de constituição dos sujeitos do campo.

Desta forma, já na próxima seção, dando continuidade de maneira linear a teorização e, propondo uma conexão dessas temáticas, iniciar-se-á o processo de construção do lugar enquanto fonte de identidade, no sentido de compreender a influência deste para o pertencimento, o trabalho e vida no campo.

### 1.2.1 O lugar como fonte de Identidade, Pertencimento, Trabalho e Vida no Campo

Compreender o lugar como fundamento da concepção de vida é algo natural nas relações sociais. Pensar esse mesmo lugar baseando-se em uma identidade, seja ela coletiva e/ou individual, é propor o estabelecimento de laços afetivos e de pertencimento, uma relação recíproca do homem com seu habitat.

O lugar é onde estão as referências pessoais e o sistema de valores que direcionam as diferentes formas de perceber e constituir a paisagem e o espaço geográfico. Trata-se na realidade de espacialidades carregadas de laços afetivos com os quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas na convivência com o lugar e com os outros. O conceito de lugar assume um caráter subjetivo, uma vez que cada indivíduo já traz uma experiência direta com seu espaço, com o seu lugar, houve um profundo envolvimento com o local para adquirir tal pertencimento (STANISKI *et al*, 2014, p. 6).

Entender o lugar é, antes de tudo, conhecer as pessoas que nele habitam. Esses sujeitos carregam consigo toda uma experiência adquirida no transcorrer do tempo e da territorialização destes espaços.

Pensar o lugar, enquanto proposição de pertencimento, abre-se uma pauta para a discussão em torno do modo de vida no campo e das características do trabalho para a consolidação deste. Estes fatores contribuem de maneira significativa para a construção dos camponeses e da organização do processo de resistir às especulações que costumeiramente recebem.

Em uma arguição específica, é possível vislumbrar que está claro uma ameaça capitalista no campo. A condição do acúmulo do capital se apresenta em perfeita sintonia com uma precarização do trabalho, afeta as cadeias curtas de comercialização e de autoconsumo e, com a vida em comunidade de maneira autônoma (THOMAZ JUNIOR, 2008).

Observa-se, no entanto, que por mais que o advento do capitalismo marginalize as condições dos camponeses, há uma propositiva de uma contradição gerada pelo próprio capital. A tese de que existirá somente capitalistas e operariados não só não se confirmou, como abriu precedente para o antagonismo do campesinato e de suas formas de resistir (THOMAZ JUNIOR, 2008).

Dentro desta perspectiva, o trabalho e a vida no campo avultam-se como prerrogativas de emolduramento da força do camponês e, da sua expectativa de lugar e de pertencimento, como alternativa ao modelo do capital, transvestido de agronegócio. Dentro destas possibilidades, aparelham-se a coletividade e organicidade como essenciais na construção pragmática da defesa do lugar.

Olhando por uma ótica de enfrentamento, os camponeses tendem a utilizar essa alternativa, talvez a única, como modo de permanecer na terra, mesmo diante de todas as adversidades. Essa construção do lugar perpassa, sobretudo, com o estigma que:

[...] a espacialidade não se define em si, independente de um conteúdo real, o espaço é um produto do trabalho humano, logo, histórico e social, e por isso mesmo, é uma vertente analítica a partir da qual se pode fazer a leitura do conjunto da sociedade” (CARLOS, 2007, p. 24).

O conceito trazido por Carlos (2007) reforça a questão da força do trabalho, no sentido de ser essencial para a formação da base do campesinato. Sua questão histórico/social contribui de maneira importante na discussão que se lança sobre o fazer o lugar e a vivência como resultado.

Ferreira (2000) discorre no sentido de que os lugares possuem suas distinções, objetivadas, sobretudo, pelas respostas dos sujeitos às questões enunciadas pelo ambiente. Diante deste fato, é inerente à comunidade e aos seus sujeitos uma coletivização identitária.

São a partir destes fatores de coletividade, que um amplo aspecto de resistência emoldura a identidade do lugar. Vislumbra-se um campo construído necessariamente por uma organicidade (camponesa, diga-se de passagem), que o permita assegurar o direito de se lançar numa prerrogativa de disputas de território e da própria concepção de lugar com o latifúndio.

É evidente que, a construção do território alinhada à proposição do lugar, apresenta-se com múltiplas formas identitárias. As várias manifestações vão ao encontro de muitos conflitos, que perduram até que uma ligação preencha as contradições produzidas por cada sujeito, e os unifique com base no objetivo comum.

Lugares não possuem uma única identidade, eles estão cheios de conflitos internos. A especificidade de um lugar deriva do fato de que cada lugar é o foco de uma mistura distinta de relações sociais

externas e locais. Essa mistura num lugar produz efeitos que não ocorreriam de outra forma. Todas essas relações se interagem com a ajuda da história acumulada do lugar, produto de camadas sobre camadas de diferentes conjuntos de elos e vínculos locais e com o mundo exterior (MASSEY, 2000, p. 183-184).

É sagaz afirmar que a concepção da heterogeneidade articula com o movimento da produção do lugar, à medida que, essa inquietação faz parte da construção da homogeneidade presente em cada traço de sujeitos que fazem a percepção do tempo/espaço.

Esse modelo contraditório que o capital carrega consigo, semeia o empoderamento do camponês, transborda traços de resistência que permitem o molde do campo, com as peculiaridades individuais que delimitam territórios de resistências, delineando a base do lugar e suas eventuais características coletivas.

[...] algumas incursões teóricas podem ser feitas no que se refere ao uso de algumas categorias espaciais na leitura da realidade sócio-espacial. Além disso, o entendimento dos processos, que passa pela dimensão humana do espaço imprime e exprime fazeres que transitam entre o individual e o social, pendulando entre o subjetivo e o intersubjetivo (DUARTE, 2009, p. 76).

Duarte (2009) ainda vai ao encontro de uma abordagem bem interessante para se apropriar de uma discussão que se adegue ao que está sendo proposto para análise. Evidencia-se uma sujeição do território ao lugar como maneira simbiótica para entender a complexidade de dinâmicas territoriais nos eixos de economia, política e cultura, calhando o campo e sua construção pelos camponeses.

Todavia, essa tríade proposta na análise de organismo da edificação camponesa, realiza-se amplamente pelo trabalho camponês, que em tese, sustenta o contraditório em todos os aspectos, criando margens para o modo de resistir a toda e qualquer intempérie da bravata mercadológica.

Com este enredo, é possível analisar, a partir de Martin (2008) uma confrontação de ideias sobre “terra de trabalho” e “terra de negócio”, ponderando o papel do próprio camponês como sujeito de ação, sujeitando-se às transformações do tempo/espaço, da adequação, adaptação e dos desafios.

Ainda para o autor, coloca-se como ponto crucial para se interpretar o campesinato, o próprio sentido de terra e de sua família na edificação para seu trabalho, na concepção de inserção em diferentes mecanismos de territorialização ou

reterritorialização do campo. Partindo destes pensamentos, considera-se a terra como construção do lugar camponês, da morada e produção de alimento e de renda, manifestando no sentido de que:

[...] a justiça territorial pode ser entendida como o direito ao acesso, ocupação e posse da terra e aos territórios destes, frente a avassaladora expansão do capital, intensificada especialmente no contexto do neoliberalismo e da atualização do modelo primário exportador na América Latina na sua face neocolonial. Nessa lógica os povos agrários não conseguem ter nem regularizar suas terras, mas precisam destas para garantir suas vidas (PÉREZ, 2018, p. 298-299).

É a partir deste sentimento, da garantia de vida, que as múltiplas diferenças se unem numa luta singular de permanência na terra, as diferenças existenciais e relacionais se abstraem na objetivação da resistência da comunidade em coexistir.

Por isso, é necessário ressaltar que a justiça territorial não pode ser uma meta final, mas um dos requisitos para propiciar a autonomia dos povos do campo, quer dizer, o princípio de decidirem sobre como reproduzir suas vidas. Há uma necessidade fundamental e é que esses povos possam fazer/ser/reproduzir a vida a partir de suas próprias lógicas, e isso pode propiciar-se quando têm seus territórios [...] (PÉREZ, 2018, p. 300).

Destarte, apropriando-se do termo da autora, “justiça territorial”, interpela-se por compreender que a terra, enquanto premissa de trabalho, se torna extremamente importante nessa temporização, e fortuitamente nas relações que dela advém.

Ao adentrar na concepção de trabalho, pauta-se em uma temática que pode ser um tanto quanto volátil. A análise parte do ponto de se considerar as formas de trabalho que se inserem para a manutenção da comunidade, aqui considerando o exemplo também da Gleba Providência III, que pela curta distância com o meio urbano, as relações campo-cidade se tornam um tanto quanto mescladas.

Considera-se, a partir desta observação, o foco da discussão pormenorizada nas relações de trabalho no campo, entrelaçando a concepção da identidade e de pertencimento ao lugar. Ao trazer essa concepção para o *lócus* da pesquisa, observa-se, por um lado, camponeses que sobrevivem da terra sem se assalariar; por outro lado, também se denota uma grande parte de camponeses que se sujeitam a trabalhar fora de suas propriedades, seja para latifúndio ou para a agroindústria.

Para melhor compreensão dessa alternância de trabalho, é preciso considerar que, mesmo com a falta de estrutura mínima seja ela para as condições de manutenção da terra, ou de políticas públicas que permitam uma melhor qualidade de vida por parte dos camponeses, ou ainda a extrema necessidade de trabalho, perfazem as características desta alternância, mudando algumas proposituras das condicionantes do lugar, da identidade.

Há alguns condicionantes que têm sido determinantes para que os assentados assalariem-se: a falta de investimentos (moradia, energia elétrica e fomento inicial etc.) para que as famílias possam produzir; ausência de licença ambiental para o desmate dos lotes; falta de água para manter as atividades agrícolas e inexistência/ineficiência da assistência técnica [...] (FONSECA e THOMAZ JUNIOR, 2011, p. 96).

Essa relação de trabalho assalariado dos camponeses, coloca em evidência uma série de conotações que são pautas da própria marca da resistência do campesinato no campo. A submissão ao capital também se dá pelas relações contraditórias que o mercado impera.

Os fatores causadores que intensificam os fluxos migratórios campo/cidade são vários e históricos, suas causas estão na dinâmica da territorialização do capital, na expansão da concentração fundiária responsável pela desterritorialização das famílias camponesas, camponeses descapitalizados sem perspectivas para permanecerem na terra, sem geração de renda abandonam o campo. Não há um projeto estratégico de reforma agrária que rompa a estrutura latifundista, que garanta a repartição justa das terras. Sem opções de renda no campo, muitos camponeses se transformam em mão de obra assalariada nas fazendas e nas empresas do agronegócio. (JESUS, 2020, p. 58).

O homem e a mulher do campo submetem-se ao assalariamento para “garantir a manutenção da família e seu modo de vida na terra” (FONSECA e THOMAZ JUNIOR, 2011, p. 100). Ao se inserir como trabalhadores assalariados, suplementam em partes, a carência deixada pelas políticas públicas que são direcionadas ao campo.

Compreende-se que a grande maioria dos sujeitos camponeses que procuram estabelecer vínculos trabalhistas fora da sua propriedade, o faz por necessidade, visando manter o seu modo de vida. Outrora, também escancara uma realidade alarmante e doravante corriqueiro: os camponeses estão desassistidos de toda e

qualquer política pública para o homem e mulher do campo, vide os próprios relatos levantados pelo questionário estruturado e pelas conversas informais.

Estabelecendo a compreensão desse fator, alinha-se a política de classes sociais em conjunto com a relação conflitual e existencial no espaço agrário. Essa percepção antagônica de interesses se manifesta no sentido que:

[...] Tais enfrentamentos de classes se expressam, por um lado, na terra enquanto possibilidade de extração da renda e do lucro, como parte das estratégias e interesses das classes dominantes – proprietários fundiários e capitalistas. Por outro, expressam-se na luta pela terra como possibilidade de reproduzir a vida, o que se materializa nas ações dos camponeses – seja na permanência em pequenas frações territoriais, seja na luta pela terra. Assim, o campo brasileiro é entendido como produto da luta entre classes sociais antagônicas, fato que requer compreender o conteúdo de cada uma dessas classes e seus reais interesses (SOUZA et al, 2019, p. 145-146).

Pensar em todas essas prerrogativas estabelecidas para a construção do lugar de identidade, de trabalho e da vida no campo, persiste em percorrer toda uma dinâmica de relações próximas que são distintas, no modo macro, e ao mesmo tempo semelhantes, nos pormenores, na construção deste lugar e do território.

Martin (2008) pontua que os camponeses se constituem como classe na medida em que defendem seus valores sociais e culturais, apontando que as transformações que são evidentes no campesinato em si, partem de uma ação de busca de sua identidade.

MOREIRA e HESPANHOL (2007, p. 54) analisa afundo, ao afirmar que “a identidade, o sentimento de pertencimento e o acúmulo de tempos de histórias individuais constituem o lugar. Este guarda em si o seu significado e as dimensões do movimento da história, aprendida pela memória, através dos sentidos [...]”.

Correia e Moreira (2013) enaltece o discurso das contradições do capitalismo e da construção da resistência do camponês e camponesa. Compreendem que a luta pela terra transpõe para além do próprio território em si, mas também pelas questões políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais, garantindo a existência deste campesinato, mesmo que inseridos dentro do sistema capitalista.

Mas, ao se apropriar da concepção da empiria, é importante dialogar no sentido de busca constante dos investigados à cidade, para, por exemplo, comprar alimentos que antes poderia ser produzido no próprio lote. Ou, em um contraste, visibilizar as

relações de trabalho que são mantidas por uma boa parte dos moradores, em Curvelândia, como também nas cidades vizinhas.

Além do mais, por ser considerada uma comunidade rural, localizada próxima relativamente a 4 km do espaço urbano, a Gleba Providência III permite um deslocamento rotineiro e diário em busca dos serviços oferecidos pela cidade, compreendendo que não há subsídio para implementação de qualquer atividade como fonte de renda extra aos moradores da comunidade.

Por mais que seja aparente, se torna necessário compreender o processo de resistência a essas intempéries, buscando, no melhor sentido, um estudo detalhado, dialogado e manifesto sobre a hipótese, ampliando de maneira paulatina para a coletividade camponesa e de toda historicidade da territorialização desta comunidade.

Desta forma, cabe a esta pesquisa, enfatizar os caminhos trilhados pelos camponeses na chegada, no estabelecimento e numa possível ruptura com a questão da coletividade, da identidade e de pertencimento a este determinado lugar, uma vez que muitos já venderam os lotes adquiridos.

Partindo deste pressuposto, o próximo capítulo enfatizará as disputas territoriais nos campos de Mato Grosso, fazendo uma intrínseca relação com a colonização do município de Curvelândia e o surgimento da Gleba Providência III.

## **CAPÍTULO II – DISPUTAS TERRITORIAIS EM MATO GROSSO**

O Estado de Mato Grosso é um dos maiores em proporção territorial no Brasil, ficando em terceiro colocado, atrás do Amazonas e do Pará. Essa denominação já vem de longas datas, tendo inclusive passando por uma separação, no ano de 1978, culminando com Mato Grosso (Figura 3) e Mato Grosso do Sul. Esse cenário descrito enaltece a proporcionalidade de terras disponíveis do âmbito do território mato-grossense, fortalece a prerrogativa do discurso de terras sem homens, para homens sem-terra, o que na prática, se consolidou numa política de expropriação dos povos nativos, e numa complexa concentração fundiária, além de uma série de conflitos no campo.

### **Figura 3 - Localização de Mato Grosso**



Fonte: Seplag (2014)

Por essa característica, unindo-se a tantas outras, como terras férteis, abundância de água, clima favorável, terrenos planos, o estado se consolida como uma grande potência na área da agricultura e também da pecuária. Evidente afirmar que é um Estado rico, mas, ao mesmo tempo, que segrega as condições de vida de suas populações no campo, sustentando problemáticas no âmbito das relações de conquistas territoriais, criando instabilidades que se direcionam nas relações de conflitos no campo, expropriação dos camponeses e mudanças abruptas nos meios de produção e no que é produzido.

Substancialmente, são discussões que possuem em seu cerne, uma preocupação com o tamanho territorial do estado, e a proporção de terras disponíveis para o cultivo, e o que de fato se destina para a diversidade de produção e para a monocultura, associada a uma crescente concentração de terras.

Desta forma, enfatiza-se que Mato Grosso tem uma área territorial estimada em 903.207.050 km<sup>2</sup>, com uma população de aproximadamente 3.526.220 habitantes.

Entretanto, possui uma baixa densidade demográfica de 3,36 hab/km<sup>2</sup>. Do total de sua população, cerca de 81,9% representam a população urbana, contra 18,1% da sua população rural, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011).

Ao debater sobre a concentração de terras, enfatiza-se o processo histórico de ocupação dos espaços, levando inevitavelmente a apropriação territorial. Pensar sobre as questões territoriais em si, sugere a proposição do conflito de interesses, que demonstram as relações coexistentes na conquista e posse da terra. Nesse sentido, analisa-se as questões que emanam das disputas territoriais, a partir de um contexto corriqueiro no Centro-Oeste brasileiro, especificamente do Estado de Mato Grosso.

A terra se encontra em um ambiente extremamente hostil e conflituoso, não apenas no sentido da violência, que também é forte, mas, no sentido da concentração de terras e da expulsão dos camponeses. A apropriação de terras em Mato Grosso é intensa e cada vez mais a lógica camponesa é arrancada do campo.

Recapitulando alguns acontecimentos ao longo da historiografia de Mato Grosso, pondera-se que sua criação, enquanto capitania em 1748, só foi possível graças a uma questão de segurança para garantia de limites fronteiriços. Importante frisar que a atividade pecuária extensiva sempre esteve no bojo de giro econômico dentro deste território (LOBATO et al, 2010).

Remetendo-se aos anos de 1892, observa-se o favorecimento de acesso a terras por grandes proprietários, seja individual ou coletivo, através de grupos empresariais e colonizadoras. Esse processo facilitador se consolidava por intermédio, tanto político como judiciário, dando o pontapé inicial para a grande concentração fundiária no Estado (MORENO, 1999). É importante mencionar também que, a propositiva era atender demasiadamente as grandes propriedades, já em relação as pequenas:

Na realidade, a expansão da pequena propriedade, naquele momento histórico, mostrava ser utópica, uma vez que toda a política fundiária estadual estava voltada para a expansão da grande propriedade, adequada ao sistema produtivo vigente e vinculada aos interesses oligárquicos. Os governantes tentavam conciliar a expansão da pequena produção, a partir de uma colonização espontânea, sem que o Estado arcasse com ônus econômico e sem riscos políticos às suas lideranças [...] (MORENO, 1999, p. 73).

Em tese, a política de expansão do Centro Oeste favorecia a conta gotas os pequenos proprietários de terras. A própria figura do posseiro era vista como sujeitos que ajudavam no processo exploratório sem ônus nenhum para o Estado, ou seja, eram força de trabalho para abertura de terras e nada mais (MORENO, 1999).

As mudanças decorridas na estrutura fundiária de Mato Grosso vão ao encontro das políticas de desenvolvimento dos grandes latifundiários, sempre com as bençãos dos Governos vigentes ao favorecimento do acúmulo de terras (BALBUENA, 2020).

Neste compasso, a política de terras neste território foi afirmando a prerrogativa da politização do acesso a ela, corrompendo as reais necessidades do usufruto do território e, sempre abrindo brechas para sua especulação. A terra se tornou uma mercadoria cara e de difícil acesso.

Desta forma, compete nos atentar na construção do desenvolvimento da região Centro Oeste brasileira, o planejamento e execução do programa Marcha para Oeste, pensada por Getúlio Vargas nos anos de 1930 para a integração do Centro Oeste brasileiro, desconsiderando os povos originários, oferecendo terras como inabitadas para formulação de famigeradas colônias agrícolas (BARROS; LACERDA, 2019).

Essa primeira onda de Marcha para Oeste não serviu como potencial mudança nos números populacionais, muito pelo contrário, houve um acréscimo exacerbado de concentração fundiária, com um famigerado plano de vendas ilícitas de terras para grupos regionais e nacionais (BARROS; LACERDA, 2019).

Uma segunda onda de Marcha para Oeste foi melhor consolidada durante o período do Golpe Militar no Brasil, nos anos de 1970, dessa vez deixando claro a real intenção de um fluxo migratório para esta região brasileira, de atender aos interesses mercantilistas dos países exploradores, e estimular o agronegócio firmando uma tecnificação do campo através da Revolução Verde (BARROS; LACERDA, 2019).

Assim, a dolorosa modernização verificada na agricultura nos anos de 1960 e 1970 teve como uma de suas precondições a derrota de qualquer proposta de uma efetiva reforma agrária, optando-se por um desenvolvimento capitalista no campo com a manutenção de uma estrutura fundiária pretérita. Isso, evidentemente, excluía parcela significativa da população brasileira das “benesses” dos ganhos de produtividade e acentuaria as pressões inflacionárias contidas no modelo, como de resto expulsaria as pessoas do campo numa escala ainda mais avassaladora (NAKATANI *et al*, 2012, p. 227-228).

Essas ondas migratórias de fluxo populacional, carregadas de simbiose do capital, da concentração fundiária, do crescimento exponencial do agronegócio, do favorecimento de grupos empresariais, certamente levou uma grande quantidade de ocupações de terra por parte dos pequenos produtores. Porém, antes de adentrar nesta perspectiva, cabe mensurar alguns outros acontecimentos.

Com uma prerrogativa pós separação do Estado do Mato Grosso, que deu origem ao Estado de Mato Grosso do Sul, o que se vislumbrou foi o Sul sendo agraciado por um “[...] aprofundamento do processo agroindustrial com a possibilidade de atrair unidades industriais para efetivar a desconcentração industrial [...]” (LOBATO et al, 2010, p. 8), ficando o Norte, Mato Grosso, com o conceito de vazio, integrando os programas de ocupação e desenvolvimento. Através do:

[...] Decreto nº 86.029, de 27/05/1981, pelo Presidente João Batista Figueiredo, e considerado como o maior programa de desenvolvimento regional implementado no seu governo, o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste [...] envolvia os municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Barra do Bugres, Cáceres, Vila Bela, Mirassol D'Oeste, Nossa Senhora do Livramento, Jauru, Quatro Marcos, Araputanga, Rio Branco, Salto do Céu, Poconé, Tangará da Serra e parte do município de Aripuanã [...] (ABREU, 2014, p. 266).

Sobremaneira, a intensa preocupação de desenvolver esta parte do Brasil, possibilitou uma grande leva de pessoas vindas de várias regiões do país, com os mais diversos planos de melhoria de vida, com ou sem nenhuma estrutura financeira.

Abreu (2014) ainda esclarece que após a divisão do Estado de Mato Grosso, houve uma total falta de recursos, impedindo inclusive a quitação de contas básicas enquanto unidade federativa. Um grande motivo para a incorporação dessa região pelo Governo Federal foi o cumprimento de promessa em programas desenvolvimentista.

Ainda como proposta para a região, o planejamento ia muito além de proporcionar desenvolvimento, mas, interligar cidades, vilarejos, vilas, pequenos produtores:

Na programação, além da BR-364, previa-se incorporar estradas vicinais, construir 118 unidades escolares, equipar 33 postos e 9 centros de saúde, implantar 35 sistemas de água potável e 14,5 mil sanitários; ampliar o Hospital Bom Samaritano, em Cáceres (MT). Como proposta de desenvolvimento rural, foram projetadas unidades de extensão rural, implantação de campos de experimentação e uma

unidade de pesquisa agrícola; construção e equipagem de 6 armazéns para capacidade de 6 mil toneladas cada; e implantação de 20 unidades para prestação de serviços de secagem de grãos a granel. Além disso, pretendia oferecer Cr\$ 2,7 bilhões (US\$15,05 milhões) para o crédito de custeio agrícola ao pequeno produtor [...] (ABREU, 2014, p. 270).

Os recursos para cidades, e também para o campo, foram abundantes para criar expectativas e fomentar a formação das cidades e de assentamentos, glebas, e loteamentos rurais. No entanto, a desordem, misturada a um crescente número de migrantes para o Estado, gerou uma série intermitente de eventos que segregaram a desigualdade de acesso a terras e também a expectativa de se obter uma qualidade de vida que tanto se almejava.

[...] Sem um adequado ordenamento, a contínua migração resultará, a médio e longo prazos, em prejuízos ao ambiente e à sociedade, decorrentes da ocupação de terras mais pobres, sujeitas a práticas agrícolas carentes de adaptação, o desperdício de valiosas madeiras, a invasão de reservas indígenas e naturais, a concentração da propriedade da terra num grupo relativamente pequeno de titulares e aglomeração de migrantes em áreas urbanas sem condições de recebê-los (BELINATI; COSTA E SILVA, 1988, p. 126).

Essa caracterização de ocupação de terras, infelizmente, viera acompanhada de uma série de questões norteadas com princípios de grilagem, apropriação indevida, sem nenhuma forma de organicidade, muito menos lideranças que pudessem conscientizar para um modelo de preservação do meio ambiente e, ao mesmo tempo, servisse de casa para quem chegasse.

Por outro lado, também se estabeleceram uma forma colonizatória imediatista, permitindo uma multiplicação de diversos municípios considerados pequenos, com extrema falta de infraestrutura e nenhuma condição de oferta de serviços para a população.

Com essa leitura, é possível compreender que nos arredores destas pequenas cidades, também se estabeleceram núcleos populacionais, como glebas, assentamento rurais, loteamentos, dentre outros. De forma simultânea, houve uma leva de migrações tanto para a cidade como para o campo, e da mesma forma, faltaram políticas públicas para uma melhor acomodação.

Esse panorama foi propício para o crescimento exponencial das disputas territoriais entre os grandes latifundiários e os camponeses. Lutar e se opor a

concentração de terras foi mais que um desígnio, mas, uma bandeira que recebeu respaldos dos movimentos sociais, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

É ainda importante afirmar que potencial e concretamente vinculados aos movimentos sociais que protagonizam formas de luta e enfrentamentos específicos para o acesso a terra – fim almejado como sinônimo de inclusão e (re)estabelecimento de significados de cidadania –, os assentamentos rurais e a reforma agrária passam a ocupar importância social, política, econômica e geográfica para os trabalhadores (THOMAZ JUNIOR, 2013, p. 7).

Isso porque os trabalhadores visualizavam na terra, meios de reprodução social e de um modo de vida que os permitiriam dignidade, trabalho, formas de renda e reprodução familiar.

É importante compreender que o processo migratório foi em tese, importante para o surgimento dos núcleos populacionais no Estado. Esse mesmo processo também foi responsável pela dizimação de nativos ao longo das décadas, pelo surgimento do campo mecanizado, para o surgimento de atores e movimentos sociais, pela ocupação e pelo surgimento dos conflitos agrários.

Diante de todos os acontecimentos, a amplificação da luta pela terra fez ecoar uma dualidade que perpassou algumas décadas, e ainda persiste no tempo contemporâneo. Desse modo, tem-se de um lado, as lutas sociais por terras e direitos no campo coordenados por movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e por diversos camponeses e camponesas; e do outro lado, empresas nacionais e internacionais ligadas ao agronegócio, reunindo *holdings*<sup>1</sup> com produção agrícola, agroindústria, mercado financeiro e tecnologias para o campo, como sementes modificadas, agrotóxicos (FERNANDES, 2008).

Nesta perspectiva, a próxima seção abre a discussão embasada, sobretudo, na proposição da terra para a concepção do agronegócio, contra uma ótica de terra para trabalho, para manutenção da vida no campo e para a renda das famílias camponesas. Diante deste ditame, considera-se que:

O agronegócio-latifundiário-exportador tem sido considerado como símbolo da modernidade no campo, mas esconde por trás da

---

<sup>1</sup> [...] é um exemplo claro e eficiente desse mecanismo, se constituindo como uma pessoa jurídica que recebe os bens de seus sócios e os administra em uma única pessoa, onde os sócios participam através de quotas e ações” (GONÇALVES et al, 2020, p. 2).

aparência moderna, a barbárie da exclusão social e expropriação dos povos do campo que sua concentração de terra e de renda provoca [...] (CAMACHO, 2009, p. 2).

Por outro lado, está presente também o campesinato com sua busca incessante e:

[...] indispensável a discussão da luta da classe camponesa pela/na terra em busca de seu processo de recriação, contra a territorialização do capital no campo e a sujeição de sua renda ao capital. Processos esses inseridos em um movimento de reprodução desigual e contraditório do capital globalizado (CAMACHO, 2009, p. 3).

Assim, no enredo das disputas territoriais no Estado de Mato Grosso, propõe-se evidenciar essa dualidade que se impõem no cenário do campo. Enfatiza-se uma ampla defesa do campesinato, como identificação e posicionamento contra o capital e toda a forma de monopolização do território.

Enfim, na próxima seção, propõe-se compreender melhor essa, considerando as questões que são inerentes a analisar substancialmente o agronegócio e ao seu contraditório, o campesinato. É fundamental que ao passo que englobamos as duas conceituações, entenderemos melhor a relação intrínseca da terra com cada umas das propostas para o homem e para a mulher no campo.

## **2.1 Agronegócio *versus* Campesinato: terra de negócio *versus* terra de vida e trabalho**

Conjecturando o processo de disputas territoriais no Mato Grosso, abre-se um leque para a discussão que se embasa há muito tempo no processo histórico de ocupação de terras no Estado. De um lado, tem-se o usufruto da terra embrenhado na concepção de produção em larga escala, da monocultura, dos maquinários agrícolas, das sementes modificadas, dos agrotóxicos e da concentração fundiária. De outro lado, os camponeses e demais povos tradicionais reafirmam o usufruto da terra como moradia, como percepção de trabalho e renda familiar, da pluricultura, dos defensivos naturais, das pequenas propriedades e da reprodução da vida.

São relações contraditórias e conflitantes, estabelecidas no bojo da formação territorial ao longo das décadas, estabelecidas pelas políticas de colonização, da luta pela terra e de construções territoriais.

É preciso ter clareza que, todo esse processo construtivo perpassa por uma intrínseca relação entre a cidade e o campo. Essas relações interferem no meio urbano e devastadoramente alteram também o meio rural, seja nas suas relações pessoais, como também nos meios produtivos e ambientais, relacionados inerentemente ao modelo de produção que se baseia o território.

Costa *et al* (2014) enfatiza que em decorrência do avanço irreversível do capital, as paisagens mudaram drasticamente tanto na cidade como no campo, desta feita, especificamente falando do campo, permite-se pensar num processo de mecanização e utilização em larga escala dos agrotóxicos, em meio a isso tudo, a desarticulação e expulsão dos pequenos produtores do campo, a proposição da produção que atenda ao mercado, e propositalmente a homogeneização da paisagem.

Jesus (2020) enfatiza que as consequências do advento do agronegócio vieram alinhadas com uma geopolítica global que possui no seu cerne, a propositura da modernização agrícola amparada por uma produção em escala mundial. Ainda para o autor, como desdobramento, há uma subordinação dos países ditos subdesenvolvidos aos chamados desenvolvidos, e uma abertura desproporcional a acumulação de terras em diversas regiões e biomas.

Essa difusão de se produzir monocultura estabelece e continua estabelecendo relações conflitantes nas cidades e no campo. Por um lado, acarreta-se uma favelização das cidades, abrindo-se margem para todo tipo de violência e exploração; no campo, a inexistência de vida e a profunda degradação do ambiente.

Pensando a partir desta contextualização, elenca-se uma problemática para essa pesquisa, propondo a compreensão do processo agrário da Gleba Providência III, visando, sobretudo, o processo histórico e geográfico da ocupação deste espaço, e a que medida propiciou pensar sua consolidação enquanto espaço habitado. Sobremaneira, é necessário entender que:

A origem e essência da questão agrária é a concentração da terra e do poder político-econômico no desenvolvimento do capitalismo, tendo como principal consequência o empobrecimento e a desintegração do campesinato. O monopólio privado e a concentração

da terra ferem o princípio de que a terra é a fonte única e básica da existência humana e, por isso, deve ser considerada um bem especial, de interesse coletivo, antes de ser submetida à égide da propriedade privada plena [...] (GIRARDI, 2015, p. 2).

Camacho (2009) explana que o agronegócio se insere como uma contradição, pois ao passo em que se encarna uma modernidade no modo de produzir, que supostamente têm-se um alta produtividade, escancara sua ideologia enraizada no sistema colonial de *plantations*, suscitando seu aspecto excludente, de devastação do meio ambiente e precarização do trabalho.

Oliveira (2007) dialoga no sentido de que o capitalismo está numa constante evolução, com base sempre em princípios de produção imediata, distribuição, circulação e consumo. Em tese, esse desenrolar do capitalismo, provoca uma relação também de contraditoriedades de relações não capitalistas.

O mesmo autor (2007) ainda destaca que o avanço do capitalismo pelo mundo deixou traços em cada região em particular, porém, com bastante semelhanças entre elas. Esse avanço também permitiu uma adaptação, no sentido de desenvolvimento da agricultura em caminhos distintos, uma especificamente capitalista, e a outra, com formas de produção não capitalistas.

Em Mato Grosso, as particularidades também estão presentes, pois contrasta um avanço frenético do agronegócio. O vasto território no campo atrai os grandes *holdings* do mercado, estabelecendo um cenário em que a prática da monocultura se expande de uma maneira abrupta sobre as pequenas propriedades. Em síntese, a preocupação é maior ainda quando se pontua a fragilidade do bioma onde a Gleba Providência III está instalada:

A transição das formas de manejo tradicionais do Pantanal para as formas de manejo do agronegócio é um processo que requer monitoramento por parte das instituições públicas e de pesquisas científicas, pois a construção de um modelo de desenvolvimento em um bioma frágil requer avaliação da capacidade de suporte deste sistema natural e de um amplo levantamento de dados e informações representativas das diversas dimensões envolvidas nos processos produtivos, possibilitando um melhor entendimento dos sistemas socioambientais, criando e implantando mecanismos regulatórios para impedir que o Pantanal se configure na atualidade como uma fronteira agrícola a ser explorada pelo modelo capitalista (ROSSETTO *et al*, 2021, p. 45).

Cabe ressaltar a demanda para o agronegócio vem se estabelecendo de forma generalizada na região sudoeste de Mato Grosso. O estado, desde os primórdios,

pratica uma política de terras favorecidas à concentração fundiária, atendendo sempre aos interesses obscuros do capital. Essa prática que, a priori, servia como desculpa para ocupar o Centro Oeste, só privilegiou grandes corporações e senhores de terras.

A história legal da terra em Mato Grosso, aqui enfocada no período de 1892 a 1992, reflete este processo mais amplo, mas, no seu movimento de conquista, ocupação e disputa do território, guarda especificidades próprias, locais, caracterizadas por uma política de favorecimento à monopolização da propriedade privada da terra. A feitura da legislação fundiária estadual e a forma de sua aplicação expressam o resultado de definições e pretensões das classes dominantes que comandaram este processo por anos a fio, seja como governantes seja como beneficiários do poder econômico e político (MORENO, 2007, p. 23).

O resultado desta politização da terra no estado, culminou na perspectiva contemporânea da expropriação das populações rurais, em sintonia ao controle do poder político e econômico sobre o modelo de utilização na terra no Brasil. Essa seletividade pelo controle da terra, que recai sem dúvidas ao colo dos latifundiários, marginaliza, tornando periférica toda e qualquer possibilidade da produção dos camponeses (LIMA e ROSSETTO, 2017).

Ao menos seria essa a principal intenção, enfraquecer as atividades em pequenas propriedades, o que acabou não se concretizando como se desejavam. Ao invés disso, surgiram várias organizações camponesas, com destaque ao MST, construídos por ocupações dos latifúndios sem produção, acompanhados do processo de constituições de projetos de assentamentos para as famílias camponesas, sempre alicerçados em conflitos agrários pela conquista do território (JESUS *et al*, 2013).

[...] É da terra e de todos os bens produzidos desde a terra que o campesinato promove a sua existência. [...] Evidente que o território é condição essencial para todos os tipos de organização. Por essa razão, o MST vai disputar territórios com seu principal oponente: o agronegócio. Essa disputa é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade e foi ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola. Contraditoriamente, esta nova realidade liberta a reforma agrária da simples compreensão distribucionista e amplia seu conteúdo para uma luta ampla, multidimensional e complexa. Lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato (FERNANDES, 2008, p. 76).

Essa abertura dos movimentos sociais para a conquista da terra em conjunto com os camponeses, determinou um novo paradigma na questão agrária em Mato Grosso, principalmente pelo fato de não apenas estar presente na ocupação, mas, levantando pautas para a manutenção e permanência destes sujeitos e de sua família.

A abordagem de um território camponês é essencial para desmistificar algumas práticas ilegítimas do território do agronegócio. O homem e a mulher no campo passam uma clara alusão a um processo de autossuficiência, capaz de gerir renda, trabalho, educação e principalmente organização em formato coletivo.

A construção desse território camponês está amplamente fundamentada num processo histórico, tendo como alicerce, sujeitos que ao longo destes limiares, foram extremamente marginalizados, por um sistema de organização estatal do território que condiz com uma verdadeira desarticulação dos territórios camponeses, mantendo uma estrutura fundiária altamente concentrada (JESUS *et al*, 2013).

Oliveira (2007) pondera não ser possível pensar numa organização de camponeses de forma isolada, mas, de uma manifestação com aspecto mais geral, dito nacional. Essa organicidade do coletivo inspira novas propostas produtivas que servem como ferramentas para a manutenção da/na terra e da produtividade e, remete a fatores que inegavelmente contrapõem ao modelo do agronegócio, principalmente no que tange a pluricultura, ou também a outras formas de manutenção da propriedade.

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam na sua luta pela conquista da Reforma Agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país vai prosseguindo no registro das estatísticas crescente sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade cruel é a face da barbárie que a modernidade gera no Brasil. Aqui a modernidade produz as metrópoles, que industrializa e mundializa à economia nacional, internacionalizando a burguesia nacional, soldando seu lugar na economia mundial, mas prossegue também, produzindo a exclusão dos pobres na cidade e no campo. Esta exclusão leva à miséria parte expressiva dos camponeses e trabalhadores brasileiros (OLIVEIRA, 2003, p. 114).

Os conflitos agrários e a violência no campo expõem as mazelas das disputas por terra e a labuta dos camponeses para a permanência em seus territórios. Oliveira

(2003) enfatiza de maneira perspicaz o panorama da realidade dos conflitos agrários, aprofundada nos extensos territórios de Mato Grosso.

É importante uma análise entre a proposta do modo de vida imposto pelo capital e do modo de vida do campesinato. Observa-se que há uma ruptura entre esses dois modos, na proporção em que travam discussões e discursos de segurança alimentar, questões sociopolíticas, democratização no acesso à terra, meio ambiente e na organicidade do coletivo (BALBUENA, 2020).

Justamente são esses os pontos que incidem sobre o fortalecimento do homem camponês e da mulher camponesa. Trabalhar sobre essa distinção possibilita observar o panorama da questão agrária e os pontos de diferenciação de terra destinada para o agronegócio e de terra destinada para o campesinato.

Jesus *et al* (2013) pondera que essa distinção se espelha nas duas concepções de produção. Por um lado, o agronegócio estabelece vínculos perenes com o capital financeiro através da prática monocultora; do outro lado, a agricultura camponesa com a diversificação produtiva, com a preocupação de mantê-la em consonância com a prática da conservação do meio ambiente.

Os autores ainda lembram que as políticas de Estado deixam padecer a situação do campesinato, deixando-os descapitalizados, sem mínimas condições de estabelecer as relações produtivas para geração de renda, automaticamente, sendo desprovidos dos recursos para autossuficiência necessária para a permanência no lote.

Cabe enfatizar que esta análise parte do princípio de compreender que a questão da capitalização de recursos vai muito além do próprio dinheiro em si, mas, das garantias das condições básicas de existência para a comunidade. Educação, saúde, acessibilidade, assistência técnica são essenciais para a vida familiar e coletiva para a permanência no campo. Neste interim, Camacho aponta:

Com relação à luta pela permanência na terra, após a conquista dos assentamentos, sua essência está na compreensão de que a luta não termina. No assentamento inicia-se a luta pela construção de cooperativas e de associação de produtores rurais, a fim de que consigam resistir enquanto camponeses no modo capitalista de produção, que busca sempre expropriá-los [...] (CAMACHO, 2009, p. 26).

Busca-se incessantemente uma construção coletiva que fortaleça a comunidade para dar resistência e sentido a luta pela democratização da terra, mais que isso, insere-se neste contexto a construção de um território e de um lugar. Porém, em muitos casos, a intromissão do capital e o abandono por parte do Estado, de políticas públicas para a pequena produção, sucumbe todas as relações que podem ser estabelecidas no campo.

Fazendo uma comparação com a Comunidade Gleba Providência III, percebe-se que os laços de parentescos e compadrios dos assentados já não são mais como em outros tempos. Há uma percepção clara de que, as relações atualmente são pautadas num cotidiano ao que ocorre na cidade, comparavelmente aos trabalhadores operariados urbanos, que possuem sua jornada de trabalho, seu retorno para casa, seu descanso, para que noutro dia comece tudo novamente, da mesma forma.

As alterações no cotidiano e nos modos de vida da comunidade alteram também as sociabilidades e práticas coletivas, não mais sendo notado a tradicionalidade das festas, dos encontros, das rezas:

Dentro das multidimensionalidades territoriais, as festas tornaram-se uma instituição camponesa importante para a convivialidade e sociabilidade, pois, pelas múltiplas temporalidades, nelas também vão ocorrendo mutações. Permite às famílias o encontro para compartilhar a alegria, a oração, a devoção e também as expectativas da vida futura. São diversos tipos de troca que podem ser processados enquanto celebram a chegada de Santos Reis, enquanto se fartam do alimento coletivo, enquanto dançam e socializam a cerveja e a conversa (SOUZA, 2015, p. 173).

Esse ritual trazido por Souza (2015) não traduz a imagem da Gleba Providência III em seu momento atual, no entanto, essa percepção empírica será melhor trabalhada no capítulo III, fazendo uma relação intrínseca com os temas abordados até o presente momento. Buscar compreender as nuances presentes neste campo, possibilita enxergar a prerrogativa futura destes camponeses/camponesas. Entretanto, é preciso enfatizar que as famílias que permanecem na comunidade promovem estratégias, individuais ou não, de resistência para a manutenção dos modos de vidas e trabalho na terra.

Desta forma, a próxima seção aborda um olhar sobre as políticas públicas para os camponeses, que impacta também a comunidade pesquisada. Analisa ainda os avanços da Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso, em especial a região

sudoeste, que servirá como uma análise consubstancial para estudar as possibilidades que se desenham para este território.

## **2.2 Avanços e limites da Reforma Agrária em Mato Grosso: um olhar sobre os camponeses e as políticas públicas**

O fenômeno da reforma agrária no Brasil se tornou e continua sendo uma verdadeira cruzada, com percalços, embates, ocupações, despejos e mortes. Ao estabelecer uma dialogia com os limiões da reforma agrária em Mato Grosso, percebe-se todos os avanços e limites, além do estabelecimento das políticas públicas para o povo do campo.

Sem um juízo de valor prévio, compreende-se que Mato Grosso está aquém do necessário, do fundamental, do primordial para o desenvolvimento estrutural, financeiro, e de políticas públicas para o homem e a mulher camponesa. A realidade do estado também é a mesma que encontramos em âmbito nacional.

As políticas públicas são espaços de disputa [...]. É fundamental ter postura crítica e discernimento sobre o caráter dos programas e projetos editados, de modo a evitar cair na cooptação e no adesismo, prática que serve para referendar cegamente tais tipos de políticas. As contradições existem sim, e parece que quanto mais perto do poder, menos as contradições são visíveis, é necessário ficar atento, para não ser cooptado, pois a adesão pode virar cooptação. Portanto, há que se ter clareza de qual é o espaço de contradição e que o trabalho que fazemos (criticamente) gera contradição (MACHADO; VENDRAMINI, 2013, p. 13).

Em termos, consideramos que essas mesmas disputas de poder são fundamentais nas conquistas de direitos, por isso, é essencial a consciência de classe e a atenção que os próprios camponeses e camponesas devem ter, e que seus direitos devem ser conquistados com muita predisposição à luta.

Em tese, compreende-se que mesmo pelo embate que se tem para as conquistas de políticas públicas, há um grande abismo no meio social. “Observamos que riqueza e pobreza são síntese de um mesmo processo social, ou da unidade entre campo e cidade, como fruto da desigualdade social que se preserva inabalada diante das políticas públicas (MACHADO; VENDRAMINI, 2013, p. 5)”.

Esse cenário se desenvolveu a partir da singularidade do processo de ocupação de terra no Centro Oeste brasileiro, em especial, ao Estado de Mato Grosso e, pode ser explicada como invasão capitaneada por investidores estrangeiros e grandes proprietários de terras do sudoeste brasileiro.

No entanto, é fundamental analisar que esses meios de ocupação de terra vão na contramão do que é necessário para a distribuição de terras no país. Diferentemente de processos colonizatórios e exploratórios, a reforma agrária pode e deve ser compreendida como:

[...] ações e os programas realizados e implementados pelo Estado/Governos que visam distribuir e democratizar o acesso à terra para aqueles que querem nela trabalhar, viver e permanecer. Logo, as ações de reforma agrária visam desconcentrar a propriedade da terra, perpassando por uma questão/compromisso política/o. No Brasil, em vista da sua histórica concentração fundiária, a reforma agrária é um direito, inclusive previsto nos artigos 184 a 191, do título VII que trata “da ordem econômica e financeira”, do capítulo III intitulado “a política agrícola e fundiária e da reforma agrária”, ambos da Constituição da República. Reforma agrária, então, não trata-se de esmola aos pobres do campo, mas sim um direito constitucional (COELHO; FREITAS, 2021, p. 75).

Importante a consideração feita por Coelho e Freitas (2021), ao tocar profundamente na concepção de terra como um direito constitucional. A terra, a reforma agrária, são ações pontuais e certas na melhoria de condição da população como um todo, pois se faz no campo, com ações que fluidificam também o espaço nas cidades.

Desta maneira, se torna indispensável analisar o contexto histórico da ocupação de terras no Mato Grosso. De maneira sistêmica, deverá ficar claro que a intenção dos muitos governos que passaram por Mato Grosso tinha em seu cerne, uma política de abertura territorial a pequenos grupos privilegiados, através de organização jurídica-política, para subsidiar o acúmulo de grandes proporções de terra (MORENO, 1999). Percebe-se, nos dias atuais, que o cenário do grande latifúndio vem se construindo desde os anos de 1892 no Estado, caracterizado por uma facilitação dos governantes para a difusão deste processo.

Na realidade, a expansão da pequena propriedade, naquele momento histórico, mostrava ser utópica, uma vez que toda a política fundiária estadual estava voltada para a expansão da grande propriedade, adequada ao sistema produtivo vigente e vinculada aos interesses

oligárquicos. Os governantes tentavam conciliar a expansão da pequena produção, a partir de uma colonização espontânea, sem que o Estado arcasse com ônus econômico e sem riscos políticos às suas lideranças [...] (MORENO, 1999, p. 73).

É salutar a compreensão de que esse manifesto ecoou abruptamente em vários períodos do tempo, desde a passagem de Getúlio Vargas pelo poder, com a adoção das colônias agrícolas e da Marcha para Oeste até os tempos atuais.

A década de 1950, com a política de venda indiscriminada de terras devolutas e com a implantação de polos de desenvolvimento na década de 1970, impulsionada pelos governos militares, beneficiou os grandes projetos agropecuários. Posteriormente, a revolução verde, trouxe consigo uma gama de insumos e tecnologias para o melhoramento genético das monoculturas no campo, ou seja, políticas emancipatórias, com cunho expansionista às grandes empresas e empresários acumuladores de terras (MORENO, 1999; BALBUENA, 2020).

Percebe-se a partir destas leituras, que a grosso modo, a produção territorial caminhava para um cenário de plena expansão e acumulação de terras pelo capital, fato consumado nos tempos contemporâneos, e como consequência, a impavidez da monocultura e dominação dos campos brasileiros, em especial, do Estado de Mato Grosso.

Para falar de reforma agrária com mais coerência, antes de mais nada, deve-se fazer uma relação, mesmo que controversa, com o aparelhamento e a globalização do agronegócio. Essa “modernização conservadora” instituiu condições de concentração fundiária, sujeitando aos camponeses e trabalhadores, a condições de desigualdade e vulnerabilidade social, com consequências para o campo e para a cidade (VOLOCHKO, 2013).

O contraste dessa modernização ao longo dos anos, fez brotar a necessidade de cada vez mais políticas públicas que viabilizasse e suscitasse oportunidades para que os camponeses permanecessem na terra, uma vez que:

A modernização dos mecanismos de produção e a busca de maior produtividade e competitividade internacional deixaram e deixam marcas profundas no contexto socioespacial devido ao uso e à ocupação do solo. Os impactos sociais são visíveis tanto nas áreas rurais quanto nos centros urbanos, fato esse gerador de conflitos pela posse da terra e pelo aniquilamento das pequenas propriedades rurais, que foram incorporadas ao mercado imobiliário em um

processo de periferização e segregação urbana (LACERDA, 2013, p. 21).

É preciso compreender que nos meandros deste contexto de acumulação territorial, houve políticas públicas para criação de colônias agrícolas, baseadas, sobretudo, na ocupação do Centro Oeste brasileiro. Havia um lema, sob a ótica dos governos militares, que serviria a esse propósito: integrar para não entregar (LACERDA, 2013).

Na contramão das políticas que favoreciam os grandes empresários e grupos estrangeiros, para a extrema concentração fundiária e o desenvolvimento da modernização agrícola e da monocultura, surgiam, no cenário mundial e também brasileiro, os movimentos sociais que se amparavam na luta pela terra e pela defesa dos povos camponeses.

A inserção de tais movimentos corroborou com um antagonismo crucial para a defesa não somente dos direitos do homem e da mulher camponesa, mas, dos indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos, dos atingidos por barragens, do operariado das cidades, e, também pela defesa do meio ambiente.

A sinuosidade dos movimentos sociais, da luta pela terra, não é atual, pauta-se, sobretudo, pelos mais longínquos conflitos em defesa do território. A priori, os povos indígenas foram os primeiros a conhecer o embate, a invasão de suas terras, a morte; posteriormente, os escravos em seus quilombos; depois, os movimentos dos posseiros que sucumbiram pela resistência contra os senhores da terra. Todos os movimentos com algo em comum, o desejo de terra como lar, como meio de vida (OLIVEIRA, 2001).

Essa perseverança de luta e de resistência foi importantíssima para novos eventos que viriam ser estrategicamente consideráveis para os movimentos sociais:

Nos anos 50 e 60 do século XX as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino e ganharam projeção nacional, mas muitas de suas lideranças foram assassinadas. A Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) foi criada e o governo de João Goulart iniciou um processo de Reforma Agrária, criando a SUPRA. Entretanto, a violência do golpe militar de 64 sufocou o anseio de liberdade do morador sujeito dos latifúndios armados do Nordeste brasileiro e de muitos camponeses sem terra que a crise do café e o início da industrialização estavam gerando. Os militares extinguiram a SUPRA e criaram o Instituto Brasileiro da Reforma Agrária (IBRA), mas Reforma Agrária, nunca fizeram, mesmo depois de promulgarem o Estatuto da Terra, em novembro de 1964 (OLIVEIRA, 2001, p. 190).

É importante compreender que os movimentos sociais foram, são e sempre serão a voz pela melhoria das condições de (re)existência da população pobre e marginalizada. São eles, os movimentos sociais, que exercem pressão ao Estado para as mínimas condições de sobrevivência e das políticas públicas necessárias para o acesso e a permanência do homem e da mulher camponesa no campo, assim como a garantia de direitos dos mais diversos grupos que coexistem nos territórios, seja ele rural ou urbano.

Fato é que a importância das ligas camponesas nas décadas de 1950 e 1960 foram primordiais para o surgimento de diversos outros movimentos sociais ao longo das décadas. Faz-se necessário a compreensão que “nem todo o movimento na sociedade pode ser considerado como movimento social, pois ele existe quando são canalizadas forças coletivas por diferentes grupos para transformação das relações sociais, políticas, econômicas, etc.” (FABRINI, 2008, p.240).

É necessário enfatizar que o início das ligas camponesas logo sofrera com a queda do Presidente João Goulart e, com o advento do golpe militar de 1964. A preferência dos militares foi a expansão para o centro oeste brasileiro, mas não para a realização de uma reforma agrária em si, mas para implantação de projetos de colonização, com prerrogativas de concentração fundiária.

Após os eventos do golpe militar, os movimentos sociais se ascenderam novamente na prerrogativa da luta pela terra, primordialmente pela reforma agrária:

Os vinte anos de ditadura militar reprimiram as organizações e os partidos de esquerda. Os debates em torno de programas de reforma agrária só foram retomados com o processo de redemocratização do país. Surgiram novos movimentos camponeses. Dentre eles, destacamos o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Numa grande ousadia, levantaram novamente a bandeira pela reforma agrária (BISON, 2018, p. 51).

Tanto o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assim como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) ligada a igreja católica, foram essenciais para a retomada do tema de reforma agrária, e na defesa dos camponeses e camponesas. Ambos os movimentos se tornaram protagonistas pela melhoria da vida da população campesina (BALBUENA, 2020).

Em âmbito mundial, a Via Campesina também se tornou crucial, não apenas para a questão da terra, mas substancialmente por questões que a envolvem. Discussões em torno da segurança alimentar, da agroecologia, dos cuidados ambientais e humanísticos e, em tempos mais atuais, o fim dos transgênicos foram e são pautas constantes nos movimentos que fazem parte deste macro movimento (BISON, 2018).

Dentro dessa razoabilidade, eis que surgem as principais políticas públicas emergentes na atualidade. É através do que foi citado no parágrafo anterior que se apregoa todas as questões evidentes no campo, ainda acrescida de mais um fator, a dicotomia territorial contra o domínio do agronegócio, em todas as suas formas.

Neste interim, e dentro da perspectiva das políticas públicas, o camponês ainda carece de formas de permanência em sua terra. Não basta dar plenas condições de acesso, ainda que seja através de muita luta, mas sobretudo, fazer valer a inserção de políticas que deem as mínimas condições de (re)existência.

A criação de assentamentos rurais constitui um processo complexo envolvendo diferentes interesses, tanto do Estado quanto dos proprietários de terras e dos movimentos sociais de luta pela terra. [...] Contudo, ainda há muito que se conquistar, pois diversos assentamentos [...] são precários e necessitam urgentemente de políticas públicas para fomentar estrutura básica e viabilizar os trabalhos na terra. É necessário que as políticas de reforma sejam planejadas e executadas de forma ampla, não visando única e exclusivamente a mera distribuição de terras. Sem estrutura básica para viver e meios para geração de renda, o êxito dos assentamentos rurais fica comprometido (COELHO; FREITAS, 2021, p. 78).

Analisando esse contexto é possível dialogar no sentido de que, as políticas públicas são fundamentais para uma perspectiva de qualidade de vida, e o caminho para sua consolidação se desenha a partir dos movimentos sociais, ao engajamento que cada cidadão do campo se compromete com a luta.

O horizonte de políticas públicas molda as relações no campo, permitindo uma amplitude maior de permanência e de resistência por parte do campesinato. Dentre as prerrogativas destas políticas públicas, já foram destaques o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que atendiam demasiadamente as necessidades da população do campo.

Segundo Santos (2019), os rumos políticos iniciados no Brasil a partir de 2016 fizeram uma verdadeira regressão das políticas públicas para o campo, quando não descontinuada, descaracterizada, primando pelo seu desaparecimento e desassistindo o povo do campo. Neste interim, é importante que haja um diálogo forte entre os entes federais, estaduais e municipais.

É importante a compreensão que mesmo citando estas políticas públicas, em tese, que atendem legitimamente a população do campo, é preciso ter cautela ao analisar sua prática. Isto porque,

Em uma análise geral, produz-se a ideia de que o produtor campestre está bem contemplando sobre políticas públicas para o campo. No entanto, a realidade é bem diferente, a própria disputa por territórios, a apropriação de alguns termos pelo agronegócio e a própria falta de assistência técnica rural dificultam o bom funcionamento da propriedade camponesa e do seu desenvolvimento (BALBUENA, 2020 p. 100).

O contexto fala por si só, há vários entraves para um bom funcionamento de políticas públicas em âmbito nacional, isso se afunila extremamente no caso do nosso Estado, onde o crescimento da monocultura e do agronegócio se fundem a da própria concepção de desenvolvimento de Mato Grosso, e de seus representantes políticos.

Fato é que, trazendo para a região sudoeste do estado, onde se localiza o *lócus* da pesquisa, é mensurável avaliar que o contexto também é dicotômico. Percebe-se inevitavelmente a presença de camponeses e de latifundiários, assim como território camponês e território do agronegócio.

Assim como a dualidade dos territórios, as políticas públicas aqui encontradas também se fazem presentes nas diversas direções, atendendo demasiadamente a todos. Em especial, pela oportunidade da pesquisa a campo, e também da vivência empírica na comunidade pesquisada, possibilita-se, a título de conhecimento, que são desenvolvidas ações e desenvolvimentos públicos na região.

No entanto, existem também as falhas, pensando no sentido de atender na sua plenitude, para desenvolver as pequenas propriedades e, dar-lhes toda a assistência necessária para a permanência e trabalho na terra.

São dilemas da contemporaneidade, são os laços construídos ao longo do processo de ocupação de terras, das conquistas territoriais e das ações dos

movimentos sociais, coesos, consistentes e resistentes. Ademais, suponha-se que que sem estes movimentos, o cenário seria outro, os territórios seriam outros.

Desta forma, explicitando camponeses, políticas públicas e territórios, há que pensar analiticamente o cenário de construção da região sudoeste, especificamente do município de Curvelândia e da comunidade Gleba Providência III. Assim, nos próximos capítulos, serão dialogados, os procedimentos metodológicos, o processo de formação histórica, geográfica e fundiária do município de Curvelândia e da Gleba Providência III, além dos resultados obtidos juntamente aos moradores e moradoras da localidade pesquisada.

### **CAPÍTULO III – METODOLOGIA**

A pesquisa tem como trilha metodológica, uma análise do espaço com base nas categorias território e lugar, no qual ambas permitiram uma análise subjetiva do campo de pesquisa, assim como também da individualidade dos seus sujeitos.

Pessoa (2012) sintetiza a importância da fundamentação teórica, do processo de utilização dos conceitos, alinhados aos instrumentos que permitirão e endossarão a empiricidade buscada pela pesquisa qualitativa, permitindo ao final, a validação do processo de cientificidade.

Para uma construção conceitual além dos que se remetem aos estabelecidos pela Geografia, far-se-á o pensamento através do Materialismo Histórico Dialético estudando as relações sociais e o que estabelece as questões de classes sociais. Importante analisar que:

Na pesquisa geográfica, por meio do método dialético, a inquietação e a crise instigam o pesquisador a procurar a teoria que o acompanhará no saber/fazer. O saber/fazer estará relacionado com a incerteza, com momentos de ruptura, em que significativas transformações superam o estabelecido, indicando direções, tornando-se um canal de reflexão e criatividade (BECKER, 2005, p. 57).

Nesta direção, presume-se que o materialismo seja imprescindível para acompanhar todo o processo de construção da pesquisa, uma vez que, se torna necessário a busca pela reflexão sobre os sujeitos pesquisados, pautado sobre uma concepção de análise subjetiva e objetiva.

Aponta-se como metodologia fundante na escrita, duas fases distintas: a

primeira incide sobre uma revisão bibliográfica de obras e de autores que trabalham na temática da questão agrária, das categorias de território e lugar, dos conceitos de territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade, além, é claro, de outros conceitos que complementam os já mencionados, como a própria perspectiva de trabalho e de renda.

Importante considerar também a análise dos conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, cruciais no entendimento da construção da Gleba Providência III, através das chegadas e das partidas, dos laços quebrados, da expropriação da terra.

O estudo destas teorias permitiu uma visão macro e também pormenorizadas das ações e reações que ocorreram e ocorrem na vida dos camponeses e camponesas, em especial, da população que vive, trabalha, mantém relações sociais na Gleba Providência III.

Ao contraponto da teoria, mas com a proposição de complementariedade, realizou-se a pesquisa *in loco*, que de sobremaneira, permitiu uma averiguação mais próxima do objeto da pesquisa. Nesta fase, utilizou-se dos procedimentos metodológicos que consistem em uma aproximação maior com os sujeitos, da observação de maneira indireta, de questionário estruturado, que pudessem guiar para um entendimento amplo e pormenorizada da Gleba (APÊNDICE 1) e de diálogos informais.

Lakatos e Marconi (2003), consideram como primordial as complementariedades do conhecimento científico, aqui representado pela revisão bibliográfica, tais como o conhecimento do senso comum, aqui concebido pelas falas dos camponeses e camponesas. Ainda para as autoras, a diferenciação entre conhecimento científico e conhecimento do senso comum são distintos pela utilização dos procedimentos metodológicos adotados.

Levando-se em consideração essas prerrogativas, é importante, dentro da perspectiva do questionário, fazer uma breve apresentação do perfil dos sujeitos que se dispuseram a conversar através de questionário estruturado, contribuindo no processo de coleta de dados para serem interpretados de maneira qualitativa, podendo evidenciar na prática, a teoria trabalhada ao longo do texto.

Ainda pensando em uma conceituação proposta por Lakatos e Marconi (2003), há que pensar sobre as formas de análise num viés qualitativo e subjetivo, uma vez que este tipo de análise, permite uma leitura além do que está aparente, permitindo

um aprofundamento em questões que se imbricam e enlaçam na perspectiva de enxergar alguns elementos. As informações que envolvem os sujeitos precisam e necessitam de um ciclo, não vicioso e contínuo, que não se fecha, mas que permite várias interpretações, de várias maneiras possíveis.

Assim, a proposição de trazer elementos empíricos em conjuntos com elementos teóricos enriquece o debate de uma pesquisa. Desta forma, considerando a importância desses sujeitos, preza-se pelo anonimato dos/das participantes desta investigação, sendo os nomes reais substituídos por nomes fictícios de entrevistado/a, seguido de um numeral na frente.

Frisa-se que a escolha dos/as participantes<sup>2</sup> se deu a partir das famílias, em sua maioria, mais antigas da Gleba, conforme quadro 1, assim, como aqueles/as que participaram diretamente nos processos de contribuição de associações e sindicatos com relevância para o fortalecimento da comunidade. Também serviu como subsídio para a escolha, as produções diversificadas que são encontradas no local, podendo abarcar um grau de maior distinção dos sujeitos pesquisados, assim como a possibilidade de mensuração da territorialização da Providência III.

Desta forma, o quadro 1, apresenta algumas informações que permitiram conhecer esses sujeitos:

**Quadro 1 - Perfil dos entrevistados/as da Gleba Providência III**

Nome	Idade	Naturalidade	Ano de Chegada	Escolaridade	Profissão antes de chegar ao lote
Entrevistado 1	40	Mirassol D'Oeste/MT	Desde nascido	Ensino Médio Completo	Lavrador
Entrevistada 1	60	Paraná	2013	Ensino Fundamental Incompleto	Produtora Rural
Entrevistada 2	60	São Paulo	1980	Ensino Fundamental Incompleto	Produtora Rural
Entrevistado 2	67	São José do Rio Preto/SP	1984	Ensino Fundamental Completo	Lavadora
Entrevistada 3	53	São Paulo	1979	Ensino Fundamental Incompleto	Agricultora
Entrevistada 4	69	Minas Gerais	1978	Ensino Fundamental Incompleto	Lavadora
Entrevistado 3	61	São Paulo	1983	Ensino Fundamental Incompleto	Lavrador

<sup>2</sup> 12 de 74 famílias que residem na Gleba Providência III.

Entrevistado 4	59	Fernandópolis/SP	1996	Ensino Fundamental Completo	Empregado
Entrevistada 5	56	Cáceres/MT	1995	Ensino Médio Completo	Comerciante
Entrevistada 6	50	Bahia	1978	Ensino Fundamental Incompleto	Autônoma
Entrevistado 5	47	Rio Branco/MT	1981	Ensino Fundamental Completo	Lavrador
Entrevistada 7	63	São Paulo	2021	Ensino Fundamental Incompleto	Dona de Casa

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar o quadro acima visualiza-se que a maioria dos entrevistados vieram da região sudeste brasileira, principalmente, do Estado de São Paulo. Outra consideração importante a mencionar, é o fato que a maioria dos sujeitos chegaram na Gleba por volta da década de 1980, ou seja, anterior a data de criação do próprio Projeto de Assentamento pelo INCRA, que data de 1995.

É relevante também compreender que em dados gerais, percebe-se que a migração para Mato Grosso foi alinhada ao fato de que os/as mesmos/as já trabalhavam na terra, e por uma análise mais subjetiva, procuravam por novas terras com mais oportunidades.

Pontua-se também que a maioria dos/das questionadas e questionados possuem grau de escolaridade do ensino fundamental incompleto, muito mais pela lida com a vida no campo e a falta de políticas públicas que deveriam atender demasiadamente estes sujeitos. Mas, também se insere nesse contexto, a falta de interesse dos sujeitos, que acreditam que já estão com idade avançada para tal.

No mais, com base no proposto pelos objetivos, pelas metodologias e pelo referencial teórico foram etapas cruciais à pesquisa que, apesar de toda adversidade encontrada, impulsionou e deu subsídio para compreender e pensar no território da Gleba Providência III. Ademais, é importante considerar que:

O pesquisador, ao apresentar os resultados de sua pesquisa à sociedade, mostra que esta se torna um importante instrumento de disseminação do conhecimento. Por meio dos resultados alcançados, será possível compreender a realidade e se posicionar criticamente frente a ela; propor a transformação da sociedade porque é parte de seu compromisso político; propor discussões e até mesmo soluções para o problema que originou a pesquisa; fazer com que as ideias e

conclusões sejam ouvidas por um número significativo de pessoas (PESSÔA, 2012, p. 14).

Assim, essa pesquisa tem como missão, problematizar algumas situações encontradas na Gleba Providência III, dando possibilidade de reflexão aos camponeses e camponesas que vivem e convivem neste território.

## **CAPÍTULO IV – RESULTADOS E DISCUSSÕES: Os desafios de manutenção e permanência do viver na terra e viver da terra na Gleba Providência III**

Refletir sobre o momento atual do Brasil remete a todo um contexto histórico e geográfico ao longo dos séculos. A concepção da terra, em especial, retrata um Brasil desigual no desenvolvimento e na sua distribuição, favorecendo a concentração fundiária como modelo de construções territoriais.

No que isso pese, essa perpetuação das condições de acesso a terras para poucos e, no seu limiar, o latifúndio como exemplo territorial mais propenso a ocupar os espaços no país, sucumbe a perspectiva dos camponeses, os sonhos e desejos pelo pedaço de chão.

São nos percalços dos caminhos, os desafios de manutenção e de permanência na terra por camponeses e camponesas. Essa luta, por mais desigual que se demonstre, ainda assim é combativa e duradoura, simbolizando a força do campesinato na luta pela terra.

É contundente compreender que esse horizonte é amplo e homogêneo em todos os territórios no país. Copiosamente em Mato Grosso, os matizes se repetem, dando ao agronegócio o papel de protagonista no campo, e ao latifúndio a lógica única para o campo, e o latifundiário como exponencial senhor das terras.

É esse cenário que essencialmente se tem, “[...] o potencial agrícola do estado do Mato Grosso é surpreendente, podendo ser considerado o maior produtor nacional de grãos [...]” (DENTZ, 2019, p. 167). Vislumbra-se um cenário de lavouras de monocultura sem fim.

Necessariamente, o caso da região sudoeste de Mato Grosso é pouco distinto, pois ao mesmo tempo, oferece territórios com abertura a plantação em larga escala monocultora do agronegócio, outros para a pecuária extensiva e em alguns à pecuária leiteira. Em alguns casos, presencia-se uma predominância da agricultura familiar e camponesa, demonstrando assim que o território mato-grossense se divide em diversas formas de produção.

Sobre a ótica de produção apontada, o cenário da construção da Gleba Providência III tem no seu cerne historiográfico, vários elementos que permitem pensar a distribuição do território de maneira que se aponte certo conflito pela terra e pela produção.

A Gleba Providência III se localiza a 4km da cidade de Curvelândia, sentido ao município de Lambari D'Oeste. A ligação se dá pela rodovia MT 170, totalmente asfaltada até a entrada da Gleba. É importante enfatizar que próximo ao km 4, há uma formação de uma agrovila, conhecida mais popularmente como Plaquelândia, que existe pelo menos a partir da década de 1990. Cabe enfatizar que a partir dos anos de 2015, ela passou a ser loteada, proporcionando um aglomerado de família.

É a partir desse acesso, pela entrada de Plaquelândia, ao lado direito (vindo de Curvelândia) da MT 170 que se inicia a Providência III, conforme demonstra a figura 4.

**Figura 4 - Entrada da Gleba Providência III**



Fonte: Google Earth (2022).

É possível compreender, pela figura 4, que a agrovila se tornou loteamento com diversas moradias em pequenas porções territoriais. Neste cenário ambienta uma dualidade do uso da terra, em proporção de razoabilidade e de análise empírica, ao passo que descaracteriza a condição de produção no campo. Há uma acessibilidade para acolhimento de famílias que procuram comprar terras por um valor menor.

São as nuances que se encontram na prerrogativa do usufruto da terra e da construção territorial. Pode-se afirmar que nestas condições, os moradores da agrovila vivem na terra, no entanto, não especificamente vivem dela.

É importante ainda analisar que na entrada, é possível identificar uma olaria, que fabrica tijolos, manilhas, tanques, entre outros (Figura 5). Ela pertence a um dos moradores da agrovila, no entanto, não faz parte do território da Providência III, mas está no território vizinho e, de certa forma, também influencia na vida dos camponeses e camponesas da Gleba.

**Figura 5 - Fábrica de manilhas e tijolos**



Fonte: Autora (2022).

Adentrando a Gleba Providência III é possível identificar uma comunidade que ainda conta com muitas famílias assentadas. Como demonstrado no quadro 1, há 74 famílias residindo por ali, e dentre estes, é possível verificar inúmeras atividades que são praticadas no lote, e até mesmo algumas poucas propriedades que estão em desuso e/ou abandonadas.

Esse fenômeno do abandono de lotes se justifica pela venda à latifundiários ou, até mesmo à vizinhos que pretendem expandir suas propriedades e amplificar suas atividades.

O cenário da comunidade é diversificado. Em sua grande maioria, os lotes são propícios a criação de gado, com a paisagem tomada por pastos, no entanto, alguns preservam uma pequena reserva, outros dedicam as atividades da agricultura, optando por diversificação de produção. Há também os latifúndios em meio a comunidade, que a passos largos aumentam o domínio e o território, perpetuando a condição da concentração fundiária na região.

Mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a legislação agrária continuou como era antes, ou seja, não criou mecanismos que viabilizassem uma solução definitiva para a concentração fundiária, prevendo apenas uma melhoria na distribuição de terras. Isto é, no Brasil, o latifúndio, a concentração de terras, o poder do atraso, nunca foram ameaçados [...] (COELHO; FREITAS, 2021, p. 85).

A percepção da concentração de terras talvez seja um dos maiores obstáculos na permanência dos assentados na Gleba Providência III, mas nem de longe é o único. Muitos outros fatores se complementam ao mencionado, como a falta de assistência técnica rural, o abandono da agricultura familiar, a expropriação dos assentados pela ineficácia nas produções, ausência de água, a busca da reterritorialização na cidade, a idade avançada dos proprietários, a especulação territorial foram algumas percepções levantadas na observação e nos diálogos guiados e não guiados por roteiro.

Importante pensar na questão da água como impasse na sobrevivência dessa população no campo. Pelos relatos dos camponeses e camponesas, desde a chegada na Gleba, houve uma parte deste território, que o solo se caracterizava como arenoso, e à medida que as atividades agrícolas se intensificavam, mais água faltava.

A opção encontrada pelos moradores, de parte da Gleba que sofria/sofre com a falta de água foi furar um poço artesiano comunitário há 20 anos atrás, que ainda hoje abastece as casas desta localidade. A água é utilizada com racionalidade e consciência, pois sabe-se do valor que ela tem e da dificuldade na sua ausência. Foi uma tática utilizada para a permanência na terra.

Pensar estratégias de manutenção e de permanência se predestina como uma das pautas que é priorizada na perpetuação e continuidade de vida nesta comunidade. Analisar estas condições, se torna um marco referencial para entender e refletir algumas problematizações que surgiram no decorrer desta pesquisa.

A priori, se faz importante compreender que a terra é, sobretudo, a condição de ser do camponês e da camponesa. Neste limiar, é relevante enfatizar que no cunho das investigações da pesquisa e nas experiências vivenciadas por esta pesquisadora, há de se mencionar que grande parte dos atuais proprietários conquistaram a terra pelo poder de compra, ou seja, um processo de reterritorialização.

Dada a devida informação se torna relevante primar que as condições de permanência ainda assim se fazem as mesmas de uma territorialização, pegando o contexto de democratização não somente do acesso, mas da permanência.

Com essa percepção, Rosa e Stacciarini (2014) pondera que as relações capitalistas no campo não inviabilizam outros tipos de relação, pois diversas formas de (re)produção ainda resistem no interior do capitalismo, e neste caso, esta pesquisa faz referência à produção dos sujeitos nestes espaços. Cabe destacar que manter e permanecer na terra está implícita estas relações apresentadas anteriormente:

A expressão luta pela permanência na terra implica no fato de que o camponês já está territorializado, mas precisa garantir condições para viver nela e dela com dignidade, sabendo que não está isolado da realidade e nem poderia estar. Essa luta é uma reação à não aceitação da expropriação como condição predestinada. É uma busca, nas contradições do modo capitalista de produção, de estratégias para continuar se reproduzindo (ROSA; STACCIARINI, 2014, p. 371).

Ainda de acordo com Silva (2005), a revolução verde, e a modernização da agricultura, principalmente no eixo centro-sul, expurgou os camponeses que não conseguiram se adaptar a essa nova realidade no campo. Esse fator foi crucial para entender a intensa migração de camponeses/agricultores/posseiros destas áreas para o Centro-Oeste, em especial, para Mato Grosso. Nesse quesito, pesou também o valor especulatório da terra.

Em contraponto, os camponeses e camponesas que por aqui chegaram, enfrentaram algumas adversidades nos territórios que foram sendo ocupados. É consenso entre os entrevistados a falta de estrutura do território.

Todos os investigados apontaram para acesso de estradas ruins, ausência de energia elétrica, em alguns pontos a falta de água, sítios sem estarem formados, ou seja, com muita mata, além é claro da falta de estrutura básica para se morar. É claro que em alguns casos, em especial, das entrevistadas 5 e 7, ao chegarem na Gleba, já havia um pouco mais de estrutura quanto ao período que os demais chegaram.

Outras informações importantes competem as dificuldades que cada família enfrentou ao chegar na Gleba. Muitos assinalaram a dificuldade de acesso e dos serviços básicos e essenciais, como escola para os filhos e saúde para familiar comunidade.

Há consenso também aos desafios para a manutenção da propriedade e a permanência na terra. Um fato crucial e determinante se condiciona em relação a escassez de água, quesito que atrapalha furtivamente a produção na agricultura.

Outro fator importante a se destacar e que foi lembrado por todos os doze interrogados, é a irregularidade ou ausência da assistência técnica rural, primordial para o desenvolvimento das atividades da agricultura familiar, e no suporte da manutenção do lote.

Cabe também destacar que para alguns, o tamanho do lote dificulta a diversificação da produção. Para as entrevistadas 3 e 4, o tamanho do lote dificulta e problematiza a produção. “É difícil lidar com o tamanho da nossa terra, por ser um lote pequeno, a nossa renda, a renda familiar se torna pouca né?” (Entrevistada 3).

Em suma, existe, na Gleba Providência III, uma desproporcionalidade em relação ao tamanho dos lotes, por questões já elucidadas como a questão de posse, de compra de terras. Cada interrogado apontou um número diferente da proporção territorial.

Respeitando a informação literal, informaram a medição em alqueire, foi possível identificar lotes com mínimo de 3 alqueires, o menor encontrado, e de até 10 alqueires, sendo o maior em proporção territorial.

Neste limiar, entre os percalços que elucidam a manutenção e a permanência dos assentados na Gleba Providência III, as camponesas e camponeses deste território vão procurando, dia após dia, contornar as situações do cotidiano e, encontrando formas distintas de produzir e de se (re)produzir socioculturalmente.

Evidente pensar que ao passar das décadas, houveram muitas mudanças: acesso à energia elétrica; melhoria das estradas; formação dos sítios; acesso a comunidade; porém, a falta da água, que acompanha o início da Gleba em si, muito pela característica do solo arenoso, assim como a predominância e avanço da pecuária extensiva e da monocultura, ainda se faz presente, e é um agravante para a permanência das famílias e para a prática da agricultura. Isso porque:

No cerrado do planalto que circunda o Pantanal, constata-se o avanço das áreas monocultoras, especialmente da soja, afetando o regime hidrológico, pois os tratamentos culturais com agrotóxicos e demais insumos químicos tendem a escoar por meio do pulso de inundação, alcançando os mananciais aquíferos, podendo prejudicar a fauna aquática e a população que a utiliza. Além disso, a retirada da vegetação nativa e sua substituição pela monocultura de grãos contribuem para que volumes de terra provoquem o assoreamento dos rios e baías (ROSSETTO *et al*, 2021, p. 41).

Neste cenário, ainda é importante acrescentar que nos relatórios obtidos junto ao INCRA, faz-se menção sobre o abastecimento da Gleba por duas lagoas, a João Almeida e São Luiz. Ocasionalmente, ainda hoje essas lagoas existem, mas com volume de água bem reduzido, ou seja, onde faltava água na década de 1990, hoje se falta muito mais.

Desta forma, nas próximas subseções será possível fazer uma análise importante sobre algumas características presentes na cidade de Curvelândia e na Gleba Providência III, permitindo averiguar as práticas de vida, e um constructo geral sobre as perspectivas de cada assentado e assentada sobre a prospecção futura em seus lotes.

#### **4.1 Formação Histórica, Geográfica e Fundiária do Município de Curvelândia/MT**

O município de Curvelândia/MT foi criado com base na Lei Estadual nº 6.981, de 28 de janeiro de 1998, assinada pelo então Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira. Com vinte e três anos de emancipação, é um dos municípios que compõem a região sudoeste do Estado de Mato Grosso, no circuito turístico conhecido como rota das águas. No dispositivo de criação do município traz que:

Art. 1º Fica criado o Município de Curvelândia, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado dos Municípios de Cáceres, Mirassol d'Oeste e Lambari d'Oeste.

Art. 6º A instalação do Município criado dar-se-á no dia 1º de janeiro de 2001, com a posse do Prefeito Vice Prefeito e Vereadores eleitos no ano anterior (ALMT, Lei nº 6.981).

Possui uma extensão territorial de 359,76 km<sup>2</sup>, com uma população de 4.866 habitantes, destas, 1.972 pessoas vivendo na área rural, sendo 13,53 hab/km<sup>2</sup>. Sua

população foi registrada, no último censo de 2010, com 4.866 habitantes, e a estimativa para o ano de 2020 é de 5.241 pessoas (IBGE, 2010).

A historiografia de criação do município de Curvelândia remete a um desmembramento da cidade-mãe (Cáceres) conturbado, gerando desavenças quanto a sua emancipação, pois foi um dos últimos municípios a se tornar autossuficiente (na teoria).

Porém, antes de entrarmos nas configurações territoriais de Curvelândia, precisamos compreender o processo de formação territorial do próprio município de Cáceres.

Segundo Silva e O'Loiola (2019), Cáceres teve ao longo das décadas ligado intimamente ao desenvolvimento da pecuária e da extração vegetal, perpassando ciclos econômicos que variavam conforme o tipo de produção e a escala econômica para o período.

Em toda sua historiografia, o município de Cáceres tem seu caráter de territórios de latifúndios que serviam às famílias abastadas que por aqui chegavam, e que se reorganizam na premissa de se manter esta concentração. Ademais, é importante considerar também que houve um vertiginoso crescimento das pequenas propriedades ao longo das últimas décadas, que atenderam respectivamente projetos de assentamentos e posses ocorridas em seu entorno. Fato é que devemos pensar nestas mudanças territoriais a partir dos programas de desenvolvimento oriundos dos Governo Federal, a partir dos anos de 1970 (SOUZA-HIGA et al, 2017; SILVA e O'LOIOLA, 2019).

É importante enfatizar que dentro desse contexto de abertura de polos de desenvolvimento, abriu-se margem para chegar em lugares que antes era de difícil acesso. Cada vez mais ocupavam espaços, territorializando-o. A própria construção da Ponte Marechal Rondon simbolizou a abertura migratória da região sudoeste (OLIVEIRA, 2018).

Ademais, frisa-se que da mesma forma que o processo de ocupação por terras se ampliou a partir da década de 1970, houve também a organização de acesso a terras por posseiros e posteriormente, por movimentos sociais que lutavam por reforma agrária.

Assim, pode-se afirmar que a implantação dos assentamentos rurais em Cáceres/MT causaram, primeiramente, mudanças espaciais, com

um rearranjo sócio-espacial e territorial, dinamizando o espaço do latifúndio que era pouco ocupado e que gerava pouco emprego e renda. Isso significa que, em Cáceres/MT, onde impera a pecuária extensiva, os assentamentos se colocaram como uma possibilidade de articulação de novas oportunidades de produção e geração de emprego e renda, além de propiciar melhores condições de vida as famílias assentadas (SILVA et al, 2012, p. 71).

Mas ainda assim, deve-se considerar que o município de Cáceres e sua construção territorial parte do princípio da presença de grandes latifúndios que registraram ao longo do tempo, as várias relações conjunturais, principalmente ligadas aos modelos da estrutura fundiária, das relações produtivas e da própria concepção da paisagem (OLIVEIRA, 2018).

Oliveira (2018) ressalta ainda que até 1990, a dinâmica do território era comumente marcada por privilegiar a concentração fundiária, que após esse período, verificou-se uma mudança na proposição e no sentido de demarcação de terras para se estabelecer uma possível reforma agrária.

Ante a mudança no campo, observa-se também as mudanças no âmbito das cidades, no contexto territorial de Cáceres, houve-se desmembramento de várias cidades, mais precisamente de 15 municípios, sendo Curvelândia o último nesse processo (FERREIRA, 2017).

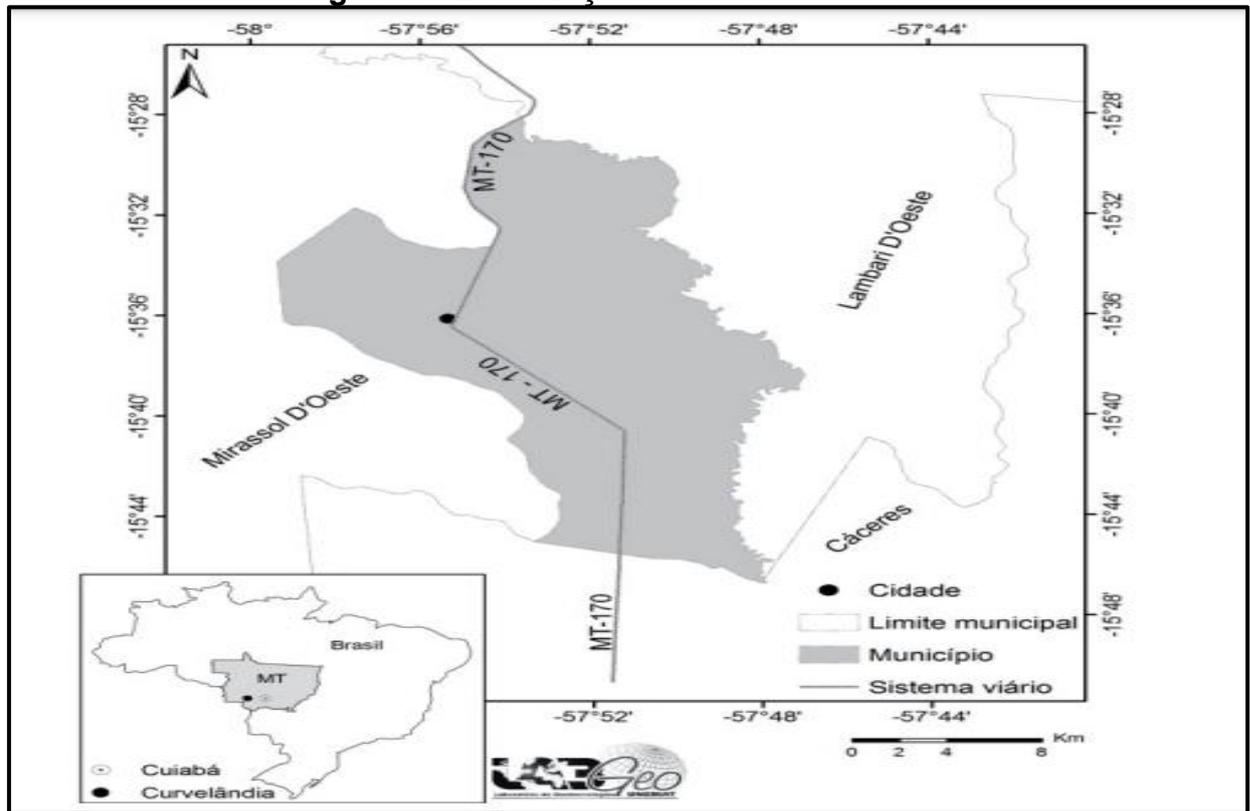
Por razões políticas e administrativas, aconteceu, na década de 1990, o início desse desmembramento, coordenado pelo deputado estadual José Lacerda e um proprietário de transporte coletivo rodoviário intermunicipal que mantinha linhas regulares de ônibus na região. Houve desgaste com outros municípios, principalmente com Lambari D'Oeste (FERREIRA, 2001).

Em 19 de junho de 1995, em documento assinado pelos vereadores de Lambari D'Oeste, Srs. José Siviero, José Guilherme de Sene e Izaías Domingos, a Câmara Municipal daquele município aprovou moção de repúdio sobre a criação do município de Curvelândia, alegando que o município havia investido maciçamente nas áreas de saúde, educação, telefonia e malha viária, não havendo, portanto, necessidade de emancipação [...] (FERREIRA, 2001, p. 447).

Sabe-se que deste processo e, após a instituição da Lei nº 6.981, novos passos foram dados a caminho da criação e da estruturação de Curvelândia. A primeira eleição municipal ocorreu em 2000, tomando posse no dia 1º de janeiro de 2001, o

primeiro prefeito do então município de Curvelândia (Figura 6), o senhor Elias Leal Mendes, conjuntamente com os demais representantes políticos vereadores.

**Figura 6 - Localização de Curvelândia/MT**



Fonte: Cochev et al (2014).

De acordo com a historiografia presente no sítio da Prefeitura, a opção pelo nome Curvelândia remete a curva do boi. Como justificativa por esta escolha, o ex-deputado estadual, e também senador por Mato Grosso, José Lacerda, historiciza um acontecimento da década de 1970, aonde uma comitiva de bois vinha da região de Rio Branco, quando na curva, próximo já ao trecho da futura cidade, surgira um ônibus da empresa TUT, atropelando nove bois. A partir de então, essa localidade passou a ser conhecida como Curva do Boi e, posteriormente Curvelândia.

Desde o seu nascimento, Curvelândia tem sua economia baseada na agricultura e também na pecuária, exatamente pelo seu contexto de ocupação de terras por migrantes de várias regiões brasileiras, que buscavam por aqui, maior possibilidade de viver e produzir, além de ser uma realidade proveniente já da região sudoeste.

Por ser um município considerado pequeno, atualmente a economia urbana também se baseia nos micros e pequenos comércios, que subsidia uma grande parte

dos empregos diretos. Destaca-se também o laticínio que está instalado na cidade, que gera empregos diretos e indiretos, e é responsável pela compra da produção leiteira dos pequenos produtores das comunidades rurais desse e de outros municípios vizinhos.

De acordo com o sitio do laticínio Rovigo, a empresa familiar está instalada em Curvelândia desde 1998, a priori sendo apenas uma fábrica de muçarela. Posteriormente, em 2002, configurou-se como laticínio de indústria e comércio, produzindo os mais variados tipos de queijos.

A atuação do laticínio no município foi crucial para a formação da pecuária leiteira, indo além das fronteiras de Curvelândia, atingindo Mirassol D'Oeste, Lambari D'Oeste, Barra do Bugres e parte de Tangará da Serra. A armazenagem do leite se dá através de resfriadores, alocadas em algumas propriedades chaves, feitas pela própria empresa.

Sem dúvidas, falando com propriedade, o laticínio foi e é muito importante para a geração de renda e de trabalho, de maneira direta e indireta no município. No entanto, nos últimos tempos, houve um decréscimo no rebanho, e automaticamente do número de vacas ordenhadas. Atualmente, das 61.752 cabeças, apenas 1.532 são de vacas ordenhadas com uma quantidade de produção de 2.787.000 litros de leite, com valor de produção em 2.703.000 (IBGE-CIDADES, 2019).

Outro ponto de destaque, faz relação com a crise recente nos produtos alimentícios, principalmente o leite e seus derivados, no qual a junção da crise hídrica e o alto valor do leite fez também estremecer a relação dos produtores de leite do município de Curvelândia com o laticínio Rovigo.

Segundo os investigados, há concorrência de outros laticínios que chegam a pagar de R\$ 3,30 até R\$ 4,00 contra os R\$ 2,20 praticados pelo laticínio local, resultaram num descontentamento dos camponeses de Curvelândia e, sumariamente passando a fornecer leite para outras localidades.

Em uma análise fria e afirmativa, em valores, talvez seja fundamental a valorização da produção campesina, mas, de certa maneira põe em risco o empreendimento que em tese, fornece empregos diretos e indiretos na cidade.

Seguindo para além do laticínio e do comércio, apresenta-se a estrutura do município, conta ainda com atendimento médico de baixa e média complexidade, com dois postos de saúde de atendimento familiar. Para os casos considerados graves, dependem de Cáceres, como polo regional de saúde.

No âmbito da educação, possui uma escola estadual que atende desde o ensino pré-escolar até o ensino médio, incluindo a Educação de Jovens e Adultos; há ainda outras duas escolas municipais, sendo uma creche e uma de atendimento para o ensino fundamental. Para educação superior, os cidadãos recorrem às cidades vizinhas, com destaque novamente para Cáceres e São José dos Quatro Marcos.

É evidente que não há nenhuma escola na comunidade rural no município de Curvelândia, escola no/do campo, muito menos posto de saúde. Ambas as instalações foram retiradas das comunidades e centralizadas no espaço urbano. Na figura 7 é possível visualizar a antiga escola que atendia as comunidades e assentamentos vizinhos, a Escola Municipal Bom Jesus da Lapa, onde o prédio fica na agrovila de Plaquelândia, e também era utilizado como posto de saúde. Atualmente é ocupado pela igreja católica, onde serve atualmente como sala de catequese entre outras utilidades.

**Figura 7 - Antiga escola da comunidade Gleba Providência III**



Fonte: Autora (2022).

Além do prédio da antiga escola, a agrovila também comporta uma igreja católica, além de um mercadinho, academia para terceira idade (parceria entre município e Rotary), uma quadra de futsal e um campo de futebol que serve como área de lazer e ponto de encontro entre os camponeses e camponesas.

Importante considerar que na Providência III haviam outras agrovilas que possuem igreja, escola, campos, no entanto, com o passar dos anos, com a expropriação dos camponeses houve uma redução de frequentadores, até por fim o fechamento e desativação desses espaços. Todas essas questões se emaranham no

campo das disputas territoriais, ganhando contorno de notoriedade ao povoamento desta região.

Ao considerar as concepções do Produto Interno Bruto do município de Curvelândia, menciona-se que no ano de 2019, era dividido entre os setores primário, secundário e terciário, sendo respectivamente de R\$ 51.319.380, R\$ 12.493.050 e R\$ 19.544.560, compreendendo a importância que a agropecuária tem para o município (IBGE-CIDADES, 2019).

Neste interim, é importante considerar as mudanças que ocorreram em uma década em relação a produtividade e o uso da terra:

Entre os anos de 2001 e 2011, houve alterações no perfil agrícola, ou seja, supressão de algumas culturas (arroz, café, coco e laranja) e inclusão de outras (abacaxi e mamão). Ao passo que algumas produções agrícolas aumentaram (cana de açúcar, mandioca e seringueira), outras tiveram reduções, como, que o feijão e o milho tiveram redução de área 225 plantada, porém os avanços tecnológicos aumentaram a produtividade. Para a pecuária, o incremento de cabeças foi para os bovinos, suínos, ovinos e caprinos, com redução aos demais. O aumento da agricultura deveu-se à atividade da cana-de-açúcar, como destacado, com perdas de feijão e café e eliminação do arroz, ou seja, no espaço agrícola os produtos alimentares foram substituídos por produto para exportação, nesse caso, a cana para produção de etanol (NEVES et al, 2015).

Fazendo essa análise, importante refletir sobre a crescente do agronegócio, principalmente da cana de açúcar, justificada pela proximidade com a Cooperativa Agrícola de Produtores de Cana de Rio Branco (COOPERB), localizada no município de Rio Branco e também em Mirassol D'Oeste. No entanto, a pecuária, por mais que tenha perdido espaço para a agricultura, ainda conta com um número considerado de rebanhos (NEVES Et al, 2015).

O sítio da COOPERB traz que a cooperativa teve início em 1981 com o ideal de criar um polo de desenvolvimento agroindustrial; em 1983 aprovou-se projeto de implantação de destilaria de álcool, sendo a primeira safra ocorrida apenas em 1986.

Feito algumas ponderações sobre a estrutura administrativa e econômica da cidade, faz-se necessário uma análise da estrutura fundiária presente no município. O processo de ocupação da região sudoeste, em especial, do nosso *lócus* de pesquisa, no contexto de formação do território, envolve também todas as prerrogativas analisadas e discutidas nos capítulos e seções anteriores.

Analisa-se que dentro da perspectiva territorial no município, estima-se que exista 466 estabelecimentos agropecuários que ocupam uma faixa de 29.078 ha, utilizados para as mais diversas atividades. Considera-se 2.310 ha de lavouras, contra 25.716 ha de pastagem. (IBGE-CIDADES, 2019).

Ao integrar as informações ao longo da perspectiva de terras em Curvelândia, é importante compreender que sumariamente ao modelo de obtenção destas, mudam substancialmente com o processo de ocupações por movimentos sociais, posseiros entre outros, modificou de maneira paradigmática, o sentido de se buscar opções para as pequenas propriedades, suas produções e seus espaços de convivência, (QUEIROZ et al, 2015).

Diante da perspectiva de ocupação de terras na região sudoeste e em Curvelândia, percebe-se intensamente a criação de Projetos de Assentamento (PA) e/ou comunidades rurais, conforme demonstrada no quadro 2. Mas, antes de tudo, é importante considerar a desterritorialização do campesinato e a reterritorialização de outras formas de produção, como veremos adiante.

**Quadro 2 - Assentamentos e Comunidades Rurais em Curvelândia/MT**

<b>Projeto de Assentamento (PA) Comunidade Rural (CR)</b>	<b>Número de Famílias</b>	<b>Forma de Obtenção</b>	<b>Denominação</b>
Gleba Providência III - CR	74	Posse	Rural/Urbano
São Saturnino – PA	101	MST/Crédito Fundiário	Rural
Roseli Nunes – PA	16	MST	Rural
Tupã – CR	140	Posse	Rural/Urbano
Santa Rita – CR	122	Colonização Familiar	Rural/Urbano
Vila Cabaçal – CR	85	Colonização Familiar	Rural/Urbano

Fonte: Complexo Nascentes do Pantanal, 2014. Adaptado pela autora.

Importante a compreensão sobre o processo de ocupação do território de Curvelândia, e mais ainda, o dimensionamento das formas de territorialização advindas dos contextos migratórios. Dentro da perspectiva do quadro 2, infere-se sobre os arranjos e formas organizativas, podendo refletir sobre a prospecção de cada um dos assentamentos e comunidades para Curvelândia.

Diante dos assentamentos e comunidades rurais apresentadas é possível definir que há diferenciação de ocupação de território, por parte das famílias camponesas e/ou agricultores familiares. Existem dois assentamentos de reforma

agrária organizados e coordenados pelo MST, mas identifica-se que, em sua maior parte, o campo de Curvelândia propiciou uma colonização familiar, geralmente, próxima ao perímetro urbano, pensando nas questões da posse da terra.

As características que moldam cada assentamento/comunidade localizado no município de Curvelândia também são bem distintos, cada um possui sua peculiaridade. Mas, ficou evidente que a as comunidades rurais tem denominação de rural/urbano, pela proximidade e pelas relações amplamente difundida com a cidade.

A Gleba Providência III é considerada como uma área periurbana pela sua proximidade com Curvelândia que é cerca de 4 km, o que permite reafirmar sua condição de localidade rural que se confunde, em muitos pontos, com o eixo urbano. Nesse sentido, aponta-se para uma relação de extrema reciprocidade de ambos os ambientes, entendendo que:

O atributo da diferenciação social não é apenas da cidade, mas também do campo. Com ele, a oposição cidade e campo cede lugar ao enfoque das relações entre cidade e campo e da unicidade e complementaridade compreendida por esse par dialético. O que se tem, nesse caso, é a compreensão de um em suas relações com o outro. O importante não é distinguir ou diferenciar os dois espaços, mas compreender seus sentidos e papéis, assim como, analisar as relações políticas, as econômicas e os valores culturais que, em cada espaço-tempo, orientam as articulações entre cidade e campo (BISPO; MENDES, 2012, p. 9).

Esse fator é crucial para se compreender a base de discussões que se conectam para entender a complexa relação do camponês, com seu território e com seu lugar de vida. Observando a ideia produzida por Bispo e Mendes (2012), contextualiza-se uma importante consideração sobre as relações estabelecidas entre campo e cidade, uma vez que são complementares e não contraditórias.

Aviva-se as questões de complementariedade, ou seja, tudo que acontece no campo une questões que envolvem também a cidade, assim como também o contrário. “Cidade e campo atravessam a história e as sucessivas divisões sociais e territoriais do trabalho que neles vão se realizando” (RUA, 2020, p. 204).

Neste viés, é importante ter clareza sobre essa relação entre cidade e campo. O papel do sujeito é moldado com base na sua vivência em cada um destes espaços, considerando que cada uma oferta condições distintas de vivência, mas, mutuamente de interdependência nas relações sociais.

Ou seja, do ponto de vista geográfico, denota-se que, enquanto cidade e campo, são caracterizados pelos espaços, essa dita vivência se aproximará das relações imbricadas:

Esta distinção é necessária porque cidade e campo se caracterizam por representar concentração e dispersão e por ser continentes de processos socioespaciais próprios e complementares. Urbano e rural se distinguem por serem atributos e constituintes, condições e condicionantes. Enfim, cidade e campo são formas espaciais. Urbano e rural possuem, acima de tudo, uma dimensão processual, são conteúdo e contingente (WHITACKER, 2010, p. 191).

Talvez essa seja umas das maiores preocupações quando se discute a questão identitária da Gleba Providência III, a de não mais distinguirem se são sujeitos da área urbana, ou do meio rural. Ao analisá-los como espaço rural, do camponês, identifica-se que:

[...] os hábitos são construídos tendo como referência a intensa relação que se estabelece entre terra e trabalho. As tarefas cotidianas surgem dessa relação: preparo, adubação, plantio, poda, irrigação, colheita entre outras atividades. É do trabalho realizado sobre a terra que os rendimentos são extraídos, seja em forma de produtos para o autoconsumo, seja em forma de produtos para comercialização (BISPO; MENDES, 2012, p. 14).

O que necessariamente diverge quando analisamos a relação da terra na concepção do urbano, está no sentido de que a:

[...] terra apresenta-se como “mero chão” sobre o qual estão edificadas as formas que guardam as funções próprias do urbano. Dela nada se retira nada se cultiva com o fim de obter a sobrevivência ou rendimentos. A terra, portanto, nos espaços urbanos, assume outra dimensão: as relações se realizam por meio daquilo que sobre ela está construído (BISPO; MENDES, 2012, p. 14).

Desta feita, é possível identificar as nuances que são detectadas entre o urbano e o rural. As relações que cada uma resulta vai ao encontro das realidades espaciais ao qual está sobrepujado. Cada um propõe, a sua medida, as intempéries do cotidiano, da organização da sociedade, dos preceitos das construções de identidade de cada sujeito.

A mudança de rural para urbano no Brasil, foi essencialmente um processo rápido. Em 1950, em sua maior parte, o Brasil era uma sociedade essencialmente rural, o que nos tempos atuais já se modificou muito essa configuração, passando a ser predominantemente urbano, devido ao intenso fluxo migratório (HESPANHOL, 2013).

O paradigma da mudança do rural para o urbano possibilita intensas discussões sobre as delimitações dos territórios com base no enfoque do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de sua classificação dos espaços.

Essa delimitação se dá da seguinte forma: tudo e todos que estiverem dentro do perímetro fixado pela municipalidade como urbano será considerado, então, território e população urbana. O rural será dessa forma o restante, o resíduo da área do município. Assim, não importa se existem áreas e populações vivendo no perímetro urbano, praticando atividades rurais e também áreas e populações vivendo na zona rural, praticando atividades urbanas. Também não importa a função ou situação desses, mas sim a delimitação oficial, que na maioria das vezes, é formulada levando em conta interesses fundiários ou fiscais (RESENDE, 2004, p. 9).

Em prática, vislumbra-se uma mesclagem desses territórios, não havendo de fato uma homogeneização ou padronização de determinados ambientes. Nesse sentido, traz-se como elemento prático e empírico, a comunidade e, sua proximidade com a cidade de Curvelândia.

É possível a identificação de alguns fatores que promove esse hibridismo de territórios urbano/rural. A própria concepção do trabalho infla essa estatística, uma vez que, é notório que cada vez mais, camponeses e camponesas comercializem sua força de trabalho para os comércios presentes na cidade, fazendo do campo, apenas lugar de moradia. Outros casos que também se personifica, é o loteamento por um preço menor, de áreas para construção de casas com aglomerados familiares, realizados recentemente, mais precisamente de 2016 em diante, como demonstrado na figura 8.

As construções desse núcleo populacional foi se expandindo de uma maneira abrupta, muito mais pelas condições ora ofertadas pelo preço da terra e do loteamento. A própria projeção da agrovila Plaquelândia favoreceu o surgimento destes aglomerados, e a perspectiva de criação ou de projeção de um bairro periférico dentro/no campo.

**Figura 8 - Casas da Agrovila, na entrada da Gleba Providência III**



Fonte: Autora (2022).

Todo esse dinamismo é resultado de limiares de políticas públicas estabelecidas ou ausentes, no processo de construção deste território, vide as condições que foram ao longo do tempo se moldando, pelas necessidades de adaptação dos camponeses e camponesas, para permanência em seus respectivos lotes.

Ademais, nesta percepção de políticas públicas, é importante considerar também a atuação das associações e cooperativas no apoio ao estabelecimento destes produtores em suas terras:

No ano de 1996 foi criada a primeira Associação de Moradores e Produtores rurais da Providência III, sediada na comunidade de Novo Panorama, situada no município de Cáceres-MT, com um total de 67 moradores e produtores locais. Após o desmembramento territorial de Curvelândia em 1998, a sede da Associação ficou no município e oferece suporte ao Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar local, visto que todos os beneficiários do programa fazem parte da Associação, sendo que parte dos associados integra a Associação desde a fundação (QUEIROZ *et al*, 2015, p. 187).

A priori, essas associações e cooperativas foram de suma importância para a manutenção dos lotes, dando apoio aos procedimentos de assistência técnica no bojo das produções. Na contemporaneidade, empiricamente falando, observa-se um

definição destas associações e cooperativas. A própria Associação da Providência III não atende mais os produtores.

Em comunidades vizinhas ainda se observa a existência e atuação de algumas associações que ainda resistem às intempéries, como é o caso da Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), de caráter regional, e que possuem participação de 10 (dez) camponeses do Assentamento São Saturnino como associados (OLIVEIRA; ASEVEDO, 2014). No entanto, as famílias camponesas da Gleba Providência III em sua maioria, não participam de nenhuma cooperativa, nem associação, conforme informações nas entrevistas realizadas.

Das diversas associações e cooperativas que haviam para dar suporte aos camponeses, aos poucos foram enfraquecendo e desaparecendo por completo. É importante frisar que o município conta com um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), trabalhando na concepção de políticas públicas para o campo, e que possui como suplente, um dos entrevistados na pesquisa (CURVELÂNDIA, 2021<sup>3</sup>).

Dentro deste conselho é possível notar quais associações e cooperativas ainda se mantêm no município. Para complementação do conselho, participam com efetividade órgãos públicos, tais como a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER) e o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA).

Entre as associações presentes estão o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; a Organização de Produtores Rurais Informais; a Associação do Carretão, que é uma outra comunidade localizada no município de Curvelândia; a Associação dos Produtores do Assentamento São Saturnino, que é vizinho a Gleba Providência III; e a Cooperativa dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Mato Grosso (COOPHMAT).

Desta forma, é possível elencar que a falta da estrutura de uma associação ou de uma cooperativa desestimula a concepção de trabalho da agricultura camponesa e familiar, pois de certa forma, inviabiliza o fortalecimento das produções que podem ocorrer dentro do contexto do território.

---

<sup>3</sup> O Decreto municipal nº 019, de 12 de fevereiro de 2021, dispõe sobre a nomeação de membros para a composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, reunindo representantes do poder público e da sociedade civil, no intuito de celebrar as políticas públicas para agricultura, no município de Curvelândia/MT.

Tratar sobre essas questões se tornam essenciais para uma análise objetiva e subjetiva da proposição da importância da terra. Aponta-se no rumo de que a extração do grau de estima dela em cada território, reflete nas relações embricadas no tempo/espaço.

A partir dessa análise do processo de construção histórica, geográfica e fundiária do município de Curvelândia, e, sobretudo, da Gleba Providência III, as próximas seções incidirá em re(conhecer) de uma maneira mais efetiva o lugar que já foi espaço de trabalho e moradia (Figura 9), onde os laços de vivência ainda convivem e existem.

**Figura 9 - Casa e aconchego de vivencia da autora**



Fonte: Autora (2022).

Assim, nas próximas seções propõe-se a entender os desafios de permanência dos camponeses e camponesas na Gleba Providência III, a desvendar a historiografia da localidade, e, sobretudo, a compreender o processo de ocupação, formação e permanência na terra. Em tese, o que se visualiza é um possível abandono do modo de vida camponês, e das prerrogativas de produção que fazem parte da construção do homem e da mulher do campo.

## 4.2 Práticas estruturantes da vida cotidiana: morar, trabalhar e produzir

A vida no campo é cercada de notórias atividades que se fazem presentes na vida cotidiana dos camponeses, por isso, é importante enfatizar as necessidades e desejos dos sujeitos no território e de suas pluralidades para a vida em comunidade.

Tais perspectivas incidem necessariamente sobre o processo de morar, onde as bases da identidade territorial ganham contornos dos núcleos familiares e da inserção da luta pelo bem comum, mas a terra é, desde o início, sonhada e conquistada para produzir a vida. Deste alicerce, o trabalho se manifesta como a coletivização para o desenvolvimento social e econômico, e deste, a produção se torna o bem comum que nasce da terra.

A maior preocupação é que, sem estes pilares, que são essenciais para a vida no campo e dos sujeitos que dele vivem e lá querem ter seus últimos dias de vida, acabam por esfacelar e definhar a condição de um território vivo e próspero, não no sentido de riqueza, mas a da própria vivência.

Sobre essa égide, as visitas a Gleba Providência III permitiu uma análise diferente da condição enquanto sujeitos do processo. Antes, a reflexão que se fazia era sobre as condições de vivência do núcleo familiar, diferentemente de hoje, onde o foco é a vivência da própria comunidade em si. Sobre a concepção que envolve toda a questão da estruturação do homem e da mulher no campo, é importante considerar que:

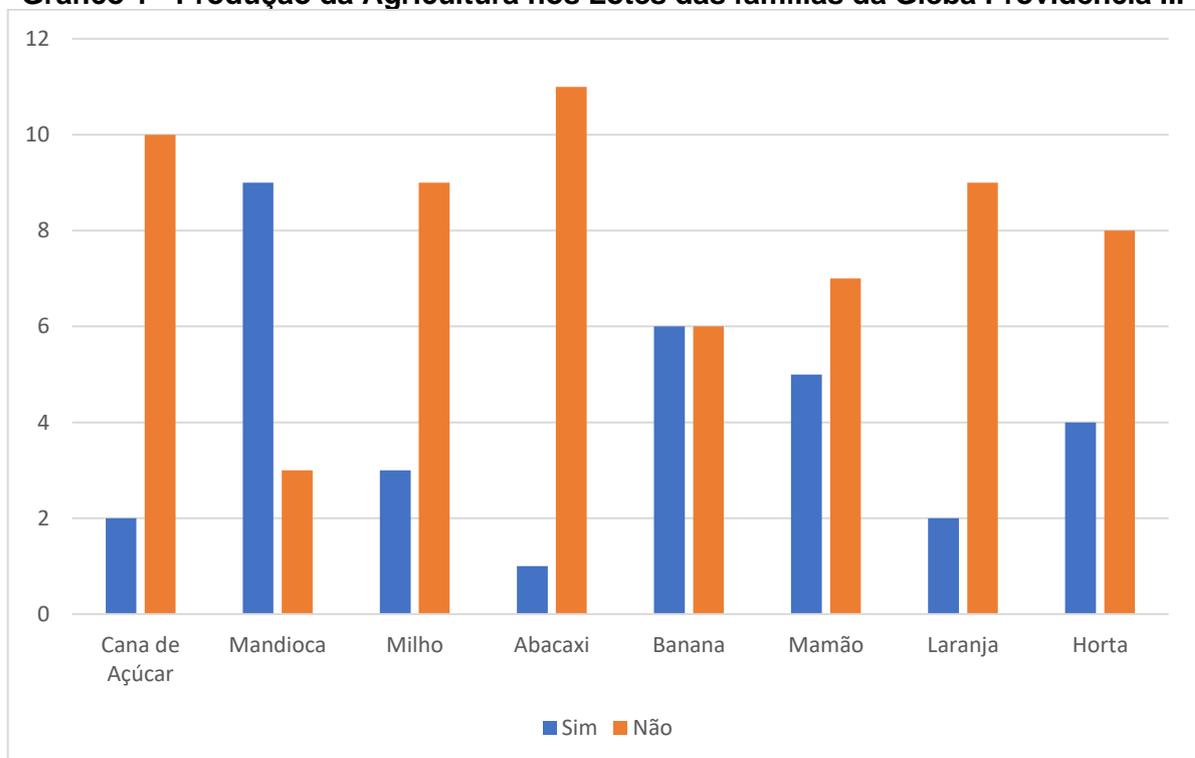
[...] há uma estrutura de classes tipicamente capitalista na agricultura brasileira: a burguesia agrária e o proletariado, e que o trabalho assalariado no campo avança. Dessa forma, mesmo os que se encontram numa condição intermediária, pequenos ou médios agricultores, permanecem em situação difícil, pois têm menos capital, tecnologias muitas vezes ultrapassadas, sem reservas de terras não utilizadas, comum aos grandes produtores, e fadados a um processo de inviabilização econômica, podendo permanecer na propriedade rural, mas não necessariamente como produtores rurais [...] (GERMER, 1994; 2007 apud REGO e VENDRAMINI, 2013, p. 3).

É perplexa essa análise considerando como base a distinção das relações que são convencionadas pelos campos brasileiros. Tomando como base a Gleba Providência III é mais instigante ainda, pois com a pesquisa *in loco* foi possível identificar literalmente que há muitos casos em que o lote é mais para usufruto de moradia, do que para outra coisa qualquer.

Refletindo sobre essa informação é importante estabelecer quais os parâmetros de produção dos/as entrevistados/as, permitindo uma elucidação do uso da terra, nesta comunidade. O gráfico 1 permite entender as prerrogativas do trabalho nas famílias interrogadas, e quais tipos de produção encontradas no lote.

O gráfico apresenta uma análise qualitativa, do que de fato é produzido na comunidade, estabelecendo uma relação com o questionário estruturado sempre pautado nos destinos destas produções, tendo como referência as relações do trabalho familiar e uma percepção de renda para a manutenção da família e de suas necessidades.

**Gráfico 1 - Produção da Agricultura nos Lotes das famílias da Gleba Providência III**



Fonte: Elaborado pela autora.

Em um panorama geral é possível identificar que, as entrevistadas 6 e 7 não produzem nada nos seus lotes, no que concerne as questões de produtos da agricultura. No entanto, verifica-se adiante que existem outras atividades desempenhas e/ou formas que os sujeitos utilizam para obtenção de renda, principalmente no ramo da pecuária no caso da entrevistada 6, e de aposentadoria, no caso da entrevistada 7.

Detecta-se também que os entrevistados/as 1 e 3 e 1 e 5 possuem hortas em seus lotes. No entanto, dos doze investigados, oito não possuem hortas, o que

corresponde a aproximadamente 67%, um número consideravelmente alto pelo tamanho das propriedades e considerando a importância de ter ao menos hortaliças nos quintais.

Em contraponto, visualiza-se a prática do plantio da mandioca em quase todos os lotes, apenas as entrevistadas 4, 6 e 7 não cultivam. A plantação da banana é percebida na metade dos lotes, ou seja, seis interrogados/as produzem a fruta.

Interessante observar que as lavouras de cana de açúcar, milho, abacaxi, mamão e laranja tem um número baixo de adeptos. A entrevistada 5 é a única produtora de abacaxi, e já conta com um sistema de plantação para revenda à atravessador.

Diferentemente da agricultura, a pecuária tende a aparecer mais como atividades desenvolvidas pelas famílias da Gleba Providência III. É importante considerar que umas das prerrogativas que tendenciam para este tipo de atividade é a presença de laticínio na cidade de Curvelândia.

No entanto, é preciso destacar que, mesmo com essa condicionante, nem todos os camponeses e camponesas fazem da produção leiteira sua fonte de renda. Em muitos casos, pela perspectiva de trabalho fora de sua propriedade, estes preferem a criação de animais, como bovinos, ovinos ou aves.

A gente cria umas vacas por aqui né? Que é parte da composição do nosso ganho no mês né? Mas ainda assim a gente trabalha fora, eu lido como diarista em uma fazenda aqui pra dentro, a mulher também faz uns bicos na cidade, com serviços gerais né? E com a revenda de produtos de beleza (Entrevistado 3).

A fala do entrevistado 3 incide com a atuação do agronegócio sobre a vida cotidiana da Gleba Providência III. Neste interim, os laços da produção de uma agricultura usualmente familiar tendem a definhir ou declinar por outros caminhos, onde as relações deixam de ser no lote e passam a ser extemporâneo a ele.

Em outra análise, podemos verificar fontes alternativas de renda para a complementação dos ganhos desta família. Neste compasso, em síntese, permite a reflexão que somente a produção no sítio não seja suficiente para a manutenção familiar, que compete compreender a falta de membros familiares impede uma produção maior, surgindo a necessidade da busca de novas formas de renda, como o trabalho em outras propriedades rurais, ou mesmo no setor terciário na cidade.

Ademais, essas informações podem e devem exemplificar a diferenciação das produções nesta localidade. O revés da produção da agricultura vai se esvaindo, dando lugar à uma pecuária inicialmente tímida, mas que a longo prazo se torna predatória ou excludente.

Valério (2021), parafraseando Lênin, propõe refletir sobre a concepção de duas extremidades no campo, que tende a chamar de camponês rico e camponês pobre. Enquanto o primeiro se classifica com as melhores possibilidades se agregar ao capitalismo, muito pela exploração do trabalho de outrem; o segundo se estabelece como a figura que se esforça para a permanência na sua terra, seja buscando alternativas de trabalho na própria comunidade e, em muitos casos, nas cidades vizinhas.

É importante compreender o funcionamento do capitalismo e de suas prerrogativas sobre a desconstrução do campesinato e, conseqüentemente, das suas lógicas no campo.

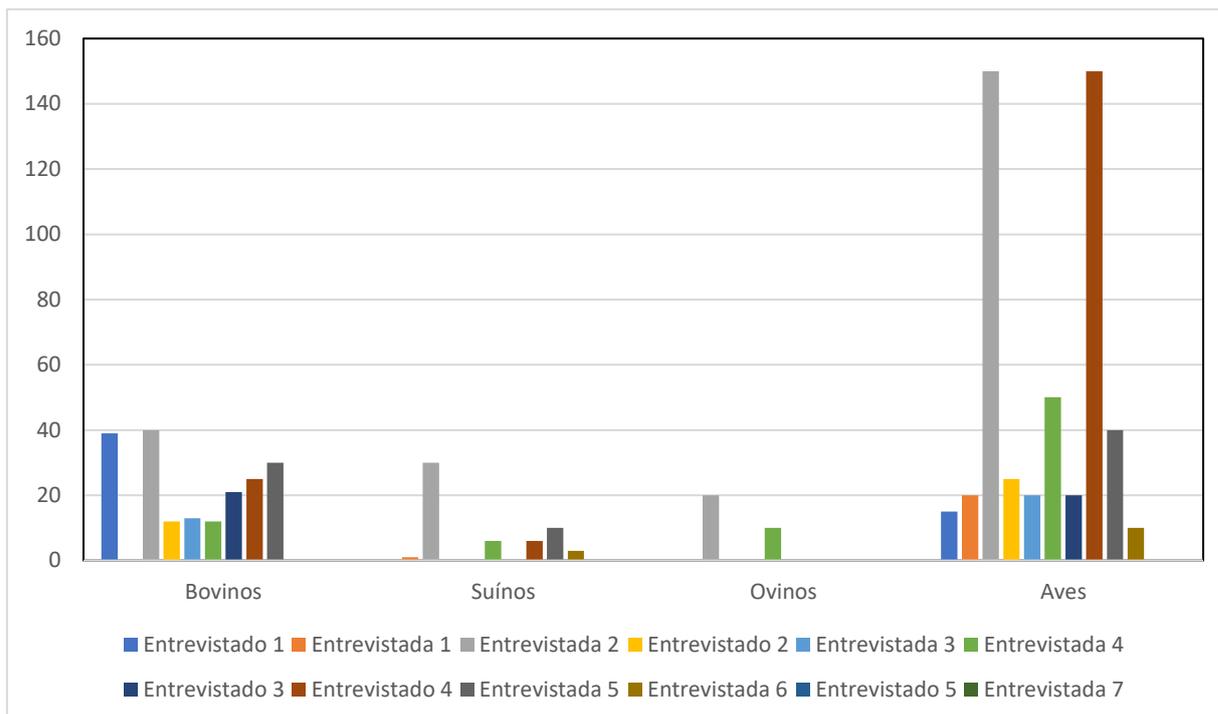
[...] Com o objetivo de converter a massa camponesa em consumidora das suas mercadorias, o capital busca restringi-la a apenas um setor específico, ao qual não pode apossar-se de imediato, a agricultura. O capitalismo combate e elimina, onde é possível, a economia natural e a produção de subsistência, assim como as formas combinadas de agricultura e artesanato, implantando em seu lugar a economia mercantil, à qual o capitalismo necessita para realizar a mais-valia [...] (VALÉRIO, 2021, p. 254).

Desta forma, o Gráfico 2 demonstra as atividades desenvolvidas na pecuária dentro da comunidade. É importante o enfoque também nessa informação, tendo em vista as nuances detectadas no território, principalmente a visual, onde enfocou-se uma grande quantidade de pastos.

Diferente da produção da agricultura, na pecuária há uma maior adesão por parte das famílias da Gleba Providência III. Em uma análise mais genérica, é possível compreender que novamente a entrevistada 7 aparece com nenhuma produção na pecuária, assim como na agricultura, demonstrado anteriormente pelo gráfico 1.

Além do mais, o quadro permite verificar uma maior participação da pecuária na criação de aves, seguida por bovinos, suínos e, por último, os ovinos.

### **Gráfico 2 - Produção da Pecuária nos Lotes das famílias da Gleba Providência III**



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir desses dados, é possível discorrer sobre os meios de produção de cada um dos/as investigados/as, no intuito de melhor fornecer e compreender este processo que ocorre nas propriedades, conjuntamente com a opção que cada um estabeleceu para se adequar nas condições que a vida lhes oferece.

Com essas informações lança-se a propositiva de apresentar as condições de produção, de maneira individualizada nos núcleos familiares pesquisados. Com exceção do entrevistado 5, todos/as os/as outros/as afirmaram que a apropriação da terra foi realizada através da compra de terceiros.

Traçando esse paralelo, a propriedade do entrevistado 1 tem a produção destinada a prática da agropecuária, ambas destinadas ao consumo, com a comercialização do excedente, geralmente para os mercados e laticínio. A principal fonte de renda é a produção leiteira, seguido das hortaliças que é a complementação. A renda mensal familiar está na faixa de R\$2.500,00, considerando que ainda não é o suficiente para a manutenção familiar.

A entrevistada 1 dedica as atividades do seu território ao aluguel do seu pasto, como complemento da aposentadoria que ela recebe. Dentre as produções de hortaliças, é somente para o próprio consumo. Considera os R\$3.600,00 que a família tem como renda mensal, como suficiente para o sustento.

A entrevistada 2 produz tanto pecuária como agricultura. Nesse lote a tendência é a produção de aves para comercialização como fonte de renda, além da produção leiteira, e de suínos, onde é realizada diretamente com o consumidor. Como fonte de renda alternativa, a família também conta com a aposentadoria, sendo os dois salários mínimos mensais considerados pela família suficientes para a sustentação do núcleo familiar.

O entrevistado 2 também dedica o seu trabalho para a pecuária. No entanto, há no lote dele uma plantação de coco, que é destinado para a comercialização com atravessadores, que utilizam em três frentes, aproveitamento da água de coco, da castanha e também da casca, para produção de carvão. Os atravessadores compram anualmente a produção (não revelado o valor), com exceção nos períodos pouco chuvosos, em que a produção não se desenvolve. A renda total no mês chega a aproximadamente R\$5.000,00, advindos também de aposentadoria, no entanto, na sua visão, ainda não é suficiente para a manutenção da estrutura de sua família.

A propriedade da entrevistada 3 é destinada a prática da agropecuária, sendo as hortaliças para o consumo familiar e, a criação do gado para revenda à fazendeiros. A renda familiar é insuficiente, sua complementação vem através do trabalho com trator para outros camponeses, sendo a renda mensal de aproximadamente R\$3.000,00.

Da mesma forma a entrevistada 4 também destina sua produção para a agricultura e também pecuária, para o consumo. A família sobrevive com dois salários mínimos providos de aposentadoria, que segundo a entrevistada “tem que ser suficiente para a manutenção da minha família”.

O entrevistado 3 destina a produção na sua terra para a modalidade da pecuária. Tanto a produção de hortaliças, como as leguminosas e frutas são para consumo, o destaque é a produção do gado de corte, que é comercializado para o frigorífico. A renda familiar no mês, de R\$3.000,00, segundo o entrevistado, é suficiente para a manutenção do núcleo familiar.

Para o entrevistado 4 a atividade desenvolvida no seu lote direciona à agropecuária. Sua produção, especificamente, da mandioca é comercializada na feira de produtores na cidade de Curvelândia, assim como a produção de aves. Em relação a criação de bovinos, se institui a ordenha de leite para a comercialização com o laticínio, somando-se as duas rendas, aproxima-se de dois salários mínimos no mês, que são considerados suficientes para o sustento da família.

A Pecuária e a agricultura são as atividades praticadas no lote da entrevistada 5. A produção é destinada ao comércio na feira e também ao consumidor, comercializando desde abacaxi até o pão caseiro, e o leite para é entregue no laticínio. A renda mensal de dois salários mínimos é considerada como insuficiente para a manutenção da propriedade e da família como um todo.

A produção do sítio da entrevistada 6 atende exclusivamente a produção da pecuária. O leite é o principal produto de comercialização, vendido diretamente para o laticínio. A entrevistada não soube precisar qual a renda média mensal da família, no entanto, afirmou que considera “mais ou menos” (termo que ela utilizou) suficiente para a manutenção da propriedade.

De todos os que participaram da pesquisa, o entrevistado 5 é o único a afirmar que a conquista da sua terra foi por meio de projeto de assentamento familiar, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Seu lote é destinado a produção da agricultura para a venda de produção na feira de produtores. Ademais, também faz arrendamento de sua terra, além de uma pensão que recebe do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por conta de um acidente sofrido. Considera a renda de um salário mínimo no mês insuficiente para o sustento.

Por último, e não menos importante quanto aos outros, a entrevistada 7, possui uma particularidade quantos aos demais. Esta somente mora na propriedade, que pertence a seu genro e filha, sendo que os mesmos possuem um comércio próximo a Gleba e por isso não residem no lote. Na propriedade existe a produção de pecuária, exclusivamente para gado de corte, e não há produção da agricultura. Assim a moradora, por ser aposentada, considera que o salário mínimo que recebe não é suficiente para a manutenção das suas necessidades básicas.

Diante das entrevistas, da observação, e das análises, foi possível dialogar num sentido amplo, compreendendo cada um e cada uma que se dispôs a relatar sua vida no campo. É importante considerar todas as histórias e memórias da população da Gleba Providência III, afinal, eles e elas construíram a territorialização, a reterritorialização e, por conseguinte, alguns vivem a desterritorialização.

Não se esperava que dentre os interrogados apenas um, participou do processo de assentamento, conquistando a terra a partir das lutas sociais. O restante, pelas possibilidades que também lhes cabiam, compraram a terra, mas como modo também de sobreviver.

Nessa análise também se faz presente que, a origem da grande maioria é a partir da vida no campo, como lavrador, arrendando terras, já tinham a vivência com a terra de um modo geral.

Ainda assim é notório, que são inúmeros os problemas sociais que envolvem a questão de morar, trabalhar e produzir. São vários os elementos que fazem destes três preceitos, fundamentais para a manutenção da família nas propriedades do campo.

Conforme Wanderley (2014) o trabalho pressupõe que haja colaboração do núcleo familiar para que seja organizado e, metodicamente, corresponda a uma forma social de produzir.

Olhando por essa narrativa, o próximo subitem será fundamental para a compreensão destes e demais elementos que se intitulam como um desafio para a manutenção e para permanência na terra. Não basta discutir a proporção dos meios de obtenção da terra, mas substancialmente quais as principais dificuldades encontradas por aqueles que dela produzem para si e para outrem.

### **4.3 Os desafios de manutenção e permanência na terra**

Várias foram as narrativas analisadas e refletidas ao longo do processo de construção da pesquisa e desse texto. A partir da combinação da teoria sobre as vertentes de território, lugar, trabalho, produção, possibilitou observar, na prática, o cotidiano dos camponeses e camponesas que escolheram a Gleba Providência III para ser morada e desfrutar das condições que a terra oferece, a partir da discussão realizada com os autores.

Pelas observações em campo foi possível entender algumas condições que pontualmente se fizeram presentes ao longo nas entrevistas sobre o desenvolvimento e formação, o que incluiu territorialização, desterritorialização e reterritorialização, de processos de compra e venda do lote, e não como uma chegada a partir de luta pela terra. Uma prática muito comum também nos assentamentos de reforma agrária.

A comercialização de posses de lotes é uma realidade que se faz presente nos espaços dos assentamentos e um fator importante para que se questionem as condições nas quais os sujeitos da Reforma Agrária estão se reproduzindo. A venda de lotes é apenas uma

referência para que possamos adentrar à realidade de homens e mulheres que um dia sonharam em possuir uma propriedade rural. Porém, de acordo com circunstâncias adversas, podem surgir necessidades que os levem a abandonar a terra e comercializar a posse conquistada (CRUZ e SANTOS, 2011, p. 252).

Lembrando que a Gleba Providência III não é um assentamento e nem tem o histórico de luta pela terra, mesmo que o INCRA tenha cadastrado como se fosse. Segundo Coelho (2007), muitas camponesas e camponeses sentem e pressentem as dificuldades de produção para sustentar suas famílias, e a perspectiva de reprodução social cai por terra, pois sem um mínimo de dignidade, partem em busca de um novo lugar, um novo lar, sendo as cidades a receptora destes sujeitos.

Há de mencionar, sobretudo, ausência de políticas públicas que partem necessariamente da falta de assistência técnica rural, de uma forma geral. Por outros caminhos, também se enveredam a falta de acesso à programas do Governo Federal, que são importantes para o fortalecimento da agricultura familiar, como o PNAE e o PAA, fontes de renda para o povo do campo que, além de mudarem de nomes no atual governo, sofreu uma drástica redução de investimentos.

Segundo Balbuena (2020), há um completo desmonte nas políticas públicas, a partir, principalmente, do ano de 2016 até a contemporaneidade, sendo expressivos a partir do ano de 2018. A tabela 1 ilustra bem essa redução de valores para o campo.

**Tabela 1 - Definhamento de Investimentos em Políticas Públicas para o Campo**

Políticas Sociais	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)
Reforma Agrária	800.000.000	333.401.507	257.023.985	34.291.966
Assistência Téc. Rural (Ater)	355.367.085	199.571.831	85.403.462	12.636.521
Crédito Fundiário	54.737.073	19.708.555	24.809.989	5.128.000
Educação no Campo	32.550.000	27.027.196	14.800.000	2.053.682
Assentamentos	261.394.900	168.218.894	242.524.796	73.349.622
Assistência Técnica rural	607.367.389	205.967.667	235.221.780	133.221.789

Fonte: INCRA (2018); Balbuena (2020). Adaptado pela autora.

Os dados trazidos pela tabela 1, dão contexto da expulsão do homem e da mulher do campo, culminando na estratégia da distribuição da terra sem dar as possibilidades de manutenção e de permanência. É o jogo que o capitalismo impõe para os pobres da terra, a expropriação tende a ser a desarticulação da produção e a desterritorialização do campesinato.

Ainda assim, segundo Souza (2013, p. 34), “[...] a permanência dos camponeses é possível porque eles são capazes de recriar as relações sociais importantes para a reafirmação dos seus modos de vida”. Essa retórica pode ser compreendida em muito, através das vozes dessas famílias da Providência III, muda-se as relações, reinventa-se práticas sociais, mas as raízes se mantêm.

Por esta questão, é fundamental elencar a propositura da permanência destas e destes em seus lotes. No bojo da pesquisa, foi possível identificar sujeitos que têm como perspectiva, a mudança para a cidade, mais precisamente, quatro dos doze interrogados.

Para ser mais específico, as entrevistadas 1, 2 e 6 e o entrevistado 4 tencionam a mudança para a cidade, uma vez que já tiveram o esfacelamento do seu núcleo familiar, ficando geralmente com o apoio na prática das atividades cotidianas do lote, a mulher ou o marido. Como complemento da informação anterior, é importante considerar a idade já avançada destes sujeitos, por volta dos sessenta anos de idade, além, é claro, das condições físicas. São os paradoxos presentes no envelhecimento da população no campo.

Diferentemente, os outros oito investigados ainda acreditam que a terra em que vivem, é o melhor lugar para eles e elas estarem: “Este lugar representa para mim

uma grande coisa, por mais que cheguemo em 95, conseguimos conquistar muitas coisa, aprendemos a gostar desse lugar, claro que não é a maravilha que sonhamos, mas gosto daqui, tenho muitos amigos aqui” (Entrevistada 5).

Porém, um fato importante a considerar sobre estes oito é que também possuem seus núcleos familiares reduzidos, normalmente com o marido e a esposa. Em alguns casos, há ajuda dos filhos, como o informou o entrevistado 1; e da entrevistada 4, no qual, para essa, os filhos que moram fora da propriedade auxiliam no processo de produção nas horas vagas. Em outras situações, há o comprometimento de contratação de diaristas para a lida do dia a dia, que também se torna uma possível condicionante para o abandono de certas culturas.

Há outras questões que são evidentes e complexas dentro deste processo de permanência na terra. Por mais que a vontade de ficar no lote seja grande, as adversidades presentes no bojo da Gleba, dificulta e inviabiliza boa parte do processo produtivo.

São muitas as nuances, no qual a falta de água nos lotes, ausência da assistência técnica rural, falta de organização em associações ou cooperativas, quebra da prática da agricultura familiar, a inviabilidade da produção de múltiplas culturas, a dedicação ao processo da pecuária, estão entre os fatores que são paulatinamente importantes na análise do processo de morar, produzir e resistir as intempéries.

Outro fator a considerar, que se torna corriqueiro na realidade da Gleba, é a dificuldade de legalização da terra via INCRA. Segundo os/as entrevistados/as há sempre um trabalho e promessa para titulação, porém, sempre o processo é “engavetado” e não sai do papel.

Neste limiar, interpreta-se a ausência de políticas públicas e de possibilidades de financiamento via PRONAF, o que dificulta ainda mais a perspectiva de melhorias na parte estrutural do lote. Em outra via, também não permite se pensar em participar de programas ligados a alimentação, seja escolar ou de grupos vulneráveis socioeconomicamente.

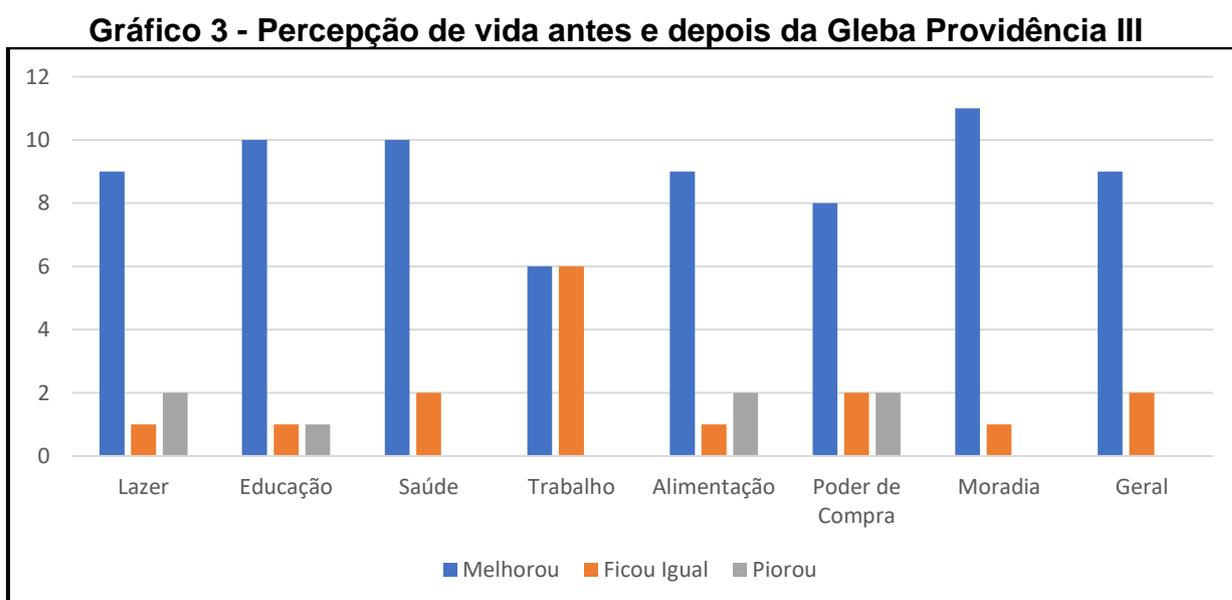
Estas questões norteadoras presentes e visíveis na abordagem da territorialidade na comunidade, capitaneia as condições de desistência da permanência na terra e desfaz os laços de identidade que até então era a condição da (re)existência da população camponesa, vide a Gleba.

Hoje uma minoria dos assentados possui o título da terra, entre os investigados nenhum possui, tendo em vista o processo de morosidade dos próprios órgãos que gerenciam o processo de distribuição e regulamentação de terras no país. Esse processo lento não é atual, vem na construção de concentração fundiária e, se estabeleceu na proporção dos que sempre tiveram dinheiro. Sobre a percepção dos investigados sobre estes órgãos:

De vez em quando eles vêm e medem de tudo, fala que vai sair documento e depois engaveta tudo lá e deixa tudo parado. Tem uns dois, três anos que eles vieram aí, e mediu de novo, o povo fica bravo né? Porque tem que tá pagando. Paga pra medir, depois não acontece nada, e passa um tempo, volta, paga pra medir (Entrevistado 3).

Cruz e Santos (2011) pondera que a vida no campo se constitui por diversas vezes, das mais distintas formas de sobrevivência. Essa divergência se configura através das estratégias de sobreviver e de garantir que haja a reprodução social e familiar no território, mas atenuadamente, certas condições políticas e econômicas, principalmente externa, condiciona o abandono do campo.

Nesta linha de raciocínio, é importante e extremamente lúcido, considerar a percepção dos/as investigados/as sobre as condições da vida anterior e da vida atual no território. Para isso, considera-se, o gráfico 3 a respeito das condições de vida na Gleba, conforme segue abaixo:



Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando as informações e posicionamentos fica evidente que não há unanimidade em nenhum dos itens elencados, isso porque, cada um compreenderá na proporção que as condições que lhes foram ofertadas. É possível identificar que a maioria compreende que o sítio, enquanto moradia foi melhorando ao longo do tempo.

Importante compreender que o item moradia foi importante quanto a percepção dos investigados, aponta-se para uma melhoria para quase todos os entrevistados, com exceção da Entrevistada 5, que permaneceu igual. Essa entrevistada, via de regra, considerou que sua vida ficou igual, relativamente o antes e depois.

Para as entrevistadas 1 e 5, entrevistados 2, 3, 4 e 5 a vida melhorou em todos os aspectos, o que se entende que, por mais que haja a deficiência das políticas públicas, consideram que houve significativamente uma melhora da qualidade de vida, de uma forma geral.

Outro fator de destaque é a piora na alimentação para duas investigadas, no caso as entrevistadas 2 e 4. A análise pressupõe que a ausência da produção de hortaliças instiga a pensar sobre essa deficiência da assistência técnica em todos os aspectos. Ademais, é importante mais uma vez ressaltar a ausência das políticas públicas dentro do contexto da comunidade.

Em suma, assume-se que o condicionamento político no país é um termômetro que mede as questões socioeconômicas, que de todo o caso, também esbarra nas condições de se viver no campo. Nessa proposição, admitir-se-á que o desmonte de políticas públicas são evidentes e claras, e que atingem fortemente os camponeses e camponesas.

Mesmo diante da grande relevância dos programas voltados para a agricultura familiar e de diagnósticos que apontam uma crescente demanda por tais políticas, especialmente no contexto de crise econômica com aumento da pobreza e desigualdade, as mudanças [...] sinalizam uma perda de espaço da agricultura familiar na agenda governamental e uma falta de interesse político em seguir executando políticas públicas voltadas para essa categoria, colocando em risco os avanços obtidos na última década. Assim, volta-se ao patamar de antigamente, que tratava de forma diferenciada os dois segmentos, por um lado implementando uma agenda voltada exclusivamente para o agronegócio e focada nos agricultores inseridos em mercados de *commodities* e mais estruturados, enquanto que os segmentos de menor escala ficavam concentrados apenas em produzir para o autoconsumo e eram assistidos por políticas assistencialistas que careciam de ações específicas para as suas necessidades (PERIN, 2021, p. 51).

Neste viés, as mudanças devem ser encaradas como consequência da carência do compromisso do Estado para com a população do campo, sobretudo, da agricultura familiar camponesa.

Presenciou-se em toda a contextualização da pesquisa, mais precisamente no diálogo constante com investigados/as da Gleba Providência III, que a expropriação dos camponeses foi extremamente acelerada. Há uma grande evasão, principalmente entre os jovens, cujo destino é quase sempre as cidades, onde migram em busca de estudo e trabalho.

É fácil compreender que todas as nuances encontradas na consolidação da produção extirpam qualquer possibilidade de continuidade de atividades nos lotes da maioria das famílias interrogadas. Esse desmonte inviabiliza qualquer tipo de investimento na propriedade, o que conseqüentemente, favorece o processo de expropriação, e desterritorialização dos camponeses de suas terras.

Ainda assim, apesar de todas as dificuldades, é perceptível o desejo destas famílias permanecerem em seus lotes. A terra que os acolheu ainda é a mesma que foi desejada um dia, que foi sonhada e conquistada, ainda que não no formato da luta pela reforma agrária, mas pelas oportunidades que surgiram.

Em uma última análise, é importante enfatizar que ao ser traçada a pergunta sobre o significado da terra para os/as entrevistados/as, há uma unanimidade na resposta, “a terra representa tudo de mais importante que aconteceu na minha vida, sem ela não sei o que seria de mim e nem da família, hoje tudo que tenho, devo a ela”.

Importante considerar todo este contexto trazido para reflexão, e perceber que dentro da perspectiva de compreender o território e lugar da Gleba Providência III, há muitas nuances que sinalizam para mudanças estruturais e comportamentais dos sujeitos que residem por ali.

Enfim, pensar a Gleba Providência III nos seus limiões, é se lançar ao propósito de subjetivação da população camponesa por uma amostragem que reflete também uma população no campo de maneira macro, e o cenário não se faz tão animador, mas esperançoso, a medida que, temos na construção dos sujeitos, uma ponta de resistência e afimco com suas terras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender o processo de conquista da terra é substancial para se entender o quão estamos longe da tão sonhada reforma agrária no Brasil. Essa constatação não parte necessariamente de mera especulação, mas de números e dados perceptivos ao longo do processo histórico de acesso às terras no Brasil e, nesse estudo, com enfoque no Estado de Mato Grosso.

A territorialização do capital, com a conivência do Estado, contribui para o estabelecimento da concentração fundiária. Essa celeuma implica dizer que essa é uma tendência a ser uma das maiores preocupações para a permanência do campesinato e, por tabela, as formas de múltiplas culturas no campo, um dos resultados desta pesquisa.

Os questionamentos durante a investigação foram instigantes para entender as estruturas das dinâmicas territoriais da Gleba Providência III, assim como o lugar entendido para além da moradia, é também o refúgio da vida pelo trabalho, lazer, educação, saúde, alimentação, renda, dentre outros.

A inquietação surgiu necessariamente por conta da preocupação com a comunidade. Ao longo do tempo, a expropriação camponesa, principalmente entre os jovens, se tornara frequentes e, sucessivamente a diminuição considerável das atividades de agricultura, dando lugar obviamente a outras formas de produção, entre elas, a pecuária intensiva e o processo de concentração de terras.

Como marco importante nesse estudo, a reflexão sobre a construção do espaço geográfico, em especial, utilizando-se das categorias de território e de lugar subsidiaram no direcionamento de onde, do porquê e de quando iniciar o recorte temporal do processo de ocupação desta localidade.

Ao propor compreender a análise dos conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização no contexto da comunidade, reiteradamente sobre as chegadas e partidas, os laços quebrados, a expropriação do lote, verifica-se que para os sujeitos investigados, a terra é um alicerce para a vida, é o que garante a continuidade do homem e da mulher no campo.

Mas, ainda assim, vislumbra-se uma necessidade de se deixarem ir, não pela própria vontade, mas pela circunstâncias colocadas à prova, para a permanência e produção em suas terras.

No campo das discussões, houve espaço para a busca da identificação e do pertencimento dos sujeitos, e nesse emaranhado de trabalho assalariado fora da propriedade para complementar a renda e a venda de lotes, foi possível compreender a concepção que as pessoas possuem do lugar, do valor que a terra dispõe para a vida e o trabalho. Ao se interpretar os conceitos teóricos, e logo depois aliá-los a proposta prática, dos dados oriundos dos diálogos com os/as entrevistados/as, foi possível, no limiar da subjetividade, compreender o processo da vivência das famílias na comunidade.

À medida que se estabeleceu passos para esta pesquisa, criou-se objetivos que fossem ao longo dela, respondidos, questionados e refletidos sobre a proposta da dignificação da terra e dos sujeitos que nela vivem.

O objetivo principal desta pesquisa, foi analisar o processo de expropriação da Gleba Providência III, ocasionado pelas dificuldades e implicações para a continuidade do desenvolvimento da comunidade e de tudo que dela deriva.

Dentro desse processo de morar, é necessário compreender também o trabalhar e o produzir, visto ser essa a função da terra e esse é o objetivo de quem busca por ela. Nessa perspectiva, identificou-se que o trabalho e a produção estão em desequilíbrio por conta da precarização e desmonte do acesso as políticas públicas, que atingem absolutamente todas as famílias que ali vivem. Apenas a moradia tem sido o uso mais concreto desse território.

O desalinhamento da dignidade da população do campo é pressentido pela expropriação, quer seja pela falta de estrutura, como pela falta de pessoas. Isso está demonstrado claramente nos dados, objetivos e subjetivos, e reafirmado pela voz dos próprios sujeitos do lugar.

Logo, desta inquietação algumas outras observações foram primordiais para a compreensão do cenário encontrado no *lócus* da pesquisa. Neste interim, uma proposição para se identificar o contexto historiográfico e geográfico, principalmente na distribuição de terras, do Estado de Mato Grosso, do município de Curvelândia e da Gleba Providência III levam a um entendimento de que a terra e sua distribuição, em nenhum momento considerou a necessidade dos camponeses e camponesas.

No desenrolar das leituras, ficou claro o modelo de apropriação e concentração de terras em Mato Grosso, e a quem este processo serviu. No entanto, é importante compreender que a região sudoeste, especificamente o caso de Curvelândia, foi

pertencido a um processo de ocupação por posseiros advindos de várias outras regiões do Brasil.

Essa demanda em Mato Grosso e no sudoeste do Estado acompanhou uma leitura de povoamento da região Centro Oeste, dinamizada pela Marcha para Oeste e potencializa pelos governantes no período.

Assim, é importante considerar outras inquietações, a de compreender o processo de territorialização da própria Gleba e de suas nuances. Neste ponto, enfatiza-se que informações importantes foram dadas acerca da ocupação deste território.

A maioria das famílias não participaram do processo de posse dos lotes, foram potenciais compradores, que se desterritorializaram de outros estados, para se reterritorializarem nessa Gleba.

No entanto, considera-se que mesmo assim, pelo tempo que convivem ali, são parte fundante no impacto produtivo, social e econômico do lugar, portanto, parte do processo de construção da territorialização.

Considerada mais uma inquietação, a proposição de investigar a identidade e de pertencimento dos sujeitos que residem na comunidade se torna essencial na compreensão da análise da permanência para além da falta de estrutura.

Foi importante analisar substancialmente o que foi dito e reafirmado pela maioria dos/as entrevistados/as. Por mais que a adversidade acometa a grande maioria das famílias, pela falta de políticas públicas, pela expropriação do núcleo familiar, pela irregularidade da assistência técnica, há que afirmar a vontade é sempre permanecer na terra e viver dela até o fim da vida.

Muitos externaram que além do longo prazo de vivência na Gleba, também possuem laços de amizades que os mantêm firmes na vontade e no desejo de permanecer. É importante considerar também que, por mais que os núcleos familiares sejam reduzidos, ainda assim, muitos filhos retornam para o berço, mesmo que seja de passagem. Faz parte do ciclo de vida.

Por último, e não menos importante, é preciso enfatizar os apontamentos das motivações que deliberadamente esvaziam o território, e afetam condicionalmente o desenvolvimento da economia, os preceitos sociais, a questão da territorialidade e a própria construção do lugar.

Em síntese, destaca-se significativamente a reflexão sobre a condição de manutenção do território e do lugar. Se o território e o lugar não estiver presente no

espaço, simplesmente não haverá a troca da natureza natural para a natureza Socializada, discutida e embasada teoricamente por Milton Santos.

Há de considerar a debandada da população por meio da falta de estruturação básica de sobrevivência. O que deveria ser regra, se torna exceção. Os meios de produção já não recebem qualquer assistência técnica e, em meio a tudo isso, os jovens cada vez mais rumam em busca de outras oportunidades, outras experimentações na vida.

Em meio a todas essas preocupações, o que deixa evidente é a persuasão do capital e do Estado em destruir todo um contexto territorial, destoando das políticas públicas que são essências para a permanência e vivência no campo. Diante destas prerrogativas, o homem e a mulher do campo ficam à mercê do que não estão ao seu alcance.

O que levantado, abordado e discutido ao longo da pesquisa, é importante transparecer com a máxima clareza possível, que o poder do capital influencia diretamente na consolidação dos territórios, pois flerta com concepções que não se enquadram na vida cotidiana do campesinato.

No entanto, indiferente do que se passa no capitalismo, a margem dele se estabelece as contradições que dão lugar às condições para resistir e (re)existir no campo, na proposição de alternativas que vão além do dinheiro e do lucro, mas que se perpetua nas relações socioculturais que o lugar estabelece com seus sujeitos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana. **Planejamento Governamental: a Sudeco no espaço Mato-Grossense**, 2014, 384 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Grande Dourados, 2014. Acesso em: 19 abr. 2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO - ALMT. **Lei nº 6.981**, de 28 de janeiro de 1998. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br › leis › lei-6981-1998>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BALBUENA, Ronilson Farias Majjione. **Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'Oeste-MT: Território de luta e resistência**, 2020, 189 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2020. Disponível em: [http://portal.unemat.br/media/files/PPGGEO/BALBUENA\\_2020 DISSERTA%C3%87%C3%83O.pdf](http://portal.unemat.br/media/files/PPGGEO/BALBUENA_2020 DISSERTA%C3%87%C3%83O.pdf). Acesso em: 12 dez. 2020.

BARROS, Viviani Sousa; LACERDA, Lélica Elis Pereira de. Apropriação Predatória do Território Mato-Grossense. **ANAIS** [...] Encontro Internacional e Nacional de Política Social: Contrarreformas ou Revolução: Respostas ao Capitalismo em Crise, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/issue/view/1052>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BECKER, Elsbeth Leia Spode. A Geografia e o Método Dialético. **Revista Vidya**, v. 25, n. 2, p. 51-28, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/download/394/368>. Acesso em 14 de jan. 2023.

BELINATI, Waldmir; COSTA e SILVA, Aluizio. Coordenação, avaliação e acompanhamento dos projetos de pesquisa em saúde do programa Polonoroeste. **Revista do Instituto Médico Tropical de São Paulo**, 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rimts/a/XDFKjft8fdnCf4bRQL4Zx3x/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BENTO, Fredi dos Santos; THOMAZ JUNIOR, Antonio. Transição Tecnológica no Polígono do Agrohidronegócio Canavieiro e os Impactos sobre o Trabalho. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, vol. 25, n. 3, p. 137-163, 2021. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/30651/35544>. Acesso em: 10 set. 2021.

BISON, Cleonice. **Participação política partidária entre lideranças do movimento de Mulheres Camponesas no Oeste de Santa Catarina**, 2018, 175 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

BISPO, Cláudia Luiz de Souza; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Rural/Urbano e Campo/Cidade: Características e diferenciações em debate. **ANAIS** [...] XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, 2012. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1032\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1032_1.pdf). Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE CIDADES). **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/curvelandia/pesquisa/38/46996>. Acesso em: 23 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010 - **Características da população e dos domicílios**: resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico** 2010. Disponível: em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default>. Acesso em: 20 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR. Brasília: INCRA, 2018. **Relatório de Gestão**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Superintendência Regional de Mato Grosso. **Relatório Consolidação do PA Providência III**, 2001.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A Produção do Espaço e do Território. As Relações de Trabalho Subordinadas ao Modo de Produção Capitalista. **Revista Entre Lugar**. V. 1, n. 1, p. 73-98, 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/613>. Acesso em: 18 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. O Agronegócio Latifundiário Versus a Agricultura Camponesa: A Luta Política e Pedagógica do Campesinato. **Anais [...]** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

COCHEV, Jakeline Santos; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; NEVES, Ronaldo José; TAKESHITA, Vanessa; QUEIROZ, Rafaella Ferreira Neres. **Geotecnologias aplicadas ao estudo da paisagem do município de Curvelândia/MT**. Anais 5º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, 2014. Disponível em: <https://www.geopantanal.cnptia.embrapa.br/2014/cd/p106.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

COELHO, Fabiano; FREITAS, André Alexandre Ricco de. Reforma Agrária e assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul. **Revista Tempos Históricos**, v. 25, n. 2, p. 73-98, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/25839/19844>. Acesso em: 02 fev. 2022.

COELHO, José Braga. **Entre a conquista e a permanência na terra**: Formas de luta no Assentamento Mosquito no Município de Goiás, 2007. Disponível em:

[https://projetos.extras.ufg.br/conpeex/2006/porta\\_arquivos/posgraduacao/22951192-Jos%C3%A9BragaCoelho.pdf](https://projetos.extras.ufg.br/conpeex/2006/porta_arquivos/posgraduacao/22951192-Jos%C3%A9BragaCoelho.pdf). Acesso em: 27 jul. 2022.

COOPERB. Site da Cooperativa Agrícola de Produtores de Cana de Rio Branco LTDA. Disponível em: <https://www.cooperb2.com.br/index.php/sobre-nos>. Acesso em: 06 nov. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. Ed. 7. Editora Ática. São Paulo, 2000.

CORREIA, Silvana Cristina Costa; MOREIRA, Emília. Campesinato do município de Teixeira na Paraíba: resistência e formas de recriação camponesa. **PEGADA - A Revista Da Geografia Do Trabalho**, v. 14, n. 1, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v14i1.1632>. Acesso em: 13 jun. 2021.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: Conceitos e Paradigmas – Apontamentos Preliminares. **Rev. GEOMAE – Geografia, Meio Ambiente e Ensino**. V. 1 n. 2, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/geomae/article/view/5756>. Acesso em: 09 nov. 2020.

COSTA, Sylvania Santana; RODRIGUES, Auro de Jesus; SILVA, José Adailton Barroso da; FONTANA, Raphael Luiz Macêdo. Uma Abordagem da Agricultura sobre os Modos de Produção. **Cadernos de Graduação**, Aracaju, v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/1726>. Acesso em: 22 mai. 2021.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. A dinâmica territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na Campanha Gaúcha. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. V. 8, n. 15, p. 1-25. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/22080/12054>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CRUZ, Nelson Ney Dantas; SANTOS, Rosselvelt José. O desafio da permanência na terra: comercialização de posses e reprodução dos modos de vida nos assentamentos de reforma agrária do Triângulo Mineiro. **Revista da Geografia Agrária**, v. 6, n. 11, p. 249-279, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12114>. Acesso em 18 jul. 2022.

CURVELÂNDIA. **Decreto Municipal nº 019**, de 12 de fevereiro de 2021. Dispõe sobre a nomeação de membros para a nova composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2021. Disponível em: <https://www.curvelandia.mt.gov.br/transparencia/legislacao/decretos/7980-decreto-municipal-n-019-de-12-de-fevereiro>. Acesso em: 12 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do “Complexo Nascentes do Pantanal”**. Plano Municipal de Saneamento Básico de Curvelândia– MT, Volume 1 – Produto A –Formação dos Grupos de Trabalho B- Plano de Mobilização Social./ Curvelândia - MT, 2014. Disponível em:

[http://www.nascentesdopantanal.org.br/images/adm\\_files/f6b382777cafc867.pdf](http://www.nascentesdopantanal.org.br/images/adm_files/f6b382777cafc867.pdf). Acesso em: 12 ago. 2021.

\_\_\_\_\_, Prefeitura Municipal de. História do Município, 2021. Disponível em: <https://www.curvelandia.mt.gov.br/municipio/historia/8360-historia-do-municipio>. Acesso em: 13 mar. 2022.

DENTZ, Eduardo von. Produção agrícola no estado de Mato Grosso e a relação entre o agronegócio e as cidades: o caso de Lucas do Rio Verde e Sorriso. **Ateliê Geográfico**, v. 13, n. 2, p. 165-186, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/54290>. Acesso em: 15 mai. 2022.

DUARTE, Matusalém de Brito. O “Lugar-Território” na Complexidade da Realidade Contemporânea: Incursões Teóricas a Partir da Intersubjetividade. **Caminhos de Geografia**, v. 10, n. 31, p. 75-82, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/article/download>. Acesso em: 19 ago. 2021.

DUARTE, Tiaraju Salini. A Construção das Identidades Territoriais na Fronteira Sul do Brasil. **Revista Geographia Meridionalis**. V, 02, n. 01, p. 04-19. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Geographis/article/view/7775/5817>. Acessado em: 11 mai. 2022.

EDUARDO, Márcio Freitas. Território, Trabalho e Poder: por uma geografia relacional. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. V. 1, n. 2, p. 173-195. 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11790>. Acesso em: 25 jun. 2021.

FABRINI, João Edmilson. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Elaine Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós – Graduação em geografia. 2008. Disponível em: <http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.

FELÍCIO, Munir Jorge. O Território Imaterial do Campesinato. **Revista CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 5, n. 9, p. 18-32, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/article/download>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. Artigo Acadêmico, Universidade Estadual Paulista - UNESP. São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: **REVISTA NERA – Ano 8, n. 6, jan/jun 2005**. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/download/136/64#page=29>. Acesso em 10 jan. 2022.

FERREIRA, Evaldo. Cáceres: Histórico, Desmembramentos e a Questão Regional do Sudoeste Mato-Grossense. **Revista Ciência Geográfica – Bauru**, v. XXI, n. 1, p. 222-238, 2017. Disponível em:

[https://agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXI\\_1/agb\\_xxi\\_1\\_versao\\_internet/Revista\\_AGB\\_JanDez2017-17.pdf](https://agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXI_1/agb_xxi_1_versao_internet/Revista_AGB_JanDez2017-17.pdf). Acesso em: 19 nov. 2022.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Buriti, 2001

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, nº 9, pp. 65-83, jul./dez., 2000. Disponível em: <https://doceru.com/doc/xc5e5cn>. Acesso em: 29 ago. 2021.

FONSECA, Silas Rafael da; THOMAZ JUNIOR, Antonio. Trabalho assalariado e resistência camponesa no Assentamento São Joaquim em Selvíria-MS. **Revista Pegada**, v. 15, n. 2, 2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/article/download>. Acesso em: 13 out. 2021.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso**. 2015. Disponível em: URL: <http://confins.revues.org/10446>. Acesso em: 27 jul. 2021.

GONÇALVES, Emilly Araujo; MEDEIROS, Eder de Moura Paixão; FERRAREZE FILHO, Paulo. Holding familiar no âmbito do agronegócio: planejamento sucessório e vantagens tributárias. *Revista da Faculdade de Direito da AJES*. Ano 9, n. 17, p. 1-24, 2020, Juína/MT. Disponível em: <https://www.revista.ajes.edu.br/article/download>. Acesso em: 05 out. 2022.

GOOGLE EARTH WEBSITE. <http://earth.google.com/>, 2022.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Camponesa de Geografia**. V. 2, n. 3, p. 523-545. 2012. Disponível em: <https://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86>. Acesso em: 30 set. 2021.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**. V. 1, n. 2, p. 39-52. 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49049>. Acesso em: 26 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B. da; HAESBAERT, R. (Orgs.) **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

\_\_\_\_\_. Dês-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

\_\_\_\_\_. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 39, p. 11-24, 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>. Acesso em: 30 mar. 2022

\_\_\_\_\_; Bruce, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **Geographia**, Niterói, v. 7, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13419>. Acesso em: 15 nov. 2021.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Campo e Cidade, Rural e Urbano no Brasil Contemporâneo. **Revista Mercator**, v. 12, n. 2, p. 103-112, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273628672008.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso.; ANZAI, Leny Caselli; GATTI, F. Formação da estrutura agrária produtiva dos municípios da fronteira oeste brasileira com a Bolívia. In: Penha, B.; Desiderá Neto, W. A.; Moraes, R. F. (Org.). **O MERCOSUL e as regiões de fronteira**. 1ªed. Rio de Janeiro: IPEA - Qualidade Gráfica Editora, 2017, p. 13-51.

JESUS, José Novais. **A monopolização da renda da terra e os conflitos agrários na fronteira agrícola do MATOPIBA**, 2020, 497 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/11444/3/Tese%20-%20Jos%c3%a9%20Novais%20de%20Jesus%20-%202020.pdf>. Acesso em 10 jul. 2022.

\_\_\_\_\_; CALAÇA, Manoel; SILVA, Lorraine Gomes da. O Território Camponês em Construção: Utopias e Contradições. **Revista Territorial**. Goiás, v. 2, n. 2, p. 211-229. 2013. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/territorial/article/view/3485>. Acesso em: 16 dez. 2021.

LACERDA, Natalício Pereira. **Políticas públicas, ocupação do espaço e desenvolvimento na Região Norte Mato-Grossense**: Uma análise crítica dos municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde – MT, 2013, 185 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. Ed. – São Paulo; Atlas 2003.

LEITE, A. F. O Lugar: Duas Acepções Geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências** – UFRJ, 21, p. 9-20, 1998. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/article/view/6197>. Acesso em: 10 fev. 2022.

LIMA, Diogo Marcelo Delben Ferreira de. ROSSETTO, Onélia Carmem. Os conflitos agrários na Amazônia Mato-Grossense: o caso da chacina de Taquaraçu do Norte, município de Colniza, Mato Grosso, Brasil. **NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária** – Artigo DATALUTA: maio de 2017. Disponível em: [https://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim\\_dataluta\\_5\\_2017.pdf](https://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_5_2017.pdf). Acesso em: 15 nov. 2022.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. 2002. Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871/7327>. Acesso em: 17 mar. 2021.

LOBATO, Alessandra da Silva; CARVALHO, Danilo Raiol de; SILVA, Marcela Alves da; BRITO, Miguel Sá de Souza. A formação histórico territorial do Mato Grosso, as transformações e impactos decorrentes da expansão da soja. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 4, 2010. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/22105>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MACHADO, Ilma Ferreira.; VENDRAMINI, Célia Regina. Políticas públicas para a Educação do Campo: da necessidade aos limites. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. São Paulo, v.8, n. 1, p.1-16, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/download/6470/4779/16220>. Acesso em: 18 nov. 2022.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Projeto Atlas**, 2014. Disponível em: <http://www.seplag.mt.gov.br/index.php?pg=ver&id=5607&c=117&sub=true>. Acesso em: 03 nov. 2022.

MARTIN, Andrey Minin. Terra, Trabalho e Família: Considerações sobre a (re) criação do campesinato brasileiro nos movimentos sociais rurais. **Revista História em Reflexão**, v. 2, n. 4, p. 1-20, 2008. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/321/273>. Acesso em: 16 ago. 2021.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O lugar como uma construção social. **Revista Formação**. V. 2, n. 14, p. 48-60. 2007. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6\\_moreira\\_e\\_hespanhol.pdf](http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6_moreira_e_hespanhol.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.

MOREIRA NETO, Henrique Fernandes. A abordagem fenomenológica em Geografia para o estudo da vulnerabilidade do lugar. **Revista Formação**, v.2, n. 23, p. 311-317. 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/4025/3364>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de Burla: 1892-1992 -- Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.

\_\_\_\_\_, Gislaene. O Processo Histórico de Acesso à Terra em Mato Grosso. **Geosul**, Florianópolis. V.14, n. 27, p. 67-90, 1999.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 110, p. 213-240, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/FtqqWfKDnQxskyfMFxMgPmG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2022.

NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; SCHEUER, Junior Miranda; MIRANDA, Miriam Raquel da Silva. Mudanças Espaço-Temporais da Paisagem dos Assentamentos Providência III e Tupã, no Contexto das Transformações Socioterritoriais do Município de Curvelândia. IN: ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de; SILVA, Tania Paula da (Orgs). **Repercussões Territoriais do Desenvolvimento Desigual-Combinado e Contraditório em Mato Grosso** – Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015.

OLIVEIRA, Ana Leticia de. **Os Múltiplos rurais de Cáceres-MT**: em meio à aparente homogeneização, um diverso rural transparece, 2018, 294 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, 2018. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/11449/157113/5/oliveira\\_al\\_dr\\_rcla.pdf](https://repositorio.unesp.br/bitstream/11449/157113/5/oliveira_al_dr_rcla.pdf). Acesso em: 25 nov. 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: [https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo\\_capitalista.pdf](https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf). Acesso em: 14 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. BARBÁRIE E MODERNIDADE: AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO E O AGRONEGÓCIO NO BRASIL. **Terra Livre [S. l.]**, v. 2, n. 21, p. 113–156, 2003. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/473>. Acesso em: 16 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

OLIVEIRA, Siumara Santos; ASEVEDO, Tayrone Roger Antunes. Do Latifúndio ao Assentamento: Recriando a Agricultura Camponesa no Mato Grosso. **Agriculturas**, V.11, n. 2, p. 21-24, 2014. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/documentos/o-latifundio-ao-assentamento-recriando-aagricultura-camponesa-no-mato-grosso>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**. 8. ed. Campinas: Pontes Editores, 2009.

PEREIRA, João Marcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo. Terra, Poder e Lutas Sociais no Campo Brasileiro: Do Golpe à Apoteose do Agronegócio (1964-2014). **Tempos Históricos**. V. 18, p. 73-111. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

PÉREZ, Mercedes Solá. “O Único que não perdemos até agora é a vida, por isso lutamos, por uma nova vida” – R-Existências dos camponeses e camponesas da zona de reserva camponesa do Vale do rio Cimitarra, Colômbia. **Revista Pegada**, v. 19, n. 2, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14/07/2021.

PERIN, Gabriela. O desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar e a nova agenda governamental. **Revista da Agricultura Familiar**, v. 15, n. 2, p. 33-55, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9075%29>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ**, v. 1, n. 23, p. 4-18, 2012. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3682>. Acesso em: 13 nov. 2022.

QUEIROZ, Rafaella Ferreira Neres de; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; SEABRA JUNIOR, Santino; MACHADO, Tamires da Silva. Agricultura familiar no município de Curvelândia/MT: Análise da produção vinculada ao programa de aquisição de alimentos (PAA). **Boletim de Geografia de Maringá**, v. 33, n. 3, p. 184-200, 2015. Disponível em:

[https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/22817/pdf\\_79](https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/22817/pdf_79). Acesso em: 13 nov. 2021.

RAFFESTIN, CLAUDE. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática, 1993.

REGO, Thelmely Torres; VENDRAMINI, Célia Regina. **A produção da vida no contexto do campo brasileiro**: fundamento para a educação do campo. Anais, 2013. Disponível em:

<http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2001/Thelmely%20Torres%20Rego%20e%20C%C3%A9lia%20Regina%20Vendramini.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2022.

RESENDE, S. **Entre o rural e o urbano: a agricultura urbana em Uberlândia (MG)**, 2004, 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

ROSA, Marcelo do Nascimento; STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. **Luta pela Permanência na Terra: as estratégias de reprodução camponesa na comunidade Ribeirão em Catação (GO)**. Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Regional Catalão, 2014. Acesso em: 20 jul. 2022.

ROSSETTO, O.C; DALLA NORA, G.; MANFRINATE, R. Impactos socioambientais da inserção do agronegócio no pantanal brasileiro: trilhando caminhos. In: PIGNATI, Wanderlei Antonio; CORRÊA, Marcia Leopoldina Montanari; LEÃO, Luís Henrique da Costa; PIGNATTI, Marta Gislene; MACHADO, Jorge Mesquita Huet. (Org.).

**Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil.** 1 Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2021, v. 01, p. 33-52. Disponível em: <https://mst.org.br/download/desastres-socio-sanitario-ambientais-do-agronegocio-e-resistencia-agroecologicas-no-brasil/>. Acesso em: 18 NOV. 2022.

ROSSETTO, O.C. Faces da Agricultura Familiar Camponesa nas Microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra - Mato Grosso; Brasil. In: Rosemeire Aparecida de Almeida; Tânia Paula da Silva. (Org.). **Repercussões Territoriais do Desenvolvimento Desigual-Combinado Contraditório em Mato Grosso.** 01ed.Campo Grande - MS: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, 2015, v. 01, p. 41-62.

ROVIGO. Site do Laticínio Rovigo. Disponível em: <http://www.laticiniosrovigo.com.br/#laticinio>. Acesso em: 3 nov. 2022.

RUA, João. Relações cidade-campo e urbano-rurais: Reapresentando as urbanidades no rural como elementos constitutivos do espaço em metropolização. **Revista GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/45717>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A territorialização/desterritorialização da exclusão/inclusão social no processo de construção de uma cultura emancipatória.** ANAIS [...] Seminário: Estudos Territoriais de desigualdade social. 2001.

SANTOS, Clarice Aparecida. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O FIM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO AS CONHECEMOS: questões para reflexões de futuro. **Revista De Políticas Públicas**, 23(2), p. 501–513, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v23n2p501-513>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SANTOS, Milton, **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

\_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. **Geographia**. Ano. 1, n. 1, p. 7-13. 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360>. Acesso em: 14 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Técnica Espaço Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**, São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **Circuitos espaciais de produção: um comentário.** SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton. A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1986.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais**, Campina Grande/Paraíba, Universidade Federal Campina Grande, v. 23, n. 01, p. 99-117, 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/393.pdf>. Acesso em 10 fev. 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apresentação do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis. V. 22, n. 43, p. 55-76. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/12646/11806/0>. Acesso em: 27 ago. 2021.

SILVA, Carlos Alberto Franco. A transnacionalização do Grupo André Maggi a partir do Cerrado Mato-Grossense. **Revista geo-paisagem**, ano. 4, n. 7, 2005. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/maggi.htm>. Acesso em: 07 jul. 2022.

SILVA, Tânia Paula da; O'LOIOLA, Valéria. Dinâmica Territorial no Município de Cáceres-MT: conflitos na produção e uso do território. **Revista Equador**, v. 8, n. 3, p. 140-158, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/viewFile/9386/5615>. Acesso em: 26 nov. 2022.

\_\_\_\_\_; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; KUDLAVICZ, Mieceslau. Os Assentamento rurais em Cáceres/MT: Espaço de vida e luta camponesa. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, n. 15, ano 8, 2012. Disponível em: <http://www.orbital.ufms.br/index.php/revgeo-tl/article/view/412>; Acesso em: 17 nov. 2022.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. **Patrimônio Imaterial**: relações socioculturais camponesas em Pedra Lisa. Uberlândia: Ed. Composer, 2015.

\_\_\_\_\_. **O território e as estratégias de permanência camponesa da Comunidade Pedra Lisa no processo de expansão das lavouras de cana de açúcar em Quirinópolis/GO**, 2013, 351 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz; MENEZES, Sócrates Oliveira. Renda da Terra: Conceito central para os estudos em Geografia Agrária. **Revista Pegada**, v. 20, n.1, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/download/pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

STANISKI, Adelita; KUNDLATSCH, Cesar Augusto; PIREHOWSKI, Dariane. O Conceito de Lugar e suas Diferentes Abordagens. **Revista Perspectiva Geográfica**. V.9, n.11, p. 1-19. Unioeste, 2014. Disponível em: [https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/download/11154/8417/43420#:~:text=O%20conceito%20de%20lugar%20assume,Para%20Santos%20\(2006%2C%20p.](https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/download/11154/8417/43420#:~:text=O%20conceito%20de%20lugar%20assume,Para%20Santos%20(2006%2C%20p.) Acesso em: 17 set. 2021.

THÉRY, Hervé. Globalização, Desterritorialização e Reterritorialização. **Revista da Anpege**, v. 4, 2008. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6601>. Acesso em: 10 mar. 2022.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora. **Revista Pegada**, v. 14, n. 2, p. 1-24, 2013.

Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2660/2346>. Acesso em: 27 jul. 2022.

\_\_\_\_\_. **Degradação, Resistência e Centralidade do Trabalho**: As Contradições do Movimento Territorial de Classe. **ANAIS** [...] XIII Jornada do Trabalho, 2012.

Disponível em:

[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000142012000100011&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000142012000100011&script=sci_arttext). Acesso em: 15 set. 2021.

\_\_\_\_\_. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Terrítório: revista de Geografia Agrária**, v. 5, n. 10, p. 92-122, 2010. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042>. Acesso em: 30 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Por uma “Cruzada” contra a fome e o Agrohidronegócio – Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada**, v. 9, n. 1, p. 08-34, 2008. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/pegada/article/view>. Acesso em: 13 mai. 2022.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. Questão Agrária: Camponato e desenvolvimento da agricultura no capitalismo. **Revista Pegada**, v. 22, n. 1, p. 238-261, 2021. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8348/pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Território (I)Material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão. **Revista Nera**, Presidente Prudente, na 16, nº 23, 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/article/download>. Acesso em: 14 jul. 2021.

VOLOCHKO, Danilo. Da extensão do campo à centralização do urbano: Elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, n. 16, p. 18-38, 2013. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geografia/article/view/768>. Acesso em: 10 out. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Camponato Brasileiro: Uma História de Resistência. **RESR**, Piracicaba - SP, vol. 52, supl. 1, 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2022.

WHITACKER, A. M. Campo e cidade. Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate. In: LOPES, Diva M. L.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: CEI, p. 187-194, 2010 (Série Estudos e Pesquisas, 87).

**APÉNDICE**

## Questionário de Dissertação

### I – Dados Pessoais

1. Nome do/a entrevistado/a:

\_\_\_\_\_

2. Responsável pelo Lote? ( ) Não. ( ) Sim.

3. Naturalidade: \_\_\_\_\_

4. Em que ano chegou aqui? \_\_\_\_\_ 5. Idade: \_\_\_\_\_.

6. Aposentado/a? ( ) Não. ( ) Sim.

7. Profissão anterior a chegada ao lote:

\_\_\_\_\_

8. Como era o lugar quando chegou na Gleba?

\_\_\_\_\_

9. Possuía terra antes de chegar à comunidade? ( ) Não. ( ) Sim.

Como: ( ) proprietário ( ) parceiro ( ) arrendatário ( ) posseiro ( )

Outras? \_\_\_\_\_

10. Enfrentou alguma dificuldade quando se instalou na propriedade:

\_\_\_\_\_

11. Escolaridade:

( ) Ensino fundamental Completo ( ) Incompleto

( ) Ensino médio Completo ( ) Incompleto

( ) Ensino Superior Completo ( ) Incompleto

12. Estado Civil: ( ) solteiro. ( ) casado. ( ) divorciado. ( ) juntado. ( ) viúvo.

13. Cônjuge (idade): \_\_\_\_\_ 14. Aposentado/a? ( ) não. ( ) sim.

15. Escolaridade do/a cônjuge?

\_\_\_\_\_

16. Têm filhos: ( ) não. ( ) sim.

17. Quantos? \_\_\_\_\_

18. Caso haja filhos, especificar abaixo a idade e o grau de escolaridade:

Idade	Sexo (M, F)	Grau de escolaridade

Legenda:

(A) Ensino fundamental Completo (B) Incompleto

(C) Ensino médio Completo (D) Incompleto

(E) Ensino Superior Completo (F) Incompleto

19. Os filhos trabalham na propriedade? ( ) não. ( ) sim. 20. Caso SIM, quantos?  
\_\_\_\_\_

21. Se NÃO, onde trabalham: ( ) autônomo. ( ) órgão público. ( ) privado. ( ) aposentado. ( ) agricultor. ( ) criança.

22. Tem filho que trabalha fora e que ajuda na manutenção do lote?

( ) não. ( ) sim.

23. Quantas pessoas moram na sua casa (incluindo você)?  
\_\_\_\_\_

24. Quantos trabalham na propriedade?  
\_\_\_\_\_

25. A mão de obra é ( ) contratada ( ) fixa ( ) diarista ( ) familiar.

26. Se mão-de-obra externa, quantas?  
\_\_\_\_\_

27. Possui fontes alternativas de renda? ( ) não. ( ) sim. Se Sim, qual?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

28. Qual a renda total da família? R\$ \_\_\_\_\_

## II – Caracterização da Propriedade e da Produção

29. Nome da propriedade: \_\_\_\_\_

30. Telefone para contato: \_\_\_\_\_

31. Tamanho total da propriedade incluindo área construída? \_\_\_\_\_

32. Qual a fonte utilizada para obtenção do lote: ( ) compra ( ) MST ( ) sindicato ( ) outras: \_\_\_\_\_

33. A família participou de movimento ou organização de luta pela terra antes de ser assentada:

( ) não. ( ) sim. Qual? ( ) acampamento ( ) acampamento e ocupação ( ) outra.  
\_\_\_\_\_

34. Forma de Uso da Terra: ( ) pecuária ( ) agropecuária ( ) agricultura ( ) não agrícola ( ) misto?

( ) Outro? \_\_\_\_\_

35. Participa de alguma associação ou cooperativa? não ( ). sim ( ). Se SIM, qual? \_\_\_\_\_

36. Especifique o número de instalações na propriedade e o tipo das benfeitorias:

Tipo de instalação/benfeitorias	
[a] ( ) Casa de moradia	[g] ( ) Refrigerador de leite
[b] ( ) Cercas	[h] ( ) Barracão/galpão
[c] ( ) Curral ou cocheiro	[i] ( ) Tulha
[d] ( ) Chiqueiro	[j] ( ) Casa de farinha
[e] ( ) Galinheiro	[k] ( ) Poço/Açude
[f] ( ) tanque de peixe	[l] ( ) Outros:

37. Tem rede elétrica? não ( ). sim ( ).

38. Para consumo humano, qual a origem da água? ( ) poço artesiano. ( ) poço comum (cacimba). ( ) água encanada. ( ) açude.

39. Já realizou análise da qualidade da água utilizada para consumo? não ( ). sim ( ).

40. Tipo de Máquinas, Equipamentos e Implementos existentes no lote

[a] ( ) carrinho de mão	[g] ( ) caminhão e utilitários
[b] ( ) carroça	gg
[c] ( ) tralha completa	[i] ( ) motor elétrico/diesel
[d] ( ) motosserra	[j] ( ) trilhadeira
[e] ( ) plantadeira	[k] ( ) carro de boi
[f] ( ) gerador	[l] ( ) Outros:

41. Quais atividades agrícolas são desenvolvidas na propriedade?

( ) arroz. ( ) café. ( ) cana de açúcar. ( ) feijão. ( ) mandioca. ( ) milho. ( ) soja.

( ) abacaxi. ( ) banana. ( ) mamão. ( ) melancia. ( ) laranja. ( ) horta.

Outros: \_\_\_\_\_

42. Destino da Produção: ( ) doação ( ) consumo ( ) venda.

43. Divisão da área do lote (%) de acordo com a finalidade econômica do lote:

( ) Pastagem ( ) agrícola ( ) não agrícola ( ) descanso ( ) reserva

( ) inaproveitável ( ) outra \_\_\_\_\_

44. Quais atividades pecuárias são desenvolvidas na propriedade?

<u>Tipo</u>	<u>Quant. Total</u>
Bovinos	
Ovinos	
Caprinos	
Suínos	
Eqüídeos	




### III – Manejo Agropecuário

48. O tipo de solo do lote é apropriado para o desenvolvimento da produção? (\_\_\_) não. (\_\_\_) sim.

Por quê? \_\_\_\_\_

49. Fez algum tipo de conservação de solo (curva de nível, terraceamento, reflorestamento, etc)?

(\_\_\_) não. (\_\_\_) sim. Qual? \_\_\_\_\_

50. Já fez alguma análise de solo? (\_\_\_) não. (\_\_\_) sim. Quando:

\_\_\_\_\_

51. Usa recomendações agronômicas de adubação das culturas? (\_\_\_) não. (\_\_\_) sim.

Qual? \_\_\_\_\_

52. Usa adubo químico e corretivo? (\_\_\_) não. (\_\_\_) sim.

Usa adubo e defensivos naturais? (\_\_\_) não. (\_\_\_) sim

53. Qual fonte de adubo orgânico? (\_\_\_) aves. (\_\_\_) bovino. (\_\_\_) caprino. (\_\_\_) equino.

(\_\_\_) suíno.

Outros: \_\_\_\_\_

54. Utiliza irrigação? (\_\_\_) não. (\_\_\_) sim. Se SIM, a quais culturas?

\_\_\_\_\_

55. Como maneja o solo? (\_\_\_) Tração animal. (\_\_\_) Mecanizada. (\_\_\_) Manual.

56. Se MECANIZADA, é (\_\_\_) própria, (\_\_\_) da prefeitura, (\_\_\_) de associação (\_\_\_) terceirizado

Outra? \_\_\_\_\_

### IV – Comercialização Agrícola

57. Quais produtos são comercializados?

\_\_\_\_\_

58. Para quem é comercializado? (\_\_\_) feira de produtores. (\_\_\_) mercado. (\_\_\_) restaurantes.

(\_\_ ) ao consumidor. (\_\_ ) Associação/cooperativa. (\_\_ ) PAA<sup>4</sup>. ( ) PNAE<sup>5</sup>

Outra forma \_\_\_\_\_

**59.** Realiza cálculos sobre custo de produção e de venda? (\_\_ ) não. (\_\_ ) sim.

**60.** Existe algum problema dentro da propriedade que dificulta a produção? (\_\_ ) não. (\_\_ ) sim.

Se SIM, qual? \_\_\_\_\_

**61.** Qual a frequência da assistência técnica? ( ) frequente ( ) irregular ( ) ausente

**62.** A família considera que a Renda Total Obtida é suficiente para o sustento da família?

( ) sim ( ) não. Por quê? \_\_\_\_\_

### V – Quanto às Políticas Públicas e as Questões Ambientais

**63.** Possui algum financiamento? (\_\_ ) não. (\_\_ ) sim. Se SIM, qual?

\_\_\_\_\_

**64.** Qual o destino do financiamento? ( ) comprar terra ( ) máquinas ( ) melhorar a casa ( ) investir na produção. ( ) Outros, quais? \_\_\_\_\_

**65.** Dentre as atividades desenvolvidas na propriedade atualmente, qual representa a sua principal fonte de renda?

\_\_\_\_\_

**66.** Tem alguma outra atividade que complementa essa renda? Qual?

\_\_\_\_\_

### VI – Mundo Social dos Assentados

**67.** O que compram? (\_\_ ) vestuário (\_\_ ) higiene pessoal ( ) alimentos cesta básica ( ) produtos de limpeza. Quanto em média gastam com cada, em valores R\$ (\_\_\_\_\_) vestuário (\_\_\_\_\_) higiene pessoal (\_\_\_\_\_) alimentos cesta básica (\_\_\_\_\_) produtos de limpeza.

**68.** Possuem veículo próprio? (\_\_ ) moto. (\_\_ ) carro. (\_\_ ) carroça. (\_\_ ) bicicleta. (\_\_ ) Outros: \_\_\_\_\_

<sup>4</sup> PAA: Programa de Aquisição de Alimentos (Financiado pelo CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento)

<sup>5</sup> PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**69.** Quais os espaços de encontro das famílias na comunidade: ( ) religiosos ( ) cursos técnicos

( ) lazer ( ) outro. Qual? \_\_\_\_\_

**70.** Condições das estradas de acesso a comunidade? ( ) bom ( ) regular ( ) ruim ( ) inacessível na chuva

**71.** Bens de consumo que adquiriram depois de assentados:

[a] ( ) geladeira	[g] ( ) antena parabólica
[b] ( ) máquina de lavar	[h] ( ) carro
[c] ( ) TV	[i] ( ) Freezer
[d] ( ) moto	[j] ( ) Aparelho de Som
[e] ( ) ar condicionado	[k] ( ) DVD
[f] ( ) fogão a gás	[l] ( ) Outros:

**72.** Algum membro da família teve participação em curso de formação técnica depois do assentamento? ( ) sim ( ) não.

Quais: \_\_\_\_\_

**73.** Qual a percepção acerca da vida atual e anterior ao assentamento em relação ao:

	Melhorou	Piorou	Ficou igual
Lazer			
Educação			
Saúde			
Trabalho			
Alimentação			
Poder de Compra			
Moradia			
Condição de vida geral			

**74.** Considera que a vida na comunidade é aquilo que sonhava? ( ) sim ( ) não

**75.** Qual a percepção acerca do futuro? ( ) ficar na comunidade ( ) trocar de comunidade ( ) mudar para a cidade. Outra: \_\_\_\_

**76.** O que significa a terra para você? \_\_\_\_\_

**77.** O que representa a comunidade Gleba Providencia III para você?

**OBSERVAÇÕES:**